

Jacyane Victória M. F. da Silva
Kael Miguel Lopes
Keimilly Damaceno Ferreira
Michele dos Santos Gimenes
Pedro Henrique F. de Souza (Orgs.)

XVI Semana de História

70 ANOS

DO CURSO DE HISTÓRIA



Volume II

Entre Arte, Sociedade e Narrativas Históricas:
Reflexões sobre o Mundo e suas Transformações

Jacyane Victória Monteiro Ferreira da Silva
Kael Miguel Lopes
Keimilly Damaceno Ferreira
Michele dos Santos Gimenes
Pedro Henrique Fernandes de Souza
(Orgs.)

XVI Semana de História UFES
70 anos do curso de História

Volume II
Entre Arte, Sociedade e Narrativas Históricas:
Reflexões sobre o Mundo e suas Transformações

Serra, 2025.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP.: 29172-694.
www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Arte da capa: Maria Eduarda do Nascimento Lousada e
Gabriela Bicalho Gomes Martins.

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA n° 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

X8 XVI Semana de História UFES - 70 anos do curso de História; volume II - Entre Arte, Sociedade e Narrativas Históricas: Reflexões sobre o Mundo e suas Transformações / Jacyane Victória Monteiro Ferreira da Silva, Kael Miguel Lopes, Keimilly Damaceno Ferreira, Michele dos Santos Gimenes, Pedro Henrique Fernandes de Souza (Orgs.). Serra: Identidade Editorial, 2025.

230 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-04-1

1. Semana de História UFES. 2. Arte. 3. Sociedade. 4. Narrativas Históricas. I. Silva, Jacyane Victória Monteiro Ferreira da. II. Lopes, Kael Miguel. III. Ferreira, Keimilly Damaceno. IV. Gimenes, Michele dos Santos. V. Souza, Pedro Henrique Fernandes. VI. Título.

CDU: 900

Jacyane Victória Monteiro Ferreira da Silva
Kael Miguel Lopes
Keimilly Damaceno Ferreira
Michele dos Santos Gimenes
Pedro Henrique Fernandes de Souza
(Orgs.)

XVI Semana de História UFES
70 anos do curso de História

Volume II
Entre Arte, Sociedade e Narrativas Históricas:
Reflexões sobre o Mundo e suas Transformações



Serra, 2025.

Sumário

Apresentação | 7

Reconfiguração da memória através da arte | 10

Aline de Oliveira Torezani

Dança e educação física: entrevista com Eluza Maria Santos | 24

Bruna Teixeira Carneiro

Impacto do isolamento compulsório nas relações sociais e institucionais: uma análise do Hospital Colônia de Itanhenga na mídia capixaba do século XX | 41

Carolina Menconi

O quê que a baiana tem? Moqueca como discurso regional da Bahia, 1970-2010 | 57

Heloisa Lopes Viana

Entre a distopia e a realidade: a narrativa de “Cyberpunk: Mercenários” como reflexo do corporativismo e das políticas neoliberais | 75

Ivo Barbosa Neto

A hanseníase no Espírito Santo: o caso do Hospital Colônia de Itanhenga (1937-1962) | 94

Julia Carvalho Daltio

Iluminismo e representação: Jaucourt e a construção orientalista do despotismo | 107

Lorenzo Santa Rosa da Costa

A proposição do método histórico de Ibn Khaldūn no contexto islâmico medieval século XIV | 120

Lunna Sant'Anna Souza

Uma análise do demoníaco na iluminura “inferno” dos irmãos Limbourg | 134

Maria Eduarda de Oliveira Toledo Barbosa

As diferentes interpretações de Fahrenheit 451 (1953) | 148

Mateus Chagas Rocha

Chile no Nuevo Cine Latinoamericano: Miguel Littín e El Chacal de Nahueltoro (1969) | 162

Matheus de Oliveira Rezende

História da relação entre transfobia, covid-19 e o encarceramento no Espírito Santo | 178

Pedro Henrique Fernandes de Souza e Rebeca Reis Avelar

“Triunfo Argentina!”: o uso da copa de 1978 pela Ditadura Militar argentina (1976-1983) | 200

Renata Lorencette Cavalcanti

A importância do indianismo na obra de Capistrano de Abreu: mestiçagem e nacionalidade | 216

Daniel Andrade de Sá

Apresentação

Apresentamos nesta publicação o Volume II: Entre Arte, Sociedade e Narrativas Históricas: Reflexões sobre o Mundo e Suas Transformações, que reúne os textos resultantes das sessões de comunicação apresentadas na XVI Semana de História - “70 anos do curso de História”. O evento foi realizado em parceria com o XV Encontro Regional da Anpuh-ES – “70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações”, e aconteceu entre os dias 22 e 25 de outubro de 2024, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), campus de Goiabeiras, em Vitória/ES.

A XVI Semana de História teve como tema central a celebração dos 70 anos do curso de História da UFES e da única universidade pública do estado do Espírito Santo, reconhecendo a relevância histórica dessa instituição para a formação de pessoas historiadoras e/ou docentes, além de sua atuação na formação crítica de novas gerações de cidadãos no Espírito Santo, em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Esse evento não apenas celebra a trajetória do curso, mas também enfatiza a continuidade do seu papel essencial para a sociedade, ao alinhar a prática da história com as necessidades sociais e acadêmicas do século XXI.

A Comissão Organizadora da XVI Semana de História visou o evento com o intuito de estabelecer um espaço para reflexões e diálogos sobre as relações entre o passado e o presente. Nesse sentido, teve como objetivo proporcionar uma reflexão sobre o ensino e a pesquisa em História, além de explorar o papel do discente contemporâneo,

suas pesquisas e contribuições para as demandas da sociedade atual.

Este volume, fruto das sessões de comunicação, reúne uma diversidade de pesquisas apresentadas por alunos de graduação da UFES e de outras instituições de ensino superior. Os textos aqui publicados abordam diferentes áreas da História, explorando sua rica diversidade metodológica e teórica, e suas implicações em várias dimensões sociais, culturais e políticas. As temáticas discutidas incluem a História Oral, História da Educação, das Religiões, Social, da Arte, do Esporte, além das teorias da História, aplicadas a diferentes contextos geográficos e temporais.

Os artigos que discutem o ensino de História abordam desafios contemporâneos da área, como a superação de uma abordagem excessivamente cronológica e factual, em favor de uma abordagem mais crítica e reflexiva. As pesquisas apresentadas propõem que o protagonismo estudantil, a partir de novas práticas pedagógicas, pode contribuir para uma compreensão mais dinâmica das temporalidades históricas, permitindo à comunidade discente não só aprender sobre o passado, mas também se tornar agentes de transformação no entendimento de sua história. Os textos exploram como esses diversos grupos têm se mobilizado para preservar suas memórias e afirmar suas identidades, em um processo de resistência e fortalecimento cultural. As teorias historiográficas, que fundamentam essas áreas, são analisadas e problematizadas, permitindo que novas abordagens sobre a história, mais inclusivas e representativas, possam ser aplicadas a diferentes culturas e períodos.

Este livro, portanto, não é apenas uma celebração dos 70 anos do curso de História da UFES, mas uma contribuição para o fortalecimento e a renovação da pesquisa e do ensino de História, levando

em consideração as diversidades e complexidades do passado e do presente. Ao reunir as contribuições de pesquisadores e estudantes, esta obra reafirma a importância de uma história plural, que dialogue com os desafios contemporâneos e com as múltiplas realidades sociais, culturais e políticas em que se insere.

Uma boa leitura!

Jacyane Victória Monteiro Ferreira da Silva

Kael Miguel Lopes

Keimilly Damaceno Ferreira

Michele dos Santos Gimenes

Pedro Henrique Fernandes de Souza

Organizadores do Volume II - XVI Semana de História

Vitória, Espírito Santo, Brasil, 11 de março de 2025.

Reconfiguração da memória através da arte

Aline de Oliveira Torezani¹

Introdução

Na segunda metade do século XX, diversos artistas começaram a explorar caminhos que se afastaram das tradicionais instituições de arte predominantes até então. A arte, intrinsecamente vinculada aos processos históricos desde suas origens, foi impactada pelo declínio das grandes narrativas que, por muito tempo, orientaram e influenciaram a produção artística. Esse declínio ocorreu em um contexto marcado pela globalização, pela disseminação acelerada das mídias e por crises políticas e econômicas, que passaram a ocupar o centro do cenário cultural e histórico, desafiando os paradigmas estabelecidos. A partir de então, segundo Michael Archer (2001, p. IX) “[...] todas as ideias anteriores sobre a arte seriam postas à prova [...]”. Para Theodor Adorno “Hoje aceitamos sem discussão que, em arte, nada pode ser entendido sem discutir e, muito menos, sem pensar” (Adorno apud Archer, 2001, p IX).

Marcel Duchamp já havia anunciado sua crítica à arte tradicional em 1913, quando trouxe do cotidiano objetos industrializados, os *ready-mades*², e deu-lhes estatuto de arte. Essa herança deixada por

1 Graduada em Artes Visuais / Graduanda em História - (UFES). Contato: alinetorezani@gmail.com

2 Os *ready-mades*, conceito introduzido por Marcel Duchamp, referem-se a ob-

Duchamp desencadeou a noção de arte que os artistas da década de 1960 apanharam para si. Sol LeWitt lança, em 1967, o texto *Parágrafos sobre Arte Conceitual*, no qual expõe suas ideias sobre o tipo de arte em que estava envolvido, denominando-a como Arte Conceitual. LeWitt defende que a ideia, o conceito, é o mais importante em todo o processo artístico, que a arte conceitual livra o artista da habilidade de artesão e que o objetivo é tornar a obra mentalmente interessante ao espectador, independentemente do material e da forma que ela é feita.

Seguindo as proposições de LeWitt e indo contra as instituições, artistas rebelaram-se de modo a negar o próprio objeto de arte, o que Luiz Cláudio da Costa entende por “[...] crise relativa à homogeneidade do suporte, entendido por meio de sua essência material [...]” (2009, p.17). A sociedade em transformação e a indústria em constante crescimento, o consumismo exagerado e o sistema de mercantilização da arte foram alguns dos fatores que desencadearam essas mudanças no modo de se pensar a arte e a sua função no mundo. Duchamp e Sol LeWitt abriram caminhos que muitos artistas seguiram e mudaram significativamente os rumos da arte e de sua história. Lucy Lippard e John Chandler classificam essa mudança em “[...] arte como ideia e arte como ação. No primeiro caso, a matéria é negada, pois a sensação foi convertida em conceito; no segundo caso, a matéria foi transformada em energia e tempo-movimento” (2013, p.152). Entendendo assim que o objeto é negado, mas não abolido

jetos cotidianos, produzidos em massa e utilitários, que o artista designava como arte, atribuindo-lhes títulos e apresentando-os fora de seu contexto habitual. Essa prática desafiava as noções tradicionais da arte, especialmente a exigência de habilidade técnica, originalidade e beleza estética, ao afirmar que a escolha do artista era suficiente para transformar um objeto comum em obra de arte. Disponível em: <https://www.moma.org/collection/terms/dada/marcel-duchamp-and-the-readymade>. Acesso em: 20 nov. 2024.

totalmente do processo artístico, melhor compreendendo “[...] a desmaterialização não sendo o desaparecimento total do objeto na arte, mas somente o fim de sua hegemonia e do culto a ele consagrado”, como elucida André Rouillé (2009, p.348, 349).

Dá-se assim, então o que conhecemos por Arte Contemporânea. Compreendida a partir da década de 1960, torna-se múltipla, tanto em relação ao seu suporte quanto às narrativas que a partir disso busca englobar. Diante dessa perspectiva, entendemos que essa arte se posiciona como um campo de contestação que desafia as versões oficiais da história e abre espaço para histórias silenciadas e fragmentadas, podendo não apenas revisitar o passado, mas o reescrever, expondo as lacunas, omissões e contradições que permeiam as narrativas dominantes. Dessa forma, a Arte Contemporânea pode questionar as políticas de apagamento e esquecimento que moldam a memória coletiva. Através de estratégias como a recontextualização de eventos históricos e a denúncia de injustiças sociais, os artistas passam a criar obras que atuam simultaneamente como testemunhos e arquivos. Nesse processo, a arte deixa de ser um registro estático do passado e se transforma em um espaço dinâmico de confronto e resistência.

A problemática, portanto, reside em compreender como a Arte Contemporânea, ao tensionar os limites entre a história e a memória/esquecimento, contribui para uma reinterpretação do passado que desafia as estruturas que sustentam a hegemonia histórica. Para tanto, este estudo integra as ideias de Walter Benjamin (1892-1940), Paul Ricoeur (1913-2005), Hal Foster (1955-) e Georges Didi-Huberman (1953-), importantes teóricos da História e da Arte, ao discutir como a Arte Contemporânea, compreendida a partir da década de 1960, associa-se criticamente com a História. Ao invés de se limitar a

uma mera reflexão passiva sobre eventos e memórias passadas, a Arte Contemporânea adota uma postura ativa e questionadora, desafiando as narrativas estabelecidas e propondo novas interpretações que podem subverter as visões dominantes da História.

Assim, a obra *Ordinário* (2013) da artista paraense Berna Reale é analisada para ilustrar como a arte transforma e revitaliza as memórias, contribuindo significativamente para a construção de novas narrativas históricas e culturais que refletem a complexidade e a multiplicidade da experiência humana.

Ordinário

Perita criminal e artista visual, Berna Reale desenvolve um trabalho que denuncia a violência racial, de gênero e seus apagamentos. Seus trabalhos - performances registradas em fotografia e vídeo - são protestos sobre a violência e o descaso com o ser humano, mesmo quando já desprovido de vida. Em *Ordinário* (2013), Reale, vestida de preto como um anjo da morte, junta os ossos de indigentes, ceifados de forma violenta, e os carrega amontoados sobre um carro de mão pelas ruas de Jurunas, bairro periférico de Belém. A história e a performance por trás da fotografia são fortes. São ossos humanos daqueles que não tiveram seus corpos reclamados transportados por um bairro onde o índice de criminalidade é alto. A artista passa exibindo os resquícios da violência sobre os corpos marginalizados.

A obra de Reale, no entanto, não recupera a história, mas dá vistas ao que a história ocultou. A artista cuida para que a força da violência não se perca na estética da imagem. Seu objetivo, claro em suas performances, é confrontar a realidade imposta, é evidenciar uma história de trauma que precisa ser recontada e ressignificada conti-

nuamente.

Através de exemplos como a obra *Ordinário*, figura 01, podemos observar como artistas contemporâneos assumem esse papel de agentes transformadores, articulando arte, história e memória.

Figura 01 - Berna Reale, *Ordinário*, 2013. Registro fotográfico de performance, 100×150 cm



Fonte: Sítio eletrônico Prêmio PIPA. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/pag/berna-reale/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Ordinário é especialmente relevante diante da necessidade de investigar como as narrativas hegemônicas frequentemente apagam ou marginalizam memórias e histórias de grupos subalternizados. A artista, com seu papel de organizar as coisas para que elas sejam vistas, ao juntar restos mortais - de pessoas esquecidas - e transportá-los à

uma esfera artística, busca o que Hal Foster (1996) denomina como abjeto, ou seja, aquilo que é rejeitado, marginalizado ou considerado impuro. Ao fazê-lo, a artista, intencionalmente, não apenas perturba as ordens estabelecidas da sociedade e da subjetividade, mas também age como um vetor de resistência e contestação. No contexto da arte, frequentemente emerge como uma forma de evidenciar as falhas, os silêncios e as exclusões produzidas por sistemas de poder dominantes (Foster, 1996).

Obras como as de Berna Reale criam um espaço para dar visibilidade a essas memórias silenciadas, ao mesmo tempo que tensionam as políticas de esquecimento. Ao incorporar elementos materiais e simbólicos carregados de significado histórico e social, como os ossos dos que foram sepultados sem identificação, Reale desafia o espectador a confrontar essas realidades incômodas.

A Arte Contemporânea, dentro desse contexto, ao invés de se distanciar das questões sociais e históricas, as incorpora em sua materialidade e conceito (Foster, 1996). É concebida como uma forma de arquivo, onde os fragmentos do passado são resgatados e rearticulados. No entanto, muitas vezes expõe a impossibilidade de uma recuperação completa do passado, revelando as falhas e os esquecimentos inerentes a qualquer tentativa de contar a história. Sendo assim, atua como um espaço onde as memórias silenciadas podem ser resgatadas, mas também onde as impossibilidades da lembrança são explicitadas.

A tensão entre memória e esquecimento e a sobrevivência das imagens

O ato de lembrar é sempre seletivo e mediado pelo tempo presente (Ricoeur, 2014). O conceito de esquecimento como um fenômeno

social e psicológico complexo envolve tanto passividade quanto uma forma de cumplicidade ativa. O esquecimento não ocorre apenas como resultado de uma incapacidade de lembrar, mas também como parte de um processo mais profundo, onde os indivíduos ou grupos são privados de sua capacidade de contar suas próprias histórias - ou seja, são desapossados da narrativa de si mesmos (Ricoeur, 2014). Esse desapossamento, como destaca Ricoeur, não é simplesmente imposto de fora, mas também conta com uma espécie de cumplicidade secreta dos próprios sujeitos, que, “escolhem” não investigar ou se informar sobre as injustiças e males que os cercam. O esquecimento de fuga mencionado por Ricoeur refere-se a essa tendência de evitar confrontar realidades desconfortáveis, uma atitude que resulta de uma vontade de não saber, uma recusa consciente de aprofundar-se nas causas e consequências dos problemas sociais e históricos (Ricoeur, 2014).

Ao recuperar as histórias silenciadas e organizá-las de forma que sejam vistas e compreendidas por uma perspectiva diferenciada, Berna Reale cria uma tensão entre a memória e o esquecimento. A artista atua como uma agente que subverte o desapossamento, reapropriando histórias e memórias que foram excluídas das narrativas hegemônicas. A memória é provocada através da performance - e da imagem - e confronta o esquecimento de fuga ao colocar o espectador frente a esta obra para encarar aspectos dolorosos e marginalizados da história.

Ao provocar a memória através de um processo artístico, a artista possibilita a reconfiguração da memória, trazendo as coisas novamente à existência. Ao entrar em contato com a obra, o espectador ressignifica o passado, ainda que desconhecido. Quando “diante de uma imagem - por mais recente e contemporânea que seja -, ao mes-

mo tempo o passado nunca cessa de se reconfigurar, visto que essa imagem só se torna pensável numa construção da memória [...]” (Didi-Huberman, 2015, p. 16).

Não basta, no entanto, apresentá-las sob uma nova ótica, é preciso que ela sobreviva. A performance, em seu caráter efêmero, permanece através da imagem fotográfica e acentua o discurso da artista pela possibilidade de reprodução. Ao aprofundar a discussão sobre a relação entre arte e memória introduzindo o conceito de sobrevivência das imagens, Didi-Huberman (2013) explora como as imagens, e por extensão, a arte, sobrevivem aos contextos históricos e resistem ao desaparecimento. A Arte Contemporânea, em especial de artistas como Berna Reale, tem a capacidade de revelar as camadas de esquecimento e repressão que envolvem certos eventos históricos, trazendo à tona o que ele chama de restos ou traços de memória que continuam a existir, mesmo que de forma fragmentada e incompleta, sobretudo, pela imagem.

A ideia de sobrevivência em Didi-Huberman é o ponto para entender como a Arte Contemporânea pode atuar como um agente transformador na reconfiguração da memória. As obras de arte, especialmente aquelas que lidam com o trauma e o esquecimento, como em *Ordinário*, não apenas representam o passado, mas o fazem sobreviver, tornando visíveis as ausências e os silêncios da história. A arte, assim, não é apenas um registro passivo do que aconteceu, mas uma forma ativa de resistência contra o esquecimento imposto pelo tempo e pelas narrativas impostas. Ao trazer para o campo visual os restos e traços da memória, a artista não busca uma reconstrução completa do passado, mas sim uma exposição crítica das suas lacunas e silêncios (Foster, 1996).

A artista não apenas evoca o passado, mas também o materializa de maneira crítica, expondo essas lacunas e silêncios a que Foster se refere. Sua obra torna-se, assim, um espaço de confronto onde as memórias reprimidas ou distorcidas podem ser reconfiguradas e apresentadas sob uma nova perspectiva. O caráter arquivado da arte, nesse contexto, não implica a preservação passiva de memórias, mas sim a criação de novos significados a partir dos fragmentos do passado. A obra de Berna Reale se transforma em um meio de testemunhar não apenas o que ocorreu, mas também o que foi omitido ou silenciado pela história. Nesse cenário, representações de corpos mutilados, adoecidos ou submetidos a condições extremas aparecem na arte contemporânea, nesse contexto, como um testemunho visceral e inescapável das consequências do poder sobre as vidas humanas. Foster destaca como essas representações não se limitam a documentar a violência, mas também desestabilizam o espectador, obrigando-o a confrontar os limites da humanidade e as estruturas que sustentam a opressão. Portanto, para muitos artistas de vanguarda, o abjeto se torna uma maneira de explorar e perturbar as ordens estabelecidas da subjetividade e da sociedade. O corpo doente ou danificado passa a ser visto como uma evidência da verdade, e a abjeção é usada como uma forma de testemunho contra o poder (Foster, 1996).

A reprodutibilidade técnica como difusão das memórias

Uma característica marcante da Arte Contemporânea é a sua multiplicidade. Quando os artistas romperam com a lógica do material, foi deflagrada a ideia de que o objeto de arte, o trabalho final do artista, que conhecemos por *obra*, é ressignificado como parte de um processo. Nas práticas de muitos artistas, o conceito, a ideia, tomam o

lugar do objeto. Para documentar os processos artísticos efêmeros, a fotografia e o vídeo tornam-se aliados dos artistas e por consequência ganham o estatuto de arte.

Em seu ensaio sobre *a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, ainda em 1936, Walter Benjamin, introduz o conceito de aura para descrever a singularidade e a autenticidade das obras de arte, concebidas em um contexto histórico e espacial específico. Com o advento da fotografia e do cinema, ocorre o que Benjamin chama de perda da aura, uma vez que essas tecnologias permitem a reprodução técnica das imagens e a disseminação das obras em massa, desvinculando-as de sua unicidade.

A crítica de Benjamin à reprodutibilidade técnica se consolida com a proliferação das mídias. No entanto, na perspectiva da Arte Contemporânea, que incorpora as mídias em sua materialidade, essa transformação é uma oportunidade para a disseminação e democratização da arte e da memória. A reprodutibilidade técnica possibilita que imagens e narrativas, antes restritas a determinados grupos culturais elitizados, sejam amplamente distribuídas e facilita o acesso à arte e as memórias que estavam marginalizadas ou esquecidas. Ao passo que perde seu caráter singular, o que Benjamin chama de aura, ganha em alcance e popularidade. O autor aponta que, dessa forma,

poderia caracterizar-se a técnica de reprodução dizendo que liberta o objecto reproduzido do domínio da tradição. Ao multiplicar o reproduzido, coloca no lugar de ocorrência única a ocorrência em massa. Na medida em que permite à reprodução ir ao encontro de quem apreende, actualiza o reproduzido em cada uma das suas situações (1985, p. 168-169).

Assim, diante desse paradoxo, a Arte Contemporânea, ao adotar tec-

nologias como a fotografia e o vídeo, cria novos espaços para a preservação e a circulação de histórias que desafiam as narrativas hegemônicas e renuncia a essa singularidade para propiciar a experiência coletiva, possibilitando a reconfiguração das memórias, atualizando-as em diferentes contextos.

No caso da obra de Berna Reale, o uso da fotografia e do vídeo em *Ordinário* exemplifica essa dinâmica. A documentação de sua performance, feita por meio dessas tecnologias, amplia o alcance de sua mensagem, transformando o ato performático efêmero em um arquivo acessível e replicável. A artista, ao ser capturada pelas câmeras, torna-se símbolo de memória que transcende o momento da ação, permitindo que novos públicos reflitam sobre as questões de violência e exclusão social que a obra aborda.

A fotografia e o vídeo, nesse sentido, não apenas registra o presente, mas também atua como ferramenta arquivística que preserva, democratiza e reconfigura a memória. Ao retirar a arte de sua singularidade aurática, cria possibilidades de disseminação e ressignificação. A reprodução técnica, nesse sentido, permite que memórias fragmentadas e histórias silenciadas sejam difundidas amplamente, rompendo com as formas tradicionais da arte. Distante de desvalorizá-la, potencializa seu papel político e social.

Conclusão

A obra de Berna Reale, especialmente *Ordinário* (2013), contribui significativamente para a reconfiguração da memória coletiva ao trazer à tona os silêncios e as lacunas das narrativas históricas estabelecidas. Reale, ao inserir o corpo como meio de expressão e utilizando materiais simbólicos de forte carga política, desestabiliza as fronteiri-

ras entre arte e realidade social, confrontando as políticas de esquecimento que historicamente marginalizam determinadas vivências e histórias. Sua prática não só denuncia as violências sistêmicas, mas também propõe uma ressignificação da memória, dando visibilidade a corpos e eventos que foram descartados ou omitidos pelas narrativas oficiais.

A Arte Contemporânea, nesse sentido, assume seu papel como campo de resistência. Ao questionar as narrativas históricas hegemônicas, ela transforma o espaço artístico em uma arena de contestação política e social. A obra de Reale e outras múltiplas produções contemporâneas revelam que a arte não é apenas uma forma de expressão estética, mas um meio de interrogar e subverter as estruturas de poder que tentam controlar a memória coletiva. Ao invés de simplesmente refletir o mundo, a Arte Contemporânea age como um agente ativo de resistência contra o esquecimento, resgatando fragmentos do passado e apresentando-os de forma crítica, instigando o público a confrontar as realidades ocultas e negadas.

No contexto da teoria de Paul Ricoeur, que propõe a ideia de que o esquecimento é muitas vezes um fenômeno social e psicológico, a Arte Contemporânea atua como um antídoto contra esse esquecimento de fuga. A arte, assim, não apenas preserva o que foi silenciado, mas também desafia a sociedade a reavaliar as histórias que se mantêm no poder, oferecendo uma perspectiva alternativa ao que foi subalternizado.

Os conceitos de *arquivo crítico* de Hal Foster e a *sobrevivência das imagens* de Georges Didi-Huberman também ressoam profundamente na prática artística contemporânea. A ideia de que a arte age como um arquivo crítico, que não apenas registra, mas também reconfigura,

evidencia a capacidade da arte de questionar o passado e oferecer novas leituras do que foi esquecido. A sobrevivência das imagens, como abordada por Didi-Huberman, nos mostra como a Arte Contemporânea carrega os restos e traços de uma memória fragmentada, mas ainda viva, que se resiste ao desaparecimento. Assim, a arte torna-se não apenas um meio de testemunho, mas também uma ferramenta para reconstituir a memória coletiva de maneira mais democrática, acessível e crítica.

As práticas artísticas contemporâneas, como as de Berna Reale, subvertem a relação entre memória, história e poder, oferecendo uma nova forma de articular a memória coletiva, mais inclusiva e crítica, que dá visibilidade ao que foi alijado da história. Dessa forma, a Arte Contemporânea se torna uma ferramenta transformadora, que não só questiona as verdades estabelecidas, mas também ressignifica o passado, projetando uma visão mais justa e plural para o futuro.

Referências

- ARCHER, Michael. **Arte Contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Luiz Cláudio da (Org.). **Dispositivos de registros na Arte Contemporânea**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2009.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do Tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2013.

- FOSTER, Hal. **O retorno do real: a vanguarda no final do século XX**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- LEWITT, Sol. Parágrafos sobre arte conceitual. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (Orgs.). **Escritos de artistas: anos 60/70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LIPPARD, Lucy R; CHANDLER, John. A desmaterialização da arte. Rio de Janeiro: **Artes e Ensaios**, 2013. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n25.p150%20-%20165>
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2014.
- ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e Arte Contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

Dança e Educação Física: entrevista com Eluza Maria Santos

Bruna Teixeira Carneiro¹

Introdução

Este estudo busca compreender como a dança se materializou no currículo de formação de professores de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) nas décadas de 1980 e 1990. Visa, portanto, contribuir com a História da Dança como objeto de ensino da Educação Física e para as demais áreas com as quais ela interage, uma vez que identificou-se que existe, na área de estudos e ensino da dança, uma lacuna sobre a história da configuração deste campo de conhecimento (Muglia-Rodrigues; Correia, 2013; Brasileiro; Souza; Fragoso, 2015).

Destaca-se também a necessidade de contribuir para a própria compreensão do desenvolvimento da dança no Estado do Espírito Santo e do reconhecimento do papel da Ufes na construção de uma tradição em torno do objeto que se materializa, por exemplo, na constituição das faculdades estaduais voltadas para as artes, como a Fafi² e

1 Mestre e Doutoranda em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação de Educação Física da Ufes; Discente do Curso de História da Ufes. Contato: bruna.es.br@gmail.com

2 Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música, criada em 1992. Oferece, gratuitamente, oficinas e cursos de qualificação profissional em teatro e em dança.

a Fames³.

Nesse contexto, buscando não só esboçar compreensões acerca das questões e dos objetivos apresentados, como também fornecer as fontes necessárias para a construção de uma versão histórica sobre a formação de professores de Educação Física da Ufes e o papel da dança como conteúdo de ensino dessa disciplina, optou-se por fazer uso da História Oral como metodologia de pesquisa, pois esta trabalha:

[...] com o testemunho oral de indivíduos ligados por traços comuns. A utilização desta metodologia [...] fornece novas perspectivas para o entendimento do passado recente, possibilitando o conhecimento de diferentes versões sobre determinado tema. O testemunho oral, obtido através de entrevistas, constitui-se como o núcleo da investigação, ou seja, o trabalho investigativo leva em conta as trajetórias individuais, eventos ou processos que não poderiam ser compreendidos de outra maneira. Isso obriga o pesquisador a buscar respaldo em outros referenciais teóricos, principalmente os que discutem sobre as relações entre escrita e oralidade, memória e história, tradição oral, bem como sobre os conceitos apontados pelos colaboradores (Baraldi, 2003, p. 216).

De acordo com Freitas (2002, p. 18), a História Oral é “Um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”. Dessa forma, para estudar a história da dança no currículo de formação de professores de Educação Física, foi realizada uma entrevista com uma professora que compôs o quadro de docentes do curso de Educação Física no período estudado, a qual expressa as experiências e os modos com que estas foram vivenciadas.

3 Faculdade de Música do Espírito Santo, fundada em 1952. Oferece, de forma gratuita, o curso de Licenciatura em Música, cursos de Musicalização Infantil, Formação Musical e de Extensão.

Tendo como base Thompson (1992), entende-se que existem três formas de construir a História Oral: 1) por meio da narrativa da história de vida; 2) por meio de coletânea de narrativas e; 3) por meio da análise cruzada, onde a evidência oral é entendida como fonte de informação que permite a organização de um texto expositivo. Assim, considerando a lacuna aqui já sinalizada sobre a História da Dança no Brasil, optou-se pela realização de uma entrevista exploratória utilizando a técnica de História de Vida, esperando, dessa forma, que a entrevistada oferecesse elementos que permitissem o desenvolvimento de uma narrativa histórica.

A entrevistada é a Professora Doutora Eluza Maria Santos, nascida no ano de 1957, em Minas Gerais. Seus pais, que eram funcionários públicos, decidiram mudar para o Espírito Santo quando ela ainda era pequena. Atualmente, a professora reside no bairro República, localizado na cidade de Vitória, é casada e não possui filhos. É licenciada em Educação Física pela Ufes e possui Bacharelado e Mestrado em Dança pela Universidade do Estado do Arizona, além de Doutorado em Dança e Artes Afins pela Universidade da Mulher do Texas.

Eluza atuou como professora de Dança do Departamento de Ginástica do Centro de Educação Física e Desportos da Ufes e também trabalhou por 12 anos como professora efetiva do Departamento de Dança da Universidade da Carolina do Norte em Greensboro, Estados Unidos. A professora estabeleceu uma sólida presença como pesquisadora e artista nesse país no Brasil. Aos 66 anos, ela é a fundadora e co-diretora do Projeto EluzArtes, em Vitória, onde continua a inspirar e a compartilhar sua paixão pela dança, organizando oficinas, apresentações e cursos de formação. Eluza se destaca como um exemplo notável de vitalidade e comprometimento duradouro com a arte da dança no Estado do Espírito Santo e no Brasil.

Esta entrevista foi realizada em Vila Velha, Espírito Santo, no dia 23 nov. 2022. Os procedimentos de pesquisa adotados, seguindo as reflexões e orientações propostas pela História Oral, foram: pré-entrevista; assinatura da carta de aceite pela entrevistada; elaboração de um roteiro para a entrevista; entrevista (gravada por meio da ferramenta “gravador de voz” do Iphone SE 2020); transcrição da entrevista e; análise da entrevista.

Análise da entrevista

Uma das características da professora Eluza é a sua forma positiva de ver a vida e como ela concebe a realidade a partir de um olhar extremamente pessoal. É um exemplo de vitalidade, estando até hoje envolvida com a organização de diversas oficinas, apresentações e cursos de formação em Dança no Estado do Espírito Santo.

Na análise da entrevista, percebemos que a memória manifestada é a Bergsoniana, isto é, uma memória individual. De acordo com a teoria de Bergson (1999), nesse tipo de memória, o sujeito seleciona as lembranças, descartando aquelas que não fazem sentido e trazendo à tona aquelas que fomentam uma visão necessária e importante para a sua vida e para o entendimento de si mesmo. Quando questionada sobre como foi a sua infância, a professora Eluza deixou claro que a paixão pelo movimento e pela arte sempre existiu na sua vida:

[Eluza] – Ah! (Risos) A minha infância foi muito legal. Eu sempre fui muito ativa e sempre gostei muito das artes cênicas. Então desde bem novinha, dos seis aninhos, eu ia para... Na época era parque infantil... Não sei se hoje é pré, mas eu ia e lá os professores criavam algumas festividades, algumas coisinhas, comemorações. Lá estava eu. Eu adorava! Depois o tempo foi passando... Eu ainda criança... Mas eu mesma começava na minha vizinhança a criar apresenta-

ções, teatrinhos e dancinhas [...] Eu sempre fui muito ativa. Sempre gostei muito do movimento.

Percebemos que desde criança ela já manifestava interesse pela dança. Aparentemente, a família de Eluza não sofria com problemas financeiros e a apoiava bastante, o que possibilitou o seu ingresso e permanência na escola, além da entrada para um curso de Balé Clássico, no qual ela não permaneceu por prezar pela liberdade e espontaneidade dos movimentos. Quando questionada se lembrava-se de algum problema que a sua família teve durante a sua infância ou adolescência, sua resposta evidenciou que o dinheiro não era um grande problema: “Olha, eu vou dizer, antes de mais nada, que toda família tem problemas. Eu acho que a minha família sempre teve problemas corriqueiros. Problemas que várias famílias têm”.

A pergunta seguinte foi: “Agora, eu gostaria que você falasse sobre o surgimento da dança na sua vida. Como foi?” O objetivo era compreender os motivos que a levaram a começar a dançar, bem como as condições em que vivia nesse momento. A resposta acabou remetendo diretamente à sua entrada no Colégio Maria Ortiz, antiga Escola Normal Dom Pedro II, única escola pública formadora de professoras, denominadas professoras normalistas.

[Eluza] – [...] Você já ouviu falar do Colégio Maria Ortiz? Foi ali que eu comecei aulas sistemáticas, aulas duas, três vezes por semana. Tinha um grupinho que se apresentava... Eu entrei nesse grupinho. Eu entrei naquela escola. Antigamente ela era a Escola Normal Dom Pedro II. [...] Logo nas primeiras semanas de aula, uma das colegas que estavam lá no cursinho de admissão falou assim: – Eluza, você que gosta tanto de dança... Óh, lá embaixo tem uma sala de dança... Tem uma professora dando umas aulas interessantes... Vai lá ver! Eu descí e fui. Era uma sala de dança tão gostosinha... Piso de madeira, bacana... Cheia de barra... Tinha um piano... Quando

eu vi a aula, falei: – É isso!. Aquele momento foi muito revelador, porque a professora era uma pessoa muito chamativa. Ela tinha uma figura muito bacana, exótica, de usar coisas no cabelo, turbant, chapéu... Essas coisas [...].

Nesse período, o magistério estava sendo direcionado para as mulheres, o que aumentou a procura pelo acesso à essa escola, dado que “[...] começava a prevalecer a ideia da necessidade de se instruírem as mulheres, pois, uma vez que eram as responsáveis pela educação dos filhos, poderiam ser, também, pela formação de bons cidadãos” (Franco, 2001, p. 84). A preferência pelas mulheres para o ofício de educar facilitou a sua entrada para o mercado de trabalho. No caso de Eluza, é possível perceber que na sua resposta não há nenhuma contextualização do período, muito menos uma reflexão crítica sobre a sua entrada para a escola. O seu olhar é apenas subjetivo.

Ainda respondendo à pergunta sobre o surgimento da dança na sua vida, Eluza citou Conceição Aparecida Ferreira Vieira, antiga professora da Ufes. Novamente, a partir de um olhar extremamente subjetivo, Eluza explicou que o seu ingresso no curso de Educação Física da Ufes se deu, em grande parte, pela sua admiração por Conceição e pelo desejo de seguir a sua ídola:

[Eluza] – [...] Eu vi aquela mulher com uma energia legal... Sorrindo para os alunos. A aula tinha mais liberdade... Ela sentava no piano: – Olha, vai lá agora! E cinco, seis, sete e oito! Ela mesma tocava e falava: – Perna direita! Isso aí! Vira! Eu gostei daquela energia. Dali para frente ficou sendo a dança. A minha professora, aquela com quem eu comecei, o nome dela é Conceição Aparecida Ferreira Vieira. Ela era professora de dança da Ufes, então ela foi, vamos dizer, a minha inspiração, o meu ídolo. Eu a segui. Então, se ela estava na Ufes, eu iria para a Ufes! [...].

Buscamos, então, explorar a evidente admiração de Eluza pela professora Conceição. Perguntamos se a professora se lembrava de como eram as aulas e se era ensinado algum tipo específico de dança. Sobre isso, temos a seguinte vivência:

[Eluza] – Tinha. Para falar a verdade tinha muito trabalho físico... Um trabalho... Até de certa forma que vinha da Educação Física. Mas essa professora, a Conceição, estudou muito também no Rio de Janeiro. Fez Especialização em Dança no Rio com uma professora chamada Helenita Sá Earp. A Helenita criou o próprio sistema, era um sistema bem, botemos a palavra “Ginástico”, mas era um sistema bem físico. A Conceição também gostava muito da técnica de Martha Graham, então ela utilizava a base Graham para fazer as suas aulas. Mas ela também dava muita aula de Jazz [...].

Na resposta acima, aparecem dois nomes importantes para a história da dança no Brasil: Helenita Sá Earp e Martha Graham. Maria Helena Pabst de Sá Earp, mais conhecida como Helenita Sá Earp, foi uma professora universitária e diretora artística na área da Dança. Formou-se na Martha Graham School em Nova York e dedicou a sua vida ao ensino e pesquisa em dança, desenvolvendo teorias de princípios e conexões abertas em Dança. Foi convidada em 1940 para assumir a cadeira de Metodologia das Atividades Rítmicas e Expressivas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

Segundo Amaral e Motta (2018, p. 975),

[...] a preocupação com um corpo saudável que refletisse a força “natural” do brasileiro permitiu a abertura da primeira Escola de Educação Física civil do Brasil⁴, oportunidade que possibilitou a

4 Apesar da afirmação feita pelos autores, sabe-se por meio de pesquisas históricas sobre a criação dos cursos de Educação Física no Brasil, que a Escola de Educação

Helenita Sá Earp desenvolver suas ideias acerca da dança e fazer da Universidade um laboratório prático de ensino e criação, ainda que discordasse frontalmente do corpo rígido e submetido às regras militares que, presumia-se, seria então ensinado e treinado pela Escola. Earp começou, pois, adequando-se às ideias do status quo para, inserindo-se no meio educacional, poder distorcê-las em prol de uma maior liberdade de criação.

Helenita discordava da limitação imposta pela dicotomia Educação Física e Dança, e da forma como o corpo era percebido, se colocando contra os ideais militares propostos na época, entendendo o corpo como uma linguagem e, portanto, criticando duramente a maneira como a Dança era ensinada e trabalhada, repleta de estereótipos provenientes do balé clássico (Amaral; Motta, 2018). Assim, aproveitando-se do grande destaque que estava sendo dado à Ginástica Rítmica na época, Helenita agiu de forma tática, introduzindo na prática da ginástica algumas características de dança.

Utilizando a sua posição no ambiente acadêmico, Helenita buscou estudar e compreender o corpo por meio de novas concepções de ensino e produção em dança, tornando-se uma autoridade no campo educacional e colocando-se contrária a determinadas metodologias vigentes no período, que, para ela, “[...] comprometiam o desenvolvimento artístico e criativo inerente à capacidade do ser humano para a dança” (Gualter, 2000, p. 27).

É importante destacar que Helenita não deixava de incluir e elogiar as Danças Regionais e Folclóricas nas suas discussões sobre a dança escolar, porém afirmava que elas não eram suficientes para a educação. A reprodução de discursos que exaltavam as Danças Regionais e Folclóricas como um conteúdo escolar foi uma tática utilizada pela

Física do Espírito Santo foi a primeira escola de formação de professores civis fundada no país (Bruschi, 2019).

professora, que almejava com isso, alcançar maior reconhecimento social, conquistado por meio da publicação de seus trabalhos em impressos importantes de Educação Física do período (Carneiro, 2022).

Helenita manifestava as suas ideias sobre a importância da Dança Moderna como um conteúdo educacional, todavia, o fazia sem se posicionar contra os discursos que circulavam no período que entendiam as Danças Regionais e Folclóricas como um elemento educativo essencial (Carneiro, 2022). A resposta da entrevistada sugere que o projeto de Helenita Sá Earp teve grande êxito e que havia, naquele período, a possibilidade de um professor da Ufes viajar para o Rio de Janeiro para se especializar na técnica de Helenita, isto é, havia investimento na formação em Dança Moderna.

A outra pessoa citada na resposta de Eluza foi Martha Graham, inspiração de Helenita Sá Earp, dançarina e coreógrafa americana, conhecida mundialmente por revolucionar a história da Dança Moderna. Segundo Garaudy (1980), Graham buscou, ao longo de sua vida, desvendar e apresentar a alma humana por meio da dança, sendo a primeira a constituir, de fato, a primeira técnica sistematizada de Dança Moderna.

Percebemos que, ao que parece, a Dança Moderna representava o estilo de dança ideal para o ensino daquele período. Buscando encontrar mais elementos que pudessem confirmar essa suposição, questionamos a professora Eluza sobre o período de sua graduação em Educação Física: “Em relação às aulas, tinha um estilo de dança específico que era ensinado? Era mais de um estilo? Tinha algum que você gostava mais”. A resposta foi bem incisiva: “Não. Era tudo Dança Contemporânea. Na época, era chamada de Dança Moderna. Inclusive, na época que eu fazia o curso de Educação Física o termo

era até ‘Dança Universal’ [...]”.

A pergunta seguinte foi: “E as Danças Regionais? Apareciam naquele momento?”. Dessa vez, a resposta pareceu confirmar a existência de uma divisão da disciplina Dança entre Dança Moderna e Danças Regionais e Folclóricas, de acordo com a proposta de Helenita Sá Earp:

[Eluza] – Não. As Danças Regionais entravam, na minha época, na área da recreação ou folclórica. Nós tínhamos uma professora de Folclore... Danças Folclóricas. Ela era maravilhosa. Era ali que a gente fazia o que era relacionado com o povo, com as regiões. Mas não na aula de dança. A aula de dança era uma aula de dança acadêmica... A dança cênica... A dança que vai para o palco.

[Entrevistadora] – Nessas aulas de Danças Regionais os meninos participavam?

[Eluza] – Sim, participavam.

Segundo Bruschi (2022), “As festividades cívicas e o canto orfeônico, mas também a Educação Física, faziam parte das estratégias nacionalistas de construir o abasileiramento integral pela educação da juventude [...]”. Nesse caso, entravam também as Danças Regionais e Folclóricas, por meio do recolhimento de cantigas populares e de danças regionais. Dentre as danças apontadas apareciam as ‘Danças indígenas’, “Polca das crianças”, “Na Bahia tem”, “Maestro”, “Oh! Suzana”, “Sete passos”, “Dança espanhola” e “Shottisch sueco”.

Para Helenita de Sá Earp, as Danças Regionais e Folclóricas estavam inseridas nas chamadas “Danças Educacionais”, juntamente com a Dança Natural ou Moderna. Eram consideradas Danças Educacionais aquelas que podiam e deviam ser aplicadas no processo de ensino. Mesmo a Dança sendo comumente compreendida como uma prática

natural para as mulheres, os homens também eram incentivados a dançar. No entanto, para o sexo masculino, essa prática tinha características e objetivos completamente diferentes (Carneiro, 2022).

Seguindo as propostas de organização da Educação Física presentes no Regulamento n. 7, procurava-se dividir a dança em “Dança infantil”, que deveria ser ensinada para os alunos do sexo feminino e masculino de até sete anos de idade de forma conjunta, e “Dança feminina” e “Dança masculina”, que deveriam ser trabalhadas a partir dessa idade, e se diferenciavam tanto na metodologia quanto nos objetivos propostos (Carneiro 2022).

As Danças Regionais e Folclóricas pareciam representar, portanto, um estilo de dança apropriado para homens e mulheres, cabendo a este, ao longo do tempo, trabalhar e se responsabilizar pelo desenvolvimento das práticas folclóricas, relacionadas aos dias comemorativos e atividades cívicas nas escolas, criando nos jovens uma consciência nacional e desenvolvendo o seu espírito patriótico.

Retornando à entrevista, tentamos explorar o tema das Danças Regionais e questionamos a entrevistada se havia algo que ela lembrava em relação a essas aulas, no entanto, a entrevistada apenas conseguiu lembrar o nome da professora: “A professora de Folclore era a Adelzira”.

A seguinte pergunta feita foi: “Sobre a época de sua formação ainda... Nesse caso, não só se referindo à dança... Você lia muito na graduação?” O objetivo era identificar os autores que possivelmente foram lidos pelos professores em formação. A resposta, no entanto, foi bastante surpreendente:

[Eluza] – Não. Não tinha leitura. Principalmente na Educação Fí-

sica. Nada. Na minha época, a Educação Física era um curso bem prático, de atividades físicas, da técnica... Era fazendo e aprendendo... Indo fazer. A teoria era para informar a prática. Então, não lemos muito.

[Entrevistadora] – Por mais que você não tenha lido... Na convivência com os professores nas aulas... Por acaso você escutou o nome de algum autor que era considerado importante para a Educação Física ou a dança?

[Eluza] – Não. Na minha época era só prática mesmo. E olha que a gente amava! Quando a gente saía dali, tinha muita coisa para passar pros alunos, porque você fazia... Você vivia aquilo completamente, porque no fazer você também se engaja mentalmente [...].

Não podemos afirmar que não havia leitura no curso de Educação Física naquele período a partir da resposta de Eluza, pois entendemos que esta pode ser apenas a sua visão sobre o curso, característica de sua personalidade. Eluza era e ainda é uma pessoa muito prática e, portanto, se interessava pela prática. Nesse sentido, o que estava distante de sua experiência pessoal possivelmente era visto por ela com pouco ou nenhum interesse.

Em 1980, Eluza foi para os Estados Unidos fazer o Mestrado em Dança. Ao ser questionada sobre a sua relação à distância com seus familiares, amigos e ex-colegas de curso e se ela se mantinha atualizada sobre o que estava acontecendo na Ufes, a professora afirmou que manteve contato o tempo inteiro com todos e que, naquele momento, a instituição continuava a mesma: “Olha, eu tenho certeza que eu recebia notícias. Mas naquela época não estava mudando muita coisa não [...]”.

A professora Eluza começou a atuar como professora na Ufes em 1988. Questionamos: “Como foi trabalhar na Ufes?”. É possível perceber que a entrevistada não dá conta de analisar o contexto em que

vivia de forma crítica, centralizando o seu retorno ao passado nas suas experiências pessoais. A resposta ressalta a visão positiva da professora sobre a sua história e os acontecimentos, lugares e pessoas que a rodeavam:

[Eluza] – Nossa! Foi ótimo! Eu dava aulas de dança, adorava os alunos... As alunas, né? Ainda eram só mulheres. Criei uma companhia de dança lá dentro, um grupo chamado Axis. Como se fosse o centro de alguma coisa... A terra tem o axis. Então, eu pensei assim 'Vamos transformar isso aqui no centro da dança!' Era o Grupo Axis. A gente botava assim com um tracinho: Áxis - Ufes. A companhia viajou... Participamos em festivais no Rio, Minas Gerais, São Paulo, Joinville... Fizemos uma turnê nos Estados Unidos.

Em 1992, Eluza foi para os Estados Unidos fazer o doutorado e, após concluir o curso no ano de 1990, decidiu ficar por lá. Questionamos sobre o que a teria levado a tomar essa decisão, sobre o que estava acontecendo na Ufes no período e se ela se sentiu desmotivada a voltar para o Brasil:

[Eluza] – Olha, o que eu percebia por comunicados de amigos ou viagens que eu fazia aqui era que a dança estava se tornando menos, menos e menos. Isso estava começando a acontecer quando eu estava para retornar. A dança estava sendo cortada do currículo cada vez mais. Eu comecei a perceber o seguinte: — Onde que vão me utilizar depois de eu ter feito um doutorado em Dança? O meu doutorado era muito prático. Eu sendo professora da Ufes em tempo integral e dedicação exclusiva, como é que eles iriam preencher essa minha carga horária? Vou dar aula de que? Vou ter que ficar criando projetos para preencher a minha carga horária e ministrar disciplinas que não têm uma relação direta com o que eu faço, com o que eu vim gastar tanta energia e dinheiro para fazer? Eu estava começando a perceber isso quando a minha orientadora falou: — Você vai ficar. [...] E eu não me arrependo porque eu sei que eu teria ficado muito triste porque quando eu vejo a Ufes... Eu acho que a Ufes, em relação à Educação Física, está apagada. Para mim está. Eu posso estar

com a percepção errada. Tem gente que não faz a mínima ideia de todos os pensamentos que passavam pela minha cabeça sobre isso. Eu pensava assim “Eu vou sentar em uma reunião de departamento e vou ficar por fora do assunto. Os assuntos são outros. O nível é diferente”. Eu olhava para as disciplinas e pensava “Vou dar o que? Cadê a minha dança?” Quando eu saí era um ano e meio de dança. Eram três semestres. Quando eu voltei era um.

Como vimos, algum eco das transformações que ocorriam no currículo de Educação Física da Ufes chegou à professora Eluza ainda que a distância geográfica existisse. Eluza parece ter se sentido frustrada com as mudanças pelas quais o curso de Educação Física estava passando no período. Apesar do incômodo, a professora optou por ficar nos Estados Unidos e não demonstrou nenhum interesse em “brigar” pelo espaço da Dança no currículo da Ufes, o que evidencia que o seu foco era a sua vida e o seu crescimento profissional e não defender determinadas ideias ou conteúdos.

A insistência no tema permitiu recuperar algumas pistas sobre o período, do que ocorreu e foi assimilado pela entrevistada, mas se manteve submetido à sua compreensão mais ampla e a um olhar extremamente pessoal dos acontecimentos, ficando em uma posição inferior em uma ordem de prioridades, quais sejam, a sua vida e carreira.

Considerações finais

A história do curso de Educação Física da Ufes e suas reformas vêm sendo objeto constante de análises por parte dos pesquisadores da Educação e da Educação Física. Entretanto, uma parte de sua história ainda encontra-se esquecida: a história da disciplina Dança.

O presente estudo teve como objetivo entender como se deu a materialização da dança enquanto disciplina no currículo de formação

de professores de Educação Física da Ufes nas décadas de 1980 e 1990. Sabíamos, no entanto, desde o início, que tal pesquisa seria um grande desafio, especialmente pela ausência de fontes que pudessem dar um maior embasamento para a realização e análise da entrevista.

Os indícios encontrados na entrevista realizada indicam que o projeto de Helenita Sá Earp, que tinha como objetivo inserir a Dança Moderna no currículo de formação de professores de Educação Física, iniciado na década de 1940, teve grande êxito, tanto que foi capaz de superar outro projeto que buscava elaborar uma cultura nacional e “abrasileirar” os cidadãos brasileiros, valorizando o que existia de mais autêntico no país: a sua cultura. Entretanto, entendemos que a fonte utilizada não é suficiente para sustentar tal afirmação, sendo necessária a realização de futuras novas entrevistas.

Destacamos que em nenhum momento compreendemos que a nossa entrevistada é uma pessoa desprovida de conhecimento ou capacidade reflexiva. Todavia, identificamos que, por conta de seu perfil alegre, positivo e individualista, suas respostas não deram conta de apresentar uma análise crítica sobre os acontecimentos que rodearam a sua história de vida. Dessa forma, a sua narrativa esteve, grande parte das vezes, centrada em si mesma.

Contudo, considerando a ausência de estudos que pudessem dar uma maior credibilidade à pesquisa e permitir uma análise mais profunda da entrevista, e também os limites da própria metodologia, dado que a História Oral privilegia a recuperação das vivências conforme concebidas por quem as viveu (Alberti, 2005), apontamos a necessidade de que novos estudos sejam realizados a fim de dar maior profundidade às reflexões aqui estabelecidas. Por fim, sinalizamos que temos a intenção de realizar outras entrevistas que possam servir de comple-

mento para a análise aqui realizada.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMARAL, Fabiana; MOTTA, Maria Alice. Helenita Sá Earp e a construção da dança como saber acadêmico. **Anais do 5º Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança**. Manaus: ANDA, 2018. p. 973-987.
- BARALDI, Ivete Maria. **Retratos da Educação Matemática na Região de Bauru (SP): uma história em construção**. 2003. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRASILEIRO, Livia Tenorio; SOUZA, Taisa Kehrlé.; FRAGOSO, Alice Renata de Farias. Produção de conhecimento sobre dança e educação física no Brasil: analisando dissertações e teses. **Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Vitória, ES, 2015. p. 1-17.
- BRUSCHI, Marcela. **Entre a França e o Brasil**: criação, circulação e apropriações do Método Francês de Educação Física (1931-1960). 2019. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- BRUSCHI, Marcela. O uso da cultura popular brasileira como conteúdo de ensino da Educação Física escolar (1930-1960). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, e223, 2022.

- CARNEIRO, Bruna Teixeira. **A dança como projeto educativo nas décadas de 1930 e 1940:** circulação, discursos e propostas em torno de um objeto de ensino. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público:** o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- GARAUDY, Roger. **Dançar a Vida.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GUALTER, Katya Souza. A institucionalização da Dança na UFRJ e a sua disseminação no estado do Rio de Janeiro. In: GUALTER, K. S.; CARDOSO, L. S. (Org.). **I Coletânea de Artigos do Departamento de Arte Corporal.** Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.
- MUGLIA-RODRIGUES, Barbara; CORREIA, Walter Roberto. Produção acadêmica sobre dança nos periódicos nacionais de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 1, p. 91-99, 2013.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Impacto do isolamento compulsório nas relações sociais e institucionais: uma análise do Hospital Colônia de Itanhenga na mídia capixaba do século XX

Carolina Menconi¹

Os primeiros registros da doença hanseníase - popularmente conhecida como lepra - se datam desde 5.000 a.C. De acordo com a evolução da enfermidade no tempo, desde o Mundo Antigo, a lepra é retratada de forma estigmatizada e repugnante, como podemos ver em histórias bíblicas por exemplo. Ao ser associada ao conceito de impureza e pecado, a doença foi, ao decorrer do tempo, tomando diversas significações pejorativas acerca dos enfermos, obtendo a ideia de que estes eram decrépitos e degenerados, representando um perigo para o bem-estar da sociedade, quando ao mesmo tempo, também despertou sentimentos de piedade e solidariedade por parte dos 'sãos' em relação aos enfermos.

Ao adentrarmos na Era Contemporânea, algumas ciências iniciaram a justificar os estigmas, criando uma base preconceituosa para fundamentar a exclusão dos indivíduos afetados, com o isolamento obrigatório imposto pelas instituições estatais responsáveis pela

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Associada ao Laboratório de História das Interações Político-Institucionais (HIS-POLIS); Contato: carolinamenconi.dvg@gmail.com

saúde. Como observado por Michel Foucault, os leprosos sofreram uma exclusão perene, de tal forma que essa segregação se tornou uma imagem persistente, mais duradoura do que a própria lepra (Foucault, 2007, p. 9). Em conjunto com a alta capacidade de infecção do agente etiológico e a natureza historicamente incurável, a palavra “lepra” passou a ter um novo sinônimo: temor. Seu resultado nos isolamentos compulsórios se deu na exclusão social dos hansenianos e no afastamento completo das pessoas sem a doença, indo além de ser apenas uma política de saúde pública mundial e brasileira, mas uma verdadeira construção relacional social dos processos de estigmatização, rejeição e isolamento que as políticas públicas e os discursos científico produziram sobre a lepra ao longo do período.

A partir da década de 1930, no Brasil, ocorreu uma grande comoção a respeito da epidemia da lepra, criando-se uma campanha nacional não só financiada pelo próprio governo federal, mas por outros diversos órgãos, sejam privados ou públicos. A criação de hospitais com isolamento compulsório tornou-se uma política de Estado, se acreditando na melhor possibilidade para combater a doença. Por exemplo, no estado do Espírito Santo, ocorreu uma união entre os poderes públicos, grandes empresas e as elites da Grande Vitória, para incentivar a criação do Hospital Colônia de Itanhenga em 1937, no município de Cariacica.

Conforme observa Costa (2013), a separação de pessoas com lepra já se definia no fim do século XIX em conferências científicas internacionais. Devido a falta de um tratamento eficaz para a doença na época se utilizou essa medida para o combate contra o aumento global dos casos de lepra. A decisão do governo Vargas de adotar medidas profiláticas contra a lepra, como a construção de leprosários em várias partes do país, foi impulsionada pela repulsa social associada

à doença, conforme argumenta Carvalho (2012). O medo e a ignorância sobre a enfermidade alimentavam uma percepção negativa, o que levou à segregação dos doentes e à adoção de uma abordagem inadequada no tratamento da doença, resultando no isolamento dos indivíduos afetados.

À vista disso, estudar as políticas institucionais de intervenção sobre os corpos leprosos em Itanhenga exige mais do que analisar as formas de tratamento da hanseníase implementadas no Espírito Santo. É preciso entender como essas práticas se conectavam à produção dos leprólogos e à divulgação de terapêuticas em revistas especializadas durante o período do isolamento compulsório. Além disso, é fundamental explorar como a hanseníase era estigmatizada em terras capixabas e como diferentes setores sociais se mobilizaram em torno da criação do leprosário, em sintonia com a política sanitária nacional propagada pelos periódicos. Para isso, foi necessário construir um planejamento capaz de abarcar todo o contexto em que esses periódicos circularam ao longo do século XX.

No início deste projeto, houve um levantamento de fontes para compreender a questão da hanseníase no estado do Espírito Santo, sendo fundamental a determinação das bases que atestam cuja investigação, proporcionando uma análise mais profunda particular da realidade vinculada. Depois, as leituras realizadas foram cruciais para compreender como os acontecimentos das primeiras décadas do século XX, especialmente entre os anos 1930 e 1960, moldaram o objeto de estudo desta pesquisa. O levantamento bibliográfico possibilitou reunir informações essenciais para contextualizar as políticas de saúde relacionadas à hanseníase, com ênfase no caso da Colônia de Itanhenga, onde essas fontes se situam. Paralelamente, outras obras científicas foram consultadas para oferecer o embasamento concei-

tual necessário, permitindo uma análise mais aprofundada da condição do indivíduo afetado pela lepra, tanto em sua vivência pessoal quanto em seu papel social.

Para explorar o universo microanalítico da hanseníase no Espírito Santo, seguindo a metodologia proposta por Jacques Revel, a Hemeroteca Digital Brasileira foi a ferramenta fundamental. O portal, que reúne um vasto acervo de periódicos nacionais – como jornais, revistas, anuários e boletins – acessíveis pela internet, permitiu compreender o contexto da doença na sociedade capixaba do século XX e como ela era retratada pela mídia jornalística. O recorte temporal, abrangendo as décadas de 1890 a 1960, possibilitou uma análise detalhada de quatorze jornais e de 1.511 ocorrências, revelando os estigmas associados à hanseníase nesse período. Os jornais analisados foram: *A Época* (Vitória, 1946-1949); *Diário da Manhã: Órgão do Partido Construtor* (Vitória, 1930-1937); *Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo* (Vitória, 1945-1960); *Folha do Povo: O vespertino do Espírito Santo* (Vitória, 1952-1953); *Mensagens do Governador do Espírito Santo para Assembléia*, (Vitória, 1918-1937); *Nossa Folha, Vitória*, 1937; *O Cachoeirano: Órgão do Povo – Colunas francas a todas as inteligências* (Cachoeiro de Itapemirim, 1890-1923); *O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso* (Vitória, 1890-1911); *O S. Matheus* (São Mateus, 1927-1928); *Polyanthéa* (Santa Leopoldina, 1902); *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (Vitória, 1918-1930); *Vida Capixaba* (Vitória, 1923-1954).

O primeiro registro de um periódico em um jornal no Espírito Santo, relacionado a lepra, se data em 11 de janeiro de 1890, no jornal “*O Cachoeirano: Órgão do Povo – Colunas francas a todas as inteligências*” (1890-1923) da cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Vale destacar que, durante a maior parte da década de 1890, o termo ‘lepra’ não

era utilizado para se referir especificamente à doença, mas sim como uma metáfora em textos informativos e poemas publicados nos jornais, para denotar algo negativo ou indesejável. Nesse contexto, a palavra ‘lepra’ apareceu em três publicações: *O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso*, *O Cachoeirano: Órgão do Povo - Colunas francas a todas as inteligências* e *Comércio do Espírito Santo*, totalizando quarenta e quatro menções.

Na década de 1900, houve um aumento considerável nos registros da palavra ‘lepra’. No entanto, a doença ainda não era vista como uma ameaça iminente para a sociedade capixaba da época. Os registros dessa década são, em grande parte, semelhantes aos da década anterior, com o termo sendo utilizado principalmente em textos informativos e literários. É de referir que, apesar de ainda existirem menções à doença tanto nos anos 1890 quanto nos anos 1900, o uso da palavra ‘lepra’ era discreto e de pouca visibilidade. Durante esse período, a palavra apareceu em seis jornais: *O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso*, *Jornal Oficial*, *O Cachoeirano: Órgão do Povo - Colunas francas a todas as inteligências*, *Comércio do Espírito Santo*, *Diário da Manhã: Órgão do Partido Constructor* e *Polyanthéa*, somando um total de sessenta e seis ocorrências, o que representa vinte e duas a mais do que na década anterior.

Na próxima década, em 1910, houve uma redução de registros da palavra “lepra” mesmo com um aumento significativo de casos no estado do Espírito Santo e em todo Brasil. Isso se dá devido ao desconhecimento a respeito da doença, ou seja, as autoridades não se importam com o possível controle da doença e a população mal sabia o que de fato era a doença. Nessa década, foram encontrados registros em seis jornais: *Órgão do Partido Constructor*, *O Cachoeirano: Órgão do Povo - Colunas francas a todas as inteligências*, *O Estado*

do Espírito-Santo: Ordem e Progresso, Comércio do Espírito Santo, Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros e Mensagens do Governador do Espírito Santo para a Assembleia, totalizando trinta e quatro ocorrências, o que representa uma queda de trinta e dois registros em relação à década anterior.

Na década de 1920 ocorreu um fenômeno marcante na história da lepra no estado do Espírito Santo, especificamente em 1927. Naquele ano, Dr. Pedro Fontes foi transferido do Serviço de Saneamento Rural do Distrito Federal, então situado no Rio de Janeiro, para a Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas no Espírito Santo. Ao percorrer pelos municípios capixabas e interagindo com os médicos locais, Fontes encontrou um número considerável de hansenianos, possibilitando a ideia da criação de dispensários voltados para o tratamento e prevenção da doença. Em 1928, um ano após sua chegada, o Dr. Fontes enviou um ofício ao então presidente do estado, o médico Aristeu Aguiar, expressando sua preocupação com a possibilidade de disseminação da hanseníase: “É urgente a construção de um leprosário antes que o número de leprosos aumente e o problema se torne mais difícil de controlar”.

Tanto no Espírito Santo quanto no Brasil, em 1920, o movimento Higienista se intensificava e é de extrema importância ressaltar isto. Inspirado por modelos europeus, o Higienismo resultou em mudanças significativas na infraestrutura urbana, como a construção de banheiros públicos e a realização de inspeções obrigatórias nas residências (Hochmann, 1998). Iniciado na década de 1910 pelo governador Jerônimo Monteiro no estado do Espírito Santo, e prosseguido por seus sucessores, esse movimento tinha como objetivo principal a erradicação de doenças por meio da melhoria das condições de higiene urbana, além da busca por uma organização

estética mais harmoniosa nas cidades.

A década de 1920 e seus registros seguem o modelo das décadas anteriores com diferenças, pois agora, além de seus belos poemas, os periódicos apresentam a chegada do Dr. Pedro Fontes ao estado, com o seu censo da lepra, os recursos destinados ao combate da doença e à cobertura jornalística sobre esses temas. Foram identificados cinco jornais que mencionam a doença: *Diário da Manhã: Órgão do Partido Constructor, Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, Mensagens do Governador do Estado do Espírito Santo para a Assembleia, Vida Capichaba, O Cachoeirano: Órgão do Povo - Colunas francas a todas as inteligências* e *O S. Matheus*. Ao todo, foram encontradas duzentos e oitenta e três menções à palavra “lepra”, um aumento considerável em relação às décadas anteriores, com duzentos e quarenta e nove ocorrências a mais, marcando esta década como a primeira a registrar um número significativo de reportagens sobre a doença.

A partir da década de 1930, as preocupações a respeito da lepra e outras doenças venéreas passaram a preocupar com bastante temor o Brasil. No final da década de 1920, o censo do Dr. Pedro Fontes foi finalizado e divulgado, revelando à sociedade e às autoridades a existência de centenas de casos de pessoas com hanseníase. Ao adotar modelos internacionais hospitalares de isolamento compulsório, o governo Vargas se dedicou em combater a doença no país inteiro de forma unânime. No Espírito Santo, a motivação para se criar um hospital se idealizou do próprio diretor da Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, diante do alarmante aumento do número de infectados na região.

Ao longo da década, torna-se clara a amplitude de temas relacionados à lepra, que vão desde o censo mensal dos municípios atingidos até

o financiamento disponibilizado pelos governos federal, estadual e municipal, com o suporte eventual de elites locais. As discussões também incluem ações sociais, relatos sobre o Hospital de Itanhenga, informações detalhadas sobre a doença, estratégias de prevenção e até a criação de remédios naturais por médicos da época. Por completo, registrou-se novecentos e noventa e quatro ocorrências relacionadas às palavras-chave: Lepra, Leprosário, Colônia de Itanhenga, Leprosário de Itanhenga, Mal de Lázaro e Mal de Hansen. Essas informações foram extraídas dos seguintes jornais: *Diário da Manhã: Órgão do Partido Construtor*, *Vida Capichaba*, *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros* e *Mensagens do Governador do Espírito Santo para a Assembleia*.

Na década seguinte, de 1940, houve uma brusca queda de registros de periódicos capixabas, fato este que pode ter ocorrido devido ao contexto da época: a criação da sulfona. A sulfona, era um novo fármaco da época onde suas propriedades terapêuticas que havia a capacidade de eliminar a contagiosidade do paciente, de modo que, logo no início do tratamento, o indivíduo deixava de representar um risco de contágio para os outros. marcou um novo início no tratamento da hanseníase. Deste modo, os periódicos passaram a centralizar suas informações no financiamento destinado ao combate à lepra e nos esforços contínuos nesse sentido. Uma particularidade notável foi a publicação de duas matérias no jornal *A Época*, em 1948 e 1949, produzidas pelo Partido Socialista Brasileiro. Essas matérias analisaram a lei orçamentária de ambos os anos, destacando os recursos alocados especificamente para o enfrentamento da doença. O termo “lepra” foi identificado em apenas três jornais: *A Época*, *Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo* e *Vida Capichaba*, com um total de oito ocorrências registradas.

Na penúltima década analisada deste projeto, pode-se refletir o avanço do tratamento favorável contra a lepra, tanto no âmbito internacional quanto nacional, e, conseqüentemente, estadual. Na década de 1950, as fontes analisadas enfatizavam os avanços no enfrentamento da doença, com um foco crescente em terapias que rejeitavam o isolamento compulsório e buscavam facilitar a reinserção dos antigos internados na vida social. Da mesma forma nas décadas anteriores, as fontes também discutiam o financiamento destinado ao leprosário, as reformas realizadas na instituição e as ações sociais voltadas para os leprosos. Essas informações foram encontradas por meio das palavras-chave: Lepra, Leprosário, Colônia de Itanhenga, Leprosário de Itanhenga, Morfêia e Mal de Hansen, presentes nos jornais *Folha do Povo: O Vespertino do Espírito Santo* e *Folha Capichaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo*, totalizando trinta e cinco ocorrências.

Por fim, a década de 1960 determinou o término das pesquisas a respeito da lepra, uma vez que foi consolidado com abolição do internamento compulsório dos pacientes com hanseníase, por meio de uma lei promulgada em 1962, em todo o Brasil. Em 1964, com o fim da Campanha Nacional de Lepra, a responsabilidade pelo programa foi transferida do nível federal para os estados. A partir desta década, ocorreu uma transformação nos métodos preventivos e nas políticas de controle da hanseníase, frisada pela descentralização do atendimento e pelo desenvolvimento da cobertura populacional. Passou-se a realizar o tratamento em regime ambulatorial, com o uso de sulfonas, enquanto medidas de controle de contágio e programas de educação sanitária foram implementados. Deste modo, pacientes receberam a liberdade de se retirar dos asilos, caso desejassem, e passaram a ser tratados em centros de saúde. Todavia,

após décadas de segregação, muitos sujeitaram-se a permanecer nos “leprosários”, simplesmente porque não haviam para onde ir e não dispunham condições de sustentar-se na sociedade considerada “saudável”, contando apenas com a aposentadoria que recebiam. As fontes encontradas mencionam a doença apenas em meio a outros contextos, como o número de pessoas contaminadas nas décadas anteriores e até mesmo o uso da palavra “lepra” como metáfora em poemas. Utilizando exclusivamente a palavra “Lepra”, foram registradas cinco ocorrências, todas no jornal *Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo*.

Diante dessas mil quinhentas e onze ocorrências resgatadas, pode-se chegar a conclusão de como a população espírito-santense e capixaba poderiam fazer suas próprias reflexões através dos periódicos circulados da época, ou seja, esses conteúdos moldaram, de fato, a percepção pública sobre a lepra e os afetados pela doença. Mesmo com um recorte histórico vasto, somente nas décadas de 1920 e 1930 foram encontrados registros que haviam textos que, de forma explícita, demonstravam o preconceito contra as pessoas enfermas. Isso se explica devido ao grande número de ocorrências encontradas nessas respectivas décadas. Em 1920, entre as duzentos e oitenta e três das ocorrências registradas, vinte e quatro delas abordaram de forma explícita o estigma associado à doença, exposto de maneira acessível a todo o estado. Na década de 1930, entre novecentos e noventa e quatro ocorrências identificadas, vinte e duas destacavam preconceitos evidentes relacionados aos enfermos, ao tratamento e aos locais de cura. Vale ressaltar que, na década de 1940, das oito ocorrências registradas, apenas uma apresentava conteúdo estigmatizante. Já na década de 1960, entre cinco ocorrências, somente uma mencionava o estigma relacionado à lepra.

Nas duas décadas que apresentaram o maior número de periódicos, é possível perceber o horror evidente nas palavras de alguns jornalistas. Termos como «desgraçados», «infelizes», «roídos de moléstia» e até mesmo «condenados em vida» eram usados com frequência para descrever o problema social relacionado à doença no Estado do Espírito Santo:

(...)Passemos de relance, também, á grandiosa obra que é o *Leprosario* de Itanhenga. Lepra. E sempre com tristeza que vem ao pensamento, e se pronuncia essa palavra que lembra o grande *numero* de desgraçados *condemados* em vida. E sempre com horror que vem á mente de qualquer ser humano, a visão dessas úlceras pestilentas, o cortejo horripilante desses infelizes contaminados pela maior das desgraças. Grande a felicidade *daquelles* que podem viver livres, tendo em redor de si os entes queridos, as pessoas amigas, gozando do *convívio* e do conforto social. *Ai dos conscriptos* da lepra! Que é que os rodeia? A repulsa. A repulsa... O *proprio* corpo a relembrar-lhes a cada instante, a cada segundo, a sua grande infelicidade, a sua grande desgraça, o ferrete imposto por crimes não *commettidos*! Pois *ahí* tendes, senhores, o grande *Leprosario* de Itanhenga, *construido* debaixo de todas as *exigencias* modernas, e *prompto* a albergar esses grandes infelicitados, e diminuir-lhes, tanto quanto *possível*, a calamidade *inenarravel* de que foram *victimas* (...) (Fundação Biblioteca Nacional, 1936, p. 1).

Diversas manchetes eram divulgadas com a intitulação “LEPRA”, alertando do grande mal que esta doença poderia fazer a população junto com a população já afetada. Ao serem interpretados como ignorantes e “sujos”, muitos também eram considerados mortos e condenados pelo divino, orientando já procurarem por sua salvação:

(...) As medidas contra o *terrível morbus* para sua repressão, se caracterizavam sempre pelo seu excessivo rigor. E’, assim, que os leprosos eram completamente segregados do *convívio* social. Uma vez atacados pela *terrível molestia*, os doentes tinham que dizer adeus ao

mundo, sendo levados á igreja mais *proxima* para ouvirem o *officio* dos mortos. Eram obrigados a usar um *veantuario* especial e deviam *anunciar* sua *aproximação* dos outros *habitalos*, tangendo má campainha (Fundação Biblioteca Nacional, 1931, p. 1).

Outro caso em particular, foi encontrada um comunicado do jornalista Raul Bopp ao jornal “Diário da Manhã Órgão do Partido Construtor”, onde este jornalista entrevistou pessoas com lepra em Minas Gerais, na festa de Bom Jesus de Pirapora. Esses enfermos encontravam-se escondidos e eram “nômades”, na medida do possível, se escondiam da sociedade e para não ser pegos pelas autoridades. Nesta entrevista, pode se perceber como o estigma também era pertencente aos próprios doentes:

(...) De uma *ramadinha* improvisada, uma criancinha, loira que fazia *penna*, estendendo o bracinho com o *signal* da herança maldita. Isso era triste e de arrepiar a gente. [...] Annibal pediu licença de tirar uma *photografia* para a ‘Folha’. - Não se deixa, não, respondeu *elle*. Veio gente lá do fundo das barracas, falando em voz alta. - Não se precisa disso. Nós já temos mascaras e mostravam o rosto. - Nós já somos uns cães, cães, cães, gritou outra lá no fundo. Foi preciso falar, discutir, com certa calma. Por fim, o ‘China’ *quiz* mostrar, com sentimentalidade, que eles eram uns infelizes. - Não somos infelizes, não senhor. Não precisa ter pena de nós. Os senhores ainda não sabem curar. Os niqueis que os senhores dão não valem nada. Ninguém aceita. O nosso dinheiro é maldito. Somos uns cães, repetiu o outro. - E’ favor se retirar, disse o jovem Nietzsche dos morpheticos. [...] Esses estavam mais calmos. Perguntamos *si* não desejavam se internar no *Leprosario* Santo *Angelo*. - Querer queremos. Mas de que *geito*. Lá já está cheio. Somos obrigados a andar no *matto*, escondidos, procurando comida. A *policia* nos persegue em toda parte. Trata de nós como se fosse cão furioso. De carabina embalada. A gente sabe enxotado duma cidade. Quando chega-se noutra é a mesma coisa. E a mesma coisa de sempre. Tudo tem medo de nós. [...] Perguntamos *si* não se divertiam *ás* vezes. - Qual. A nossa vida não pode ter alegria. [...] - Mas você também é *morphetica*? - Ué, minha mãe tá ali. - Mas não é possível. Você é uma moça tão bonita. [...] Tudo fugia. Florestas humanas em marcha, de galhos idiotas e amaldiçoados.

Estavam isolados da vida... Não conheciam esperança. Desacostumaram-se com a caridade. Foram desconfiando até de Deus. Para *elles* só o que havia de real e positivo, sempre onde quer que fosse era aquele espantalho fardado: a polícia (Fundação Biblioteca Nacional, 1925, p. 4).

Ao examinar o estigma da sociedade capixaba em relação aos portadores de hanseníase, observa-se que a hostilidade não se manifestava de forma direta ou explícita, mas de maneira velada e insidiosa. O preconceito, muitas vezes, se apresentava através de um discurso aparentemente socialmente aceitável, que, embora não aberto em sua agressividade, transmitia um julgamento negativo subentendido sobre os enfermos. Essa discriminação encoberta refletia a visão de que os doentes representavam uma ameaça à moralidade e à saúde pública, com as formas mais evidentes de hostilidade sendo evitadas, seja por conveniência social, seja pelo receio das possíveis repercussões.

A censura desempenhava um papel fundamental na construção de uma narrativa oficial que buscava minimizar os impactos da doença na sociedade e ocultar questões controversas, como a segregação dos doentes e as condições desumanas nos leprosários. Paralelamente, a forma velada de estigmatização refletia a tentativa do Estado de controlar a percepção pública da lepra, mantendo o tema sob um manto de silêncio, mas ainda assim perpetuando uma visão negativa e segregacionista em relação aos afetados pela doença. Embora as manifestações abertas de hostilidade fossem restritas pela censura, o estigma social continuava a se infiltrar nas entrelinhas dos discursos públicos, nas decisões políticas e nas práticas sociais direcionadas aos leprosos.

Esse panorama evidencia como o estigma não era apenas imposto pelas autoridades, mas também como infiltrava-se de maneira sutil na consciência coletiva da sociedade capixaba e brasileira, influen-

ciando a forma como os leprosos eram percebidos e tratados. A combinação entre a censura política e a resistência em abordar a questão de maneira humana e transparente impediu um debate mais aprofundado sobre as condições de vida e os direitos dos afetados pela hanseníase, perpetuando um ciclo de marginalização que perduraria por várias décadas.

Por fim, é essencial ressaltar a importância da análise das fontes jornalísticas disponibilizadas pela Hemeroteca Digital Brasileira, que oferece acesso gratuito a um acervo valioso na internet. Essa plataforma possibilita a qualquer pessoa explorar a riqueza das fontes históricas relacionadas ao estado, como é o caso deste estudo, ou até mesmo acessar materiais internacionais, de maneira prática e conveniente, seja no conforto de suas casas ou na palma das mãos. A democratização do acesso à história representa uma conquista significativa para a sociedade, permitindo que um número maior de pessoas se conecte com o passado e amplie sua compreensão sobre os eventos que moldaram o presente.

Referências

- CARVALHO, Keila A. **A Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- COSTA, Dilma Avelar Cabral da. **Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894-1934)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- COSTA, Dilma Avelar Cabral da. **Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894-1934)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,

[s. d.].

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007

FRANCO, Sebastião Pimentel; ARAÚJO, Tânia Maria de. Adoecer por lepra e com a doença conviver: apontamentos sobre a implantação da Colônia de Itanhenga - ES (1937) e o isolamento compulsório. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). **História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação**. São Paulo: Intermeios, 2019.

FRANCO, Sebastião Pimentel; BARROS, Luiz A. A. A lepra no Espírito Santo: de fagueira ilusão à Colônia de Itanhenga. **Dimensões**, Vitória, v. 34, p. 228-254, 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: **Jornal Diário da Manhã** Órgão do Partido Construtor, Vitória, 25 de agosto de 1925. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=%22FESTA%20DE%20PIRAPORA%20E%20OS%20LAZAROS%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29882>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: **Jornal Diário da Manhã** Órgão do Partido Construtor, Vitória, 06 de agosto de 1931. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=lepra&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=36357>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: **Jornal Diário da Manhã** Órgão do Partido Construtor, Vitória, 14 de outubro de 1936. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=lepra&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=36357>

q=lepra&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pag-
fis=44169

HOCHMANN, Gilberto. **A era do saneamento:** as bases da saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1988.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

O quê que a baiana tem? Moqueca como discurso regional da Bahia, 1970-2010

Heloisa Lopes Viana¹

Introdução

Atualmente pode-se perceber um crescente avanço de buscas a respeito da História da Alimentação, fato este que está ligado ao interesse de conhecer as origens das culturas e seus desdobramentos até hoje. Assim como o idioma e a religião a alimentação é um elemento pertencente da tradição, possuindo sua própria história e representação, elementos esses que por sua vez sustentam o conceito de tradição (Hobsbawn, 1997) como mecanismo criado a partir da conexão representativas do passado com potencial de refletir na identidade coletiva, seja nacionalmente ou regionalmente.

Partindo do conceito de tradição desenvolvido por Hobsbawn (1997) na modernidade entende-se que os costumes, práticas e ideias que se apresentam de forma coletiva e repetitiva são os alicerces para a *invenção das tradições*. Atrelado a isso surge a mídia como uma importante disseminadora de hábitos incluindo os da alimentação, os veículos de informação ganham destaque e além de ampliarem os horizontes das culturas atuam também como um forte empreendimento capaz de impulsionar o setor turístico. É possível identificar

1 Graduada em História (UFES). Contato: heloisa.viana@edu.ufes.br.

essa influência pela TV, jornais e revistas na busca pelas histórias alimentares, o hábito alimentar de cada grupo possui traços singulares de cada cultura, sendo assim é possível rastrear a construção de cada tradição cultural com auxílio da imprensa (Leme; Basso, 2014).

O sentimento de nação, é proveniente da modernidade ao fim do século XX e culmina na consolidação da *invenção das tradições*. As nações se constroem historicamente a partir de uma sequência de práticas que em repetição criam nos indivíduos de uma determinada sociedade o sentimento de pertencimento, é assim que Eric Hobsbawn (Hobsbawn, 1997) desenvolve o conceito de *invenção das tradições*: “A ‘invenção de tradições’ é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado pela referência ao passado, se não pelo conteúdo, então pelo menos na imposição de repetição”.

Paralelamente ao conceito de tradição, o conceito de cultura alimentar compartilha da mesma fonte: as memórias de cada povo, compreendendo as cerimônias, as ocasiões, as expressões práticas em torno do hábito alimentar como um ritual não só de subsistência, mas também uma atividade capaz de promover conexões entre as pessoas, entre outras possibilidades. Esses aspectos reunidos em torno do alimento são o que caracterizam a cultura da prática alimentar (Viana; Merlo, 2020).

Em função dos diversos elementos capazes de determinar um prato, a moqueca é um prato que tem seu destaque. A palavra *moqueca* tem origem do tronco linguístico tupi, e sofre alterações quando se deu o contado com a língua portuguesa, seu significado descreve então a prática indígena de assar carnes e peixes em brasa ou grades de madeira, esta técnica se apresenta então como *mokaen*, trazida ao presente dialeto nacional seria então pronunciado como moquem,

derivado do verbo moquear. Outro costume pertinente sobre o prato eram os assados envolvidos por folhas os quais eram chamados de *pokeka*, que nos leva até o que conhecemos como moqueca atualmente (Sampaio, 1987).

No âmbito nacional repercute uma disputa de narrativas a respeito da originalidade da moqueca, sobretudo quando mencionados os estados da Bahia e do Espírito Santo como protagonistas nas técnicas do prato. No presente estudo será ampliado os horizontes sobre a construção do prato na Bahia, estado que por sua vez possui técnicas oriundas do contado e das trocas entre os africanos e os indígenas por consequência da escravidão de forma muito presente. A moqueca baiana se destaca então como um forte elemento turístico e foi impulsionada pelas propagandas da mídia que fizeram do prato um instrumento rentável.

Para a viabilidade desse trabalho estão sendo analisados os periódicos disponíveis na *Hemeroteca Digital*, portal da Biblioteca Nacional e do acervo do jornal *Folha de São Paulo* no período de tempo que correspondem aos anos de 1970 até 2010. Os dados obtidos estão sob o método de Análise de Conteúdo (Dionne; Laville, 1999), visando identificar a influência dos jornais na disseminação de ideias e mapear a construção da identidade regional através culinária baiana.

A busca pelo símbolo nacional: reflexos na Bahia

Desde que proclamada a República no Brasil observa-se ao longo da história um movimento que objetivava refletir na população um sentimento homogêneo de uma cultura nacional, algo compartilhado entre todos os indivíduos principalmente sob influência da democracia que estava se desenvolvendo. Nesse contexto temos diversas

culturas mescladas na população brasileira em função das migrações e imigrações, dos extravios e da escravidão moldando a figura do indivíduo nessa sociedade, paralelo a isso compreendendo que cultura se sustenta pela memória, esses indivíduos seguiam produzindo e reproduzindo suas tradições em seus respectivos grupos e convívios sociais. Esse interesse proeminente do executivo em encontrar uma representação genuinamente brasileira se dá pela unificação do Estado como um método de garantia à ordem social e o controle das massas, descreve Maria Helena Capelatto a seguir:

O poder político definiu, em última instância, o que deveria ser produzido e incentivou certas obras em detrimento de outras. A defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram (Capelatto, 2019).

Com o poder executivo centrado em Getúlio Vargas a política protecionista característica de seu modelo de governo se insere na cultura buscando glorificar elementos de expressão brasileira para promover uma unificação da sociedade, esse empreendimento político tomou diversos seguimentos sociais entre eles a arte, a política e até a culinária. No estado da Bahia é possível observar esse movimento na exaltação da arquitetura da cidade de Salvador, impulsionando também o discurso de cultura alimentar regional da Bahia como referência até fora do estado. A legalidade não é sinônimo de legitimidade, tendo em vista a promoção da moqueca como de uma cultura africanizada que deve ser valorizada ao mesmo tempo em que o Estado nacional seguia fazendo vista grossa as mazelas deixadas pós abolição da escravatura , exaltando muitas vezes a infraestrutura portuguesa, e esquecendo a expressiva desigualdade social que culminava em fre-

quentes epidemias pela falta de saneamento básico, na crise do setor agrícola que refletia diretamente na economia da região, o aumento desgovernado da natalidade, entre muitas outras consequências. Dessa forma, o executivo se apropriava da Bahia para usufruir de elementos de resistência de uma cultura que tentaram sufocar (Sampaio; Sandes, 2018).

É essa reformulação da política em detrimento da unificação nacional que estabelece a moqueca como símbolo do Estado da Bahia, questão que fica clara ao tomar os holofotes das notícias e propagandas pelos jornais do período. Nota-se então a moqueca como prato que representa os baianos, ela passa a ser reproduzida e comercializada fora do estado também como prato típico baiano, refletindo assim esse caráter simbólico como um impulsionador da economia. Sendo assim, se sustenta o patrimônio alimentar e sua cultura com a afirmação:

Por ser a alimentação a expressão de um aspecto identitário em si, as memórias que se criam em torno do alimento são reiteradamente adensadas, modificadas, rompidas, substituídas e recriadas. Os fazeres que relacionam tais memórias a práticas cotidianas constituem o que compreendemos como cultura – aqui, em nosso caso, cultura alimentar (Merlo, 2020).

Câmara Cascudo discute com alguns autores a originalidade da moqueca produzida na Bahia partindo da técnica de preparar peixes envolvidos em folhas como item em comum tanto entre os nativos de África e os indígenas no Brasil, o que difere a moqueca baiana de outras que são produzidas em outros estados basicamente é a inserção do leite de coco, do azeite de dendê e o acompanhamento de pimenta. Cascudo defende que o contato entre esses povos em detrimento

da era colonial no Brasil dá origem a moqueca no contexto baiano (Cascardo, 2016). Se são os dois ingredientes que diferem a técnica do prato baiano, estudá-los auxilia a compreender a construção do prato, Câmara Cascardo defende a tese de que toda Angola já se encontrava independente do leite de coco, não sendo essa a produção e consumo principal. Observa-se o uso do leite de coco no território brasileiro a priori por negros livres e escravos, litorâneos que viviam da pesca.

Como elemento forte, o dendê não só marca o sabor do prato, ele é também símbolo da resistência ancestral dos negros. O dendezeiro chega ao Brasil junto as pessoas escravizadas trazidas de África, nesse contexto esse povo detinha conhecimentos valiosos sobre cultivo e uso da planta tanto para fins medicinais quanto botânicos. Fora muito utilizado pelos traficantes de escravos como loção corporal que mascarava os maus tratos sofridos pelo tráfico humano, tornando as pessoas mais apresentáveis ao comprador. A planta do dendê só consegue se desenvolver no clima e no ecossistema da região ao Baixo Sul da Bahia, ficando conhecida posteriormente como Costa do Dendê, a região possui uma história de resistência indígena forte, o que possibilitou que os escravos conseguissem realizar o cultivo do dendê, a produção do óleo e sua comercialização acontecia de forma discreta dentro dos engenhos. A representatividade do dendê é tão forte que o faz ser sagrado dentro da religião do candomblé, sendo a representação do 'sangue vermelho' (Beltrame; Morando, 2008).

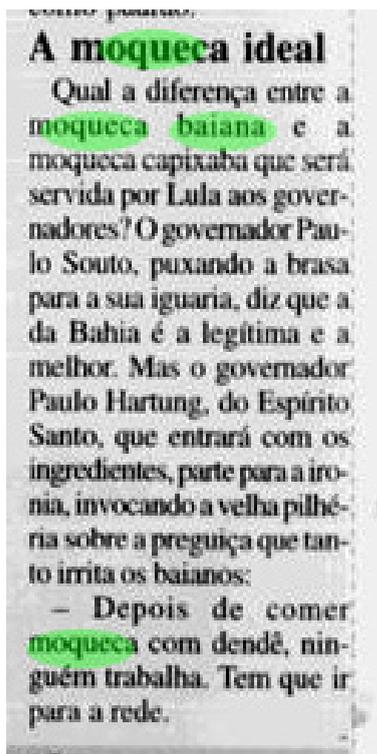
A exaltação da cultura baiana nem sempre foi uma realidade, na verdade, as características vibrantes de quaisquer culturas africanas sempre foram discriminadas e desestimuladas. O interesse em promover a moqueca só aparece em detrimento do setor turístico que encontra no prato uma oportunidade de obter lucros, isso se respalda nas ocorrências dos jornais. Nenhum jornal da Bahia fora encontrado

fazendo menções sobre o prato, as ocorrências partem de jornais de outros estados, o baiano não se identifica com esse viés místico que comumente os jornais retratam a energia da Bahia. Assim como religião e idioma, a alimentação expressa relações sociais, sejam de classe ou raça, no caso da Bahia isso fica explícito pelo repentino interesse da mídia em referenciar o estado como portador de uma cultura exótica, caracterizada e que reforça alguns estereótipos coloniais, como afirma Conceição:

Na Bahia de conflitos raciais não admitidos publicamente nos círculos de poder até o presente, a imagem do negro tem sido eternamente arquetipada, folclorizada: ele é um bem cultural e, como tal, pode ser posto e disposto, maltratado e preservado” (Conceição, 2006).

De forma frequente os debates sobre a legitimidade da moqueca se acirram quando citados os estados do Espírito Santo e Bahia, debate esse que representa muito bem as hierarquias sociais que formam o Brasil. Como defende Jane Fajans, a competição sobre a detenção da verdadeira moqueca se estabelece principalmente nas narrativas capixabas, em sua pesquisa *Seria a moqueca apenas uma peixada?*, a autora critica a argumentação capixaba, enfatizando sobre tudo que a necessidade de soberania no discurso reflete sobretudo um racismo velado (Fajans, 2009). Como exemplo disso, a imagem 1 extraída do Jornal Folha de São Paulo descreve um diálogo entre o governador da Bahia Paulo Souto que alfineta o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung ao satirizar a moqueca que era servida no jantar do presidente Lula em 2003, o governador do Espírito Santo então devolve a brincadeira insinuando que o dendê é sinônimo de não-trabalho, a dita-cuja ‘preguiça’ que frequentemente é relacionada aos baianos.

Figura 1-Recorte retirado do Jornal Folha de São Paulo, artigo/ seção Sono Profundo:



Fonte: *Folha de São Paulo* (2003).

Informação é poder, e sob domínio desse poder a indústria jornalística reverberou discursos de exclusão social ao reafirmar estereótipos infundados da população baiana. O fato é que o debate sobre a legitimidade do prato não tem fundamento algum, são construções distintas que contam histórias completamente diferentes e ao mesmo tempo até compartilhadas, a rivalidade acerca da moqueca é nada mais nada menos que reprodução de estereótipos da sociedade brasileira que faz distinção de raças. O discurso de desvalorização do

trabalho baiano atende muito bem a interesses elitistas, a história por trás da má fama de preguiça, da vadiagem, de uma população que se interessa somente por folia começa quando em função do subdesenvolvimento industrial de Salvador se inicia a migração de nordestinos para a região sudeste, como forma de baratear e depreciar a mão-de-obra (a qual os imigrantes europeus não se submetiam) os baianos começam a ser taxados como preguiçosos, muitas vezes em referência as constantes festas que o povo baiano celebra (Zanlorenzi, 2001). O fato é que o calendário festivo em nada compromete o ritmo do trabalho industrial, na verdade, as festas impulsionam até o mercado informal, o interesse em fazer da Bahia um lugar do não-trabalho em nada condiz com a realidade, sendo Salvador uma das principais potências industriais no país atualmente.

O empreendimento da Indústria Jornalística

A modernidade marcada por movimentos de libertação e reorganizações sociais pautadas nas ideias iluministas fez da informação um instrumento valioso. O mercado editorial se destaca como principal fonte de informação a partir da década de 70, nesse sentido o jornal concentra uma ampla influência na formação de opinião pública, sobretudo na região sudeste do país onde se encontrava maior poder aquisitivo, os jornais atendiam a necessidade de informações constantes e atualizadas. A indústria jornalística atuava sobre setores diversos da cidade: esporte, educação, política, vida social e culinária, desse modo as tomadas de decisões na vida cotidiana passam a se basear nas matérias produzidas pelas redações. Weber dialoga com essa ideia na seguinte afirmação: “a imprensa moderna é uma das mais importantes fontes de informação na vida cotidiana, satisfazen-

do tanto as necessidades econômicas quanto os interesses intelectuais das pessoas” (Weber, 2002).

Essa abrangência de temas tão diversos da sociedade, torna a Imprensa principal instrumento político e social na década de 70. A mensagem social passada pelos jornais atende à encomenda burguesa, o jornal é então mecanismo de manutenção do capitalismo, é em 1969 que a Lei da Imprensa entra em vigor, reconhecendo o jornalismo como uma profissão, o crescimento da Imprensa reflete a rápida reorganização e crescimento industrial de São Paulo e Rio de Janeiro. O termo ‘quarto poder’ é usado para descrever o jornalismo dando ideia de que este seria uma atenuação do poder executivo, judiciário e legislativo, por sua vez responsável por prestar contas a população civil, fiscalizar o funcionamento das instituições, agindo como o defensor e braço direito da sociedade. No entanto, o exercício da profissão na reverberação de discursos elitizados nesse período reflete na verdade que a imprensa se orienta por fins capitalistas (Seibt, 2019).

O processo de influência à construção da opinião pública através de narrar aspectos do cotidiano se aplica muito bem no conceito de *invenção das tradições* desenvolvido por Hobsbawn e Ranger (1997), as regras da sociedade e os valores estavam então sendo formados através de mecanismos influentes. Além de analisar quem escrevia os jornais é importante compreender quem havia de consumir esse conteúdo, de acordo com o IBGE, os níveis de analfabetismo no Brasil durante os anos de 1970 a 2010 eram mais que o dobro em pessoas negras e pardas, sendo ainda quatro vezes maior entre indígenas. Nesse sentido é possível constatar que quem liam eram pessoas brancas, das capitais de prestígio e com poder aquisitivo, tendo em vista que o cenário de inflação e constantes trocas de moeda brasileira causava muita insegurança financeira, somente pessoas longe da

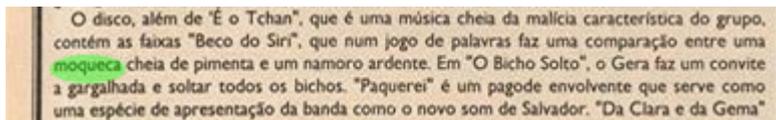
linha da pobreza estariam buscando os artigos da secção de Turismo nos jornais, onde majoritariamente se encontram as ocorrências de moqueca baiana (IBGE, 2022).

Na inferência dos dados deste trabalho é curioso observar como o entorno da moqueca é retratado. Insistentemente são feitas menções do prato em conjunto a insinuações exóticas, místicas, relacionadas intrinsecamente com a religião do Candomblé, a mulher baiana é repetidamente retratada com sensualidade, malícia, comparações como essa retratada a seguir que inclusive forçaram a prefeitura de Salvador em 1997 a elaborar uma campanha rigorosa de combate ao assédio:

Na sua formação a cidade sofreu influências muito marcantes...o mar: principalmente à tardinha, o mar projeta uma brisa salgada na cidade, que, segundo a voz popular, tem cheiro de mulher e convite ao descanso (Jornal do Brasil,1970).

É evidente também a responsabilidade (ou seria irresponsabilidade?) de figuras públicas e do meio artístico ao propagar a Bahia como um lugar de folia infinita estereotipado pelo falso desinteresse ao trabalho, reverberando de maneira nacional que a identidade do baiano é regida pela banalidade e hedonismo. Em mais uma objetificação da mulher baiana, dessa vez por um famoso grupo musical baiano da década de 90, o Jornal de Laguna de Santa Catarina em um artigo sobre o grupo musical Gera Samba insinua que a moqueca cheia de pimenta (ingrediente muito presente na culinária baiana) representa a relações fogosas. A música mais famosa do grupo denominada “É o Tchan” é descrita como portadora de malícia, sendo uma característica do grupo:

Imagem 2 - Artigo do *Jornal de Laguna* (1996)



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=898678&pesq=moqueca%20baiana&pasta=ano%20199&chf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1331>. Acesso em: 19 dez. 2024.

As diásporas africanas se destacam na execução da moqueca e outras tipicidades da cozinha baiana em comparação aos outros estados, isto é fato, mas comumente a representação cultural da Bahia pelos veículos de mídia de 1970 a 2010 descrevem a dinâmica na cidade deixando explícito a ideologia de democracia racial, os jornais tem o papel central na glamorização do turismo na Bahia, ignorando à ausência de políticas reparadoras após a abolição da escravidão e usufruindo da história de parte expressiva da população baiana que foi economicamente excluída. Entre o mesmo e o novo, o turismo e a imprensa reproduzem discursos coloniais que remetem à tempos de submissão do povo negro, os resultados disso se observam na quantidade gritante de empregos informais, os dito cujos 'bicos' aos quais o cidadão baiano se submete a qualquer necessidade que o contratante precise, em posição de serventia como tem estado a 500 anos (Zanlorenzi, 2001). As imagens 3 e 4 extraídas do *Jornal Folha de São Paulo* sustentam muito bem as informações expostas neste parágrafo ao utilizar termos como 'província' e sugerir o preparo da moqueca 'a gosto do colonizador':

Imagem 03 – Excerto do artigo Paz e Sossego narrando o almoço do governador seus convidados, 1980.

Na terça-feira, o governador tinha convidados para o almoço. Havia chegado cansado, mais de uma hora da tarde. Mas, na paisagem amena de Ondua, entre amigos que não são políticos e estavam ali somente para almoçar mesmo e conversar, ficou de bom humor, fez confidências, lembrou tipos populares e os bons tempos da rua Chile. Enfim, um almoço provinciano, com uma prosa provinciana, uma provinciana **moqueca** de siri mole, uma provinciana paz, sossegada e aníma.

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=7287&keyword=moqueca&anchor=4307589&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=2fc51bb535e0f1e0850a5b505ec6b544>.

Acesso em: 19 dez 2024.

Imagem 04 - Artigo de nome *Itaparica, Adeus* (1980).

Nas regiões pobres, como a maior parte do Nordeste, o influxo turístico tem o efeito de abastardar as manifestações culturais — desde a comida à religião — com o fito de adaptá-las ao gosto colonizador. Assim, os turistas querem comer **moqueca** de peixe, mas não gostam de azeite de dendê, sem o qual não há **moqueca**. Não tem importância: cobra-se o mesmo absurdo por uma “**moqueca**” com azeite de oliva. O turista espera ver, nos candomblés, as mesmas coreografias espetaculares, o mesmo tecnicolor que vê nos vídeos filmados pelos americanos. O candomblé não tem nada com isso, mas sempre é possível dar um jeito, pois o turista não quer ver o que há para ver, mas o que deseja ver. O turista quer tomar cachaça, mas não gosta de cachaça. Nada mais simples: passa-se a fabricar uma garapa adocicada e certamente malévola, para servir aos turistas.

Fonte: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=7518&keyword=moqueca&anchor=4274681&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=7d79808147cb2c8b244b733f3c29b919>.

Acesso em: 19 dez. 2024.

Em seu trabalho ‘comida de santo e comida de branco’ o professor Wilson Caetano expõe o embranquecimento da culinária afrodescendente na Bahia em detrimento dos interesses dos turistas, condição que em nada contribui para o combate dos estereótipos relacionados a raça que são o cerne da expressiva desigualdade econômica na Bahia (Souza Júnior, 2014). Como objeto do capitalismo, a cultura pode ser apropriada ou descartada quando simplesmente não atende mais os interesses do público. É necessário tanto tato quanto gênio ao tratar as disputas de narrativa acerca das características específicas da moqueca nas diferentes regiões do país, levando em consideração que esses debates muitas vezes escondem ideologias de exclusão e depreciação das culturas.

A tabela a seguir expõe o levantamento obtido nesta pesquisa buscando pelas palavras chaves.

Tabela 1: Números de ocorrências das palavras chaves por década

Décadas	Palavras chaves		
	Moqueca	Muqueca	Peixada
1970-1979	54	3	8
1980-1989	107	4	5
1990-1999	49	1	0
2000-2010	50	0	0
TOTAL	260	8	13

De 1970 a 2010 foram encontradas 281 ocorrências que retratam a moqueca ou fazem alusão ao prato, número relativamente reduzido se comparado à recortes temporais anteriores, os números entram em queda com a modernização dos meios de comunicação, advento dos anos 2000, trazendo as informações para o meio digital. As necessidades do mercado capitalista exigiam cada vez mais agilidade na produção e atualização das informações, fazendo com que o jornal impresso perdesse um pouco da preferência competindo com a televisão e internet. A Hemeroteca Digital, fonte utilizada nessa pesquisa que é um portal da Biblioteca Nacional sofreu recentemente uma invasão dos seus domínios que resultou na perda de materiais que eram disponíveis, podendo isso ter ocasionado também no número reduzido de ocorrências encontradas. Outro ponto importante de ser analisado são as menções da moqueca crescendo exponencialmente para propaganda e anúncios, esse aspecto reflete o redirecionamento do conteúdo produzido no jornal impresso para nichos específicos.

Buscando compreender a construção dessa identidade regional na Bahia a escassez de fontes da própria Bahia limitou de certo modo a abrangência dos discursos na Bahia pelo próprio povo baiano, observa-se o subdesenvolvimento do acesso às fontes na Bahia, sendo o acervo público só possível de ser consultado presencialmente. Todos esses aspectos reunidos evidenciam o poder das tradições que seguem refletindo mensagem sobre as hierarquias presentes na nossa sociedade, as desigualdades explícitas e o papel dos veículos de comunicação nesse sentido. A cultura baiana expressa na moqueca demonstra que por mais que a mídia renove e modifique seus meios de trabalho e abrangência, são as tradições que resistem se reinventando com base na história e memória do povo baiano.

Referências

- BELTRAME, L.,MORANDO, M. O sagrado na cultura gastronômica do Candomblé. *Saúde Coletiva* [en linea]. 2008, 5(26), 242-248[fecha de Consulta 30 de novembro 2024]. ISSN: 1806-3365. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84202605>
- CAPELATTO, M. H. **O Brasil Republicano** (O Estado Novo, o que trouxe de novo?), v.2, 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.
- CASCUDO, L.de C. **História da alimentação no Brasil**: cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CONCEIÇÃO, F. Cultura Como Alienação. **Revista USP**, São Paulo, n.69, p 60-71, 2006.
- LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do Saber**. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.
- LEME, A.; BASSO, R. A formação da brasilidade: a construção do discurso modernista sobre a culinária. **Revista Contextos da Alimentação**, v. 3 nº 1 ano, dezembro de 2014.
- FAJANS, Jane. Seria a moqueca apenas uma peixada? Alimentação e identidade em Salvador, Bahia (Brasil). **Journal Anthropology of Food**, *Online*. 1-11p, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aof/6475>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aof.6475>: Acesso em: 18 dez. 2024.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **2022 – IBGE EDUCA – ALFABETIZAÇÃO**. Dispo-

- nível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/22321-alfabetizacao.html> . Acesso em: 19 dez. 2024.
- LEME, A; BASSO, R. A formação da brasilidade: a construção do discurso modernista sobre a culinária. **Revista de Contextos da Alimentação**, São Paulo, V.3, n.1, p.18-34, 2014.
- SAMPAIO, A. SANDES, V. Mobilidade no trabalho da Cidade Média de Vitória da Conquista – Bahia. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 1, n. 2, p. 114-131, 2018.
- SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. 5. edição. São Paulo: Editora Nacional.
- SEIBT, T. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: A prática de *fact-checking* no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- SOUZA JÚNIOR, Vilson Caetano. Comida de santo e comida de branco. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 21, 2014. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2872/2691>. Acesso em: 20 dez. 2024.
- MERLO, P. M. S; VIANA JR, F. S. C. “Cozinha performática, identidade local e atrativo turístico: reflexões sobre as inter-relações entre turismo e gastronomia”. In: GAZONI, J. L; BRASILEIRO, I. L; WIESINIESKI, L. B. **Pesquisa em turismo: colaboração, inovação e interdisciplinaridade**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.
- WEBER, Max. ‘A política como vocação’ in WEBER, Max. **Sociologia e política: duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 1985.
- WEBER, M. A política como vocação. In: Weber, M., **Ensaio de**

sociologia. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Editora Ática, 1985.

ZANLORENZI, Elisete. A mídia e o discurso sobre a preguiça. **Revista Humanitas**, Campinas, v. 2, n. 4; p. 27-40, ago./dez., 2001. Disponível em: file:///C:/Users/asiol/Downloads/Human_Revista+Completa.pdf. Acesso em: 20 dez 2024.

Entre a distopia e a realidade: a narrativa de “Cyberpunk: Mercenários” como reflexo do corporativismo e das políticas neoliberais

Ivo Barbosa Neto¹

Introdução

A Literatura Fantástica possui como uma de suas ramificações o subgênero *Cyberpunk*, caracterizado pela representação de futuros distópicos marcados por especificidades sociotecnológicas². Esta pesquisa propõe-se a analisar essas particularidades no contexto da série audiovisual *Cyberpunk: Mercenários*, articulando elementos recorrentes em duas histórias em quadrinhos pertencentes ao mesmo universo ficcional: *Trauma Team* e *Blackout*. A partir dessa abordagem, será realizada uma análise comparativa entre os principais eventos narrativos das obras e as dinâmicas corporativistas e neoliberais que configuram a sociedade contemporânea, buscando compreender como tais estruturas são representadas e problematizadas no campo da ficção. Também será desenvolvida uma análise que discute como os cenários distópicos, ainda que ambientados em universos futuros e distantes,

1 Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, membro integrado ao Laboratório de Estudos em História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI). Contato: ivo.barbosa@edu.ufes.br

2 Refere-se à inter-relação entre as estruturas sociais e as inovações tecnológicas, destacando como a tecnologia molda e é moldada pelas dinâmicas sociais, políticas e econômicas.

refletem práticas e preocupações já presentes na contemporaneidade. Esse exercício analítico buscará evidenciar as correspondências entre as narrativas ficcionais e os processos sociais, econômicos e políticos que configuram as dinâmicas do presente, apontando para a relevância do subgênero *Cyberpunk* como uma forma de crítica e reflexão sobre a sociedade atual.

A Ficção Científica consolidou-se como um subgênero literário e adquiriu maior protagonismo na produção cultural em larga escala a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial. Esse período foi marcado pelo crescimento de duas matrizes de pensamento profundamente antagônicas em relação ao papel e aos limites da ciência. De um lado, havia uma visão otimista que exaltava o poder transformador do saber científico, evidenciado pelos avanços tecnológicos como novos meios de transporte, o desenvolvimento dos primeiros computadores e a aceleração dos processos produtivos. Por outro lado, emergia uma perspectiva crítica, que associava a ciência aos horrores da guerra, tais como o extermínio sistematizado nos campos de concentração, a racionalização do genocídio, a suspensão de princípios éticos em nome do progresso científico e os devastadores efeitos da bomba atômica. Essas tensões subjazem à Ficção Científica, conferindo ao gênero um espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre o impacto ambivalente da ciência e da tecnologia na sociedade, ao mesmo tempo em que exploram as fronteiras éticas, políticas e existenciais do desenvolvimento científico. No período do pós-guerra, a sensação de incerteza quanto ao futuro e o ceticismo em relação à ideia de progresso científico coexistiam no imaginário coletivo com discursos que exaltavam o avanço técnico e científico como motores de transformação social. Nesse contexto, começam a ganhar destaque obras literárias que incorporam uma crítica mais profunda e arti-

culada às implicações sociais, políticas e existenciais da racionalização científica. Essas narrativas abordam com maior contundência os perigos do uso do saber científico como ferramenta de legitimação para a expansão capitalista, problematizando as consequências de um progresso tecnocientífico desvinculado de preocupações éticas e sociais. Por meio de suas tramas, essas obras denunciam os limites e as contradições do discurso modernizador, revelando os impactos da ciência sobre as estruturas de poder e a subjetividade humana.

O termo *cyberpunk* foi utilizado pela primeira vez em 1983, no título de um conto de Bruce Bethke, publicado na revista *Amazing Stories Fiction*³. Contudo, mesmo antes da consolidação dessa nomenclatura, já era possível identificar obras que antecipavam e concretizavam os elementos centrais do movimento. O surgimento do termo, no entanto, desempenhou um papel fundamental ao conferir visibilidade a essa produção, permitindo que fosse reconhecida como resultado de uma mobilização criativa voltada para a construção de uma coesão estilística e temática entre as obras. Esse processo de consolidação favoreceu o delineamento do *cyberpunk* como um subgênero próprio dentro da Ficção Científica, caracterizado pela integração de alta tecnologia com críticas às estruturas sociais e aos impactos do capitalismo avançado. A temática introduz questões filosóficas e existenciais que ampliam a complexidade temática da Ficção Científica, evidenciando a tensão entre humanidade e máquina. É nesse contexto que o termo *cyberpunk* emerge, articulando dois eixos conceituais complementares: *cyber*, que remete à alta tecnologia, abrangendo implantes cibernéticos, biotecnologia e sistemas digitais; e *punk*, inspirado no movimento sociocultural homônimo, caracterizado pela rebeldia,

3 O texto foi revisto seguidamente, até 2019, a versão mais recente estava disponível em <https://goo.gl/e6845e> Acesso em: 14 dez. 2024.

iconoclastia e resistência às estruturas de poder. Essa fusão inaugura uma nova vertente da Ficção Científica, que alia as inovações tecnológicas à crítica das dinâmicas sociais, explorando as desigualdades, os dilemas éticos e as transformações culturais geradas por avanços tecnocientíficos.

De acordo com a proposta genealógica de Tzvetan Todorov (1981), a Ficção Científica constitui um dos ramos da Literatura Fantástica. O *cyberpunk*, como subgênero, caracteriza-se por narrativas ambientadas em um futuro próximo, onde avanços tecnológicos significativos coexistem com degradação social, desigualdade extrema e controle corporativo hegemônico. Essa configuração narrativa estabelece um contraste direto com a realidade contemporânea, funcionando como um instrumento crítico para refletir sobre os dilemas do presente. As obras *cyberpunk* exploram intensamente a interface entre humanos e tecnologia, problematizando questões centrais como identidade, consciência e a própria definição do que é “real”. Essa abordagem promove uma forma de hesitação própria do fantástico, na medida em que os limites entre humano e máquina se tornam progressivamente indefinidos. Embora o *cyberpunk* não recorra ao sobrenatural no sentido clássico, a presença de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, realidades virtuais e modificações corporais, atua como um elemento de «maravilha», desafiando não apenas as leis naturais, mas também os limites éticos e existenciais, ampliando o campo de tensionamentos próprios da Literatura Fantástica. Assim como na Literatura Fantástica, o *cyberpunk* utiliza a especulação como ferramenta crítica para examinar aspectos da sociedade contemporânea, como o consumismo exacerbado, a hegemonia corporativa e os sistemas de vigilância, instigando os leitores a refletirem sobre a sua própria realidade.

Embora os eventos narrativos possam partir de premissas incertas ou excepcionais — como invasões alienígenas, guerras nucleares ou pandemias globais —, a lógica interna dessas histórias segue um encadeamento racional, que projeta possíveis consequências desses eventos de maneira coerente com os cenários imaginados (Todorov, 1981, p. 31).

No entanto, as narrativas frequentemente giram em torno de fenômenos que provocam no protagonista um estado de hesitação diante de experiências que rompem com as leis naturais. Essa característica, descrita por Todorov como elemento fundamental do fantástico, encontra ressonância no *cyberpunk* por meio de representações de um “sobrenatural” que pode ser físico, místico ou, mais comumente, tecnológico.

Assim, tecnologias avançadas — como inteligências artificiais autônomas, realidades virtuais imersivas ou transformações biotecnológicas — desafiam os limites do que é concebido como natural, gerando um efeito de estranhamento que caracteriza o gênero e reforça sua função crítica (Todorov, 1981, p. 15-16).

Esse tipo de composição temática suscita no público uma percepção de que, embora esteja imerso em uma narrativa que retrata um cenário distópico futurista, elementos e características de sua própria realidade se tornam evidentes por meio do conteúdo apresentado. Essa ressonância entre ficção e realidade possibilita não apenas uma identificação com as problemáticas abordadas, mas também uma reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais, políticas e tecnológicas contemporâneas, reforçando o caráter especulativo do gênero como uma ferramenta de análise e questionamento das condições presentes.

Análise da obra audiovisual *Cyberpunk: Mercenários* e a associação com características corporativistas e neoliberais da realidade contemporânea.

O ambiente retratado na obra reflete de forma contundente as características definidoras do *cyberpunk*, conforme anteriormente destacadas. Night City, uma cidade fictícia situada no Estado Livre da Califórnia, é apresentada como uma cidade-estado independente, cuja administração e controle político-econômico são disputados por duas mega-corporações: a Arasaka Corporation e a Militech. Essa configuração urbana é fruto direto das consequências da Quarta Grande Guerra Corporativa, um conflito de alcance global em que ambas as corporações buscaram consolidar sua hegemonia sobre o mercado internacional. Suas estratégias, frequentemente pautadas por ações subversivas e práticas sorrateiras, evidenciam a lógica predatória que caracteriza o capitalismo corporativo no universo *cyberpunk*. Além disso, esse mundo ficcional é permeado por tecnologias avançadas, como os *neurochips*, dispositivos que potencializam habilidades humanas ou conferem capacidades físicas aprimoradas, conhecidas como “cromas”. Essas tecnologias não apenas redefinem os limites do corpo humano, mas também levantam questionamentos éticos e sociais acerca da relação entre tecnologia, identidade e poder, consolidando o cenário como uma representação distópica de um futuro marcado pela convergência entre controle corporativo e avanços tecnocientíficos.

O protagonista é retratado em um estado de constante agonia, em grande parte devido à realidade precária enfrentada por sua mãe, que vive sobrecarregada pelo excesso de trabalho e pela ausência de retorno financeiro adequado. Essa situação de vulnerabilidade é intensificada por condições materiais adversas, como a interrupção frequente

do fornecimento de água e a desativação de eletrodomésticos por sistemas automatizados, em virtude do não pagamento das taxas exigidas para o uso desses serviços. A lógica capitalista (Moreira, 2020), instiga a crença na possibilidade de ascensão social por meio de uma perspectiva meritocrática. Essa narrativa promove a falsa sensação de que a dedicação exaustiva ao trabalho, simbolizada pelas longas jornadas laborais, é suficiente para superar condições de desigualdade socioeconômica e alcançar patamares mais elevados na hierarquia social. No entanto, tal discurso oculta as estruturas sistêmicas que perpetuam a concentração de riqueza e poder, desafiando a própria noção de mobilidade social como um resultado direto do esforço individual. Essa crítica se revela central no contexto *cyberpunk*, onde as promessas do progresso tecnológico e do capitalismo frequentemente servem para mascarar desigualdades e aprofundar a exclusão das classes marginalizadas.

A economia do desejo (Moreira, 2020) caracteriza-se por operar com base na criação e perpetuação de uma sensação de falta incessante, fomentando um ciclo contínuo de insatisfação e consumo. Essa lógica, profundamente enraizada no capitalismo contemporâneo, alimenta o alto consumo de bens supérfluos por determinadas parcelas da sociedade, ao mesmo tempo em que ignora ou perpetua as desigualdades estruturais que mantêm uma significativa parcela da população em condições de pobreza ou mesmo abaixo da linha de subsistência. Essa dinâmica revela um dos aspectos mais críticos do capitalismo: sua capacidade de transformar necessidades artificiais em motores do sistema econômico, promovendo um consumo desenfreado que beneficia as elites econômicas enquanto marginaliza os mais vulneráveis. Ao priorizar o lucro acima de qualquer consideração ética ou social, o capitalismo não apenas intensifica a desigualdade, mas também ex-

plora as subjetividades humanas, moldando desejos e aspirações de acordo com os interesses do mercado. No contexto de “*Cyberpunk: Mercenários*”, essa crítica é amplificada por meio de narrativas que expõem as consequências extremas dessa economia do desejo em um futuro distópico, onde avanços tecnológicos e desigualdades sociais coexistem em um sistema que privilegia o consumismo exacerbado e a concentração de poder corporativo, enquanto milhões permanecem à margem. Assim, o gênero desafia o leitor a refletir sobre as implicações dessa lógica no presente, evidenciando suas contradições e impactos desumanizantes.

A residência do protagonista está localizada em uma comunidade marginalizada, marcada por sua posição subalterna no contexto urbano e permeada por uma violência estrutural cotidiana. Essa ambientação evidencia as desigualdades extremas e as formas de exclusão presentes no universo *cyberpunk*, onde os avanços tecnológicos coexistem com a perpetuação de disparidades socioeconômicas, refletindo criticamente as dinâmicas de opressão observadas em sociedades contemporâneas. Night City é marcada pela presença constante de propagandas que promovem o armamento civil, possui um sistema de saúde privatizado denominado *Trauma Team* e um modelo educacional amplamente baseado em tecnologias avançadas. Esses elementos, projetados como símbolos do progresso e da modernidade, revelam, entretanto, a exclusão estrutural enfrentada por grande parte da população, um aspecto que se manifesta de forma contundente na experiência do protagonista. O jovem é diretamente impactado pela lógica excludente desses sistemas. Sem recursos financeiros para adquirir os equipamentos escolares exigidos, ele é forçado a recorrer ao mercado clandestino, obtendo um kit rudimentar e tecnologicamente obsoleto. Essa situação reforça seu sentimento de inadequação

em relação aos colegas de classe, que possuem acesso pleno às ferramentas necessárias para acompanhar os estudos. O contraste vivido pelo protagonista intensifica seu isolamento e alimenta a ideia de abandonar a escola em busca de um emprego, na tentativa de gerar renda suficiente para suprir as necessidades básicas de sua família.

Em meio a uma conversa sobre as dificuldades enfrentadas, o protagonista e sua mãe são tragicamente surpreendidos por um tiroteio entre duas gangues, culminando em um grave acidente de trânsito. Apesar da aparente sorte de a *Trauma Team* — uma corporação de assistência médica altamente tecnológica e privatizada — estar presente no local, a mãe do jovem não recebe atendimento, uma vez que seu plano de saúde não incluía cobertura para aquele tipo de emergência. A exclusão do protagonista se agrava, pois ele não tem permissão para visitá-la no hospital nem acesso a informações sobre seu estado de saúde. Eventualmente, a mãe falece, já que a cirurgia necessária para salvar sua vida dependia de um pagamento exorbitante, inviável para a família. Essa situação evidencia a desumanização promovida por um sistema que mercantiliza o direito à saúde, priorizando o lucro acima da vida humana. Essa narrativa denuncia as consequências extremas de um modelo neoliberal que transforma serviços essenciais em privilégios acessíveis apenas a uma elite econômica. Ao explorar essa lógica em um contexto fictício, “*Cyberpunk: Mercenários*” escancara a violência estrutural de um sistema que perpetua a desigualdade social, aliena os indivíduos e reduz a vida a uma variável econômica. Essa crítica sublinha a convergência entre o real e o ficcional, provocando uma reflexão sobre os impactos de sistemas de saúde privatizados e desiguais nas sociedades contemporâneas.

Diante dos diversos eventos traumáticos e das adversidades enfrentadas, o jovem toma a decisão de abandonar os estudos, optando por

um caminho que o conduz ao mercado alternativo de *neurochips*. Inicialmente, ele passa a comercializar e consumir esses dispositivos, frequentando clínicas clandestinas para realizar aprimoramentos em suas condições físicas. Essa inserção no submundo tecnológico marca o início de sua evolução no crime, à medida que ele se integra cada vez mais profundamente nesse contexto de marginalidade. Com o passar do tempo, o protagonista se torna membro de uma gangue, adotando uma identidade que reflete sua nova realidade. Para melhorar a eficácia de suas ações criminosas e garantir sua sobrevivência em um ambiente altamente competitivo e violento, ele recorre continuamente à implementação de novos implantes cibernéticos em seu corpo. Essas alterações, embora ampliem suas capacidades físicas e mentais, também reforçam sua desconexão com a humanidade, expondo as tensões entre tecnologia e identidade. Essa trajetória evidencia a crítica social subjacente no universo “*Cyberpunk: mercenários*”, onde a desigualdade estrutural e a exclusão social conduzem os indivíduos à marginalização, muitas vezes os forçando a recorrer a soluções extremas para lidar com uma realidade opressiva. O uso de implantes cibernéticos, ao mesmo tempo que simboliza poder e adaptação, também destaca os custos pessoais e sociais do avanço tecnológico em um mundo dominado por interesses corporativos e pela desumanização.

Os fluxos e as forças que movem os recursos à disposição da sociedade no mundo capitalista, concentrando-os quase totalmente nas mãos de poucos e fazendo com que a maior parte da população não tenha acesso sequer às suas necessidades básicas, uma coisa ainda me intrigava. O fato de a história recente ser cheia de exemplos de grupos extremamente violentos que concentraram poder tendo sido não os que defendiam o livre mercado, mas os que, ao contrário, defendiam um Estado forte e que intervisse na economia. Grupos que conquistaram um enorme apoio popular e sustentaram modelos

econômicos cruéis que, assim como no livre mercado, concentravam riqueza nas mãos de poucos e e deixavam a maior parte da população sem ter suas necessidades básicas atendidas (Moreira, 2020, p. 69).

Na tentativa de reverter sua situação e desafiar a opressiva estrutura corporativa que domina sua vida, o protagonista se prepara para dar sua cartada final, enfrentando diretamente o sistema que controla sua realidade. A Arasaka Corporation e a Militech, duas das maiores corporações que governam todos os setores da sociedade, operam em um complexo arranjo de influências comerciais e políticas, permeando diversos ramos do mercado. No entanto, essas corporações estão imersas em uma constante guerra interna, disputando poder e território, frequentemente utilizando figuras do submundo do crime para garantir suas vantagens. É nesse cenário de incerteza e conflito que o protagonista identifica uma oportunidade única para reverter as forças que o oprimem. Atuando como um agente duplo, ele começa a negociar tratados e realizar acordos com poderosos envolvidos diretamente com as corporações, ao mesmo tempo em que se envolve em atividades ilícitas, como sequestros e ataques a alvos estratégicos. Seu foco, entretanto, não está apenas nas corporações, mas também em atender aos interesses de sua gangue e de uma parcela marginalizada da população, que, como ele, é deixada à mercê da exploração corporativa. Esse movimento reflete a desesperada luta do protagonista para subverter o sistema, aproveitando-se das contradições e das disputas entre as corporações. Ao se tornar um elo entre os mundos do poder corporativo e do crime, ele busca, de forma radical, equilibrar o jogo, priorizando os interesses dos mais vulneráveis. A trama, ao mesmo tempo em que expõe as falhas e a corrupção das grandes corporações, também critica a forma como os sistemas sociais e econômicos forçam os indivíduos a adotar medidas extremas e desumanas

em busca de sobrevivência e justiça.

Essa situação torna-se ainda mais alarmante quando o protagonista, em sua busca incessante por poder e aprimoramento, se rende à implantação de inúmeros *neurochips* clandestinos. Esses dispositivos, por serem obsoletos e frequentemente implantados em locais sem segurança adequada ou certificação válida, resultam em sérios danos à sua saúde mental, culminando no desenvolvimento da *cyberpsicose*. A *cyberpsicose* é uma condição devastadora que gera uma série de sintomas intensos no hospedeiro, incluindo desmaios, sangramentos e uma grave instabilidade cerebral. Essa degeneração psicológica faz com que o protagonista perca completamente a noção de si mesmo, não conseguindo distinguir seus aliados de seus inimigos. Sua percepção de realidade é distorcida, criando delírios e cenários fictícios que o levam a agir de maneira errática e agressiva. Nesse estado, ele se transforma em uma “fera animalésca”, atacando e ferindo todos ao seu redor, não por intenção, mas como um reflexo da sua instabilidade mental induzida pelos implantes. Esse desenvolvimento trágico sublinha as consequências extremas do uso indiscriminado de tecnologias cibernéticas em um ambiente onde a regulação e a ética estão ausentes. A condição do protagonista revela não apenas os perigos das implantações não regulamentadas, mas também a alienação e desumanização geradas por uma sociedade que prioriza o lucro e o controle sobre a integridade dos indivíduos. No contexto “*Cyberpunk: mercenários*”, esse cenário critica diretamente a exploração dos corpos e mentes humanas pelas corporações, mostrando como a busca incessante por poder e melhoria tecnológica pode destruir a identidade e a humanidade do indivíduo.

O colapso do sistema nervoso do protagonista, resultado dos danos irreversíveis causados pelos *neurochips* clandestinos e pela *cyberpsico-*

se, culmina em sua morte prematura. Ele falha em alcançar seus objetivos, e à medida que seus aliados vão caindo um a um, ele se vê impotente diante de uma realidade implacável. O sistema corporativo, por sua vez, permanece intacto e fortalecido, não sendo abalado pelos esforços do protagonista. Ao contrário, as corporações continuam a expandir sua influência, agora controlando novas gangues para dar continuidade à guerra pelo poder, mantendo sua dominação sobre a sociedade. Essa trajetória trágica serve como uma crítica contundente ao sistema político e econômico vigente, onde, apesar das tentativas de resistência e subversão, a força descomunal das corporações e a estrutura de poder centralizada se provam imbatíveis. A narrativa reflete a ideia de que, em um sistema completamente dominado por um número reduzido de corporações, as forças de degradação social e política são tão poderosas que, no final, a resistência individual ou coletiva é incapaz de provocar mudanças significativas. A perpetuação do *status quo*, com sua desigualdade e exploração, se impõe como vencedora, independentemente dos esforços dos marginalizados ou dos dissidentes. Esse desfecho reforça a crítica *cyberpunk* ao capitalismo corporativo, evidenciando sua capacidade de resistir a qualquer forma de contestação e de perpetuar um ciclo de opressão e desumanização.

Considerações finais

A partir da análise dos aspectos vivenciados na obra e no subgênero aqui discutidos, é possível identificar e categorizar elementos característicos do neoliberalismo que permanecem vigentes em nossa realidade contemporânea, mesmo quando mediados e ressignificados nas narrativas de ficção científica. O gênero, longe de ser um mero exercício de especulação, atua como um espaço privilegiado para a

problematização das estruturas econômicas, sociais e culturais que sustentam o neoliberalismo. Por meio de suas construções narrativas e simbólicas, a ficção científica não apenas reflete as dinâmicas desse sistema, mas também amplifica e reconfigura suas tensões, expondo suas contradições e os impactos sobre a subjetividade, a política e as relações sociais. Ao transcender os limites do presente, as obras analisadas revelam as continuidades e rupturas do neoliberalismo ao longo do tempo, projetando cenários que tensionam questões como individualismo, precarização, controle tecnológico e desigualdade. Assim, este subgênero se constitui como um instrumento crítico que, ao explorar futuros imaginários, ilumina os desafios do nosso tempo e contribui para o entendimento das formas como o neoliberalismo molda e é moldado pela cultura, apontando para a relevância do diálogo entre arte e história como campo de investigação acadêmica e prática reflexiva.

O ambiente vivenciado pelos personagens reflete uma realidade distópica em que o sistema, controlado por corporações, subjugua os indivíduos a um modelo econômico marcado pelo capitalismo exacerbado e pela privatização irrestrita de serviços e recursos. Nesse contexto, a vida cotidiana é definida por uma lógica de exploração extrema: ou os indivíduos se submetem a jornadas de trabalho extenuantes, frequentemente desumanas e insuficientes para garantir qualquer forma de ascensão social, ou são forçados a buscar alternativas ilegais para sobreviver, tornando-se participantes involuntários do mundo do crime. Essa dualidade evidencia a radicalização das desigualdades e a desintegração das estruturas sociais, consequências diretas de um sistema que prioriza o lucro em detrimento da dignidade humana. Ao retratar esse cenário, a narrativa não apenas amplifica as críticas às dinâmicas contemporâneas do capitalismo neoli-

beral, mas também desafia o leitor a refletir sobre os limites éticos e sociais de um modelo econômico que transforma corpos e vidas em meros recursos descartáveis. Essa construção reforça a relevância da ficção científica como um espaço de denúncia e reflexão crítica, capaz de problematizar as condições materiais e simbólicas que sustentam o neoliberalismo em diferentes esferas de nossa realidade.

Além disso, a narrativa evidencia a marginalização e os caminhos clandestinos que os personagens percorrem para obter aprimoramentos em neurochips, dispositivos que, embora prometam melhorias cognitivas e funcionais, estão inseridos em uma lógica de exclusividade e mercantilização. Mesmo pertencendo a uma classe subalterna, os personagens são diretamente impactados pelo discurso do consumo exagerado, que impõe a necessidade de aderir a tecnologias avançadas como forma de sobrevivência ou inclusão em um sistema profundamente desigual. O mercado clandestino emerge, assim, como uma alternativa perigosa, mas inevitável, para aqueles que não têm acesso aos recursos e privilégios reservados às elites. Essa dinâmica ressalta como o neoliberalismo intensifica as desigualdades sociais, transferindo os custos do progresso tecnológico para os mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que os submete a riscos adicionais e a condições ainda mais precárias. Dessa forma, a obra explora as contradições de um sistema que, ao mesmo tempo que marginaliza, coage os indivíduos a buscar, por vias ilícitas, a adequação às exigências de um mercado tecnológico voraz. Essa representação reforça a crítica às estruturas econômicas e sociais contemporâneas, expondo a perpetuação da exclusão e da exploração sob o discurso de inovação e progresso, e sublinhando os dilemas éticos e políticos de um capitalismo cada vez mais digital e desumanizante.

A saga também revela, de forma contundente, a evolução e a busca

incessante do personagem principal por vingança e por uma forma de superar as adversidades impostas pelo sistema. Movido pelo desejo de dar a volta por cima, o protagonista enfrenta uma trajetória marcada por lutas, sacrifícios extremos e perdas irreparáveis, incluindo a de pessoas próximas que compartilhavam suas aspirações ou compunham suas redes de apoio. No entanto, o desfecho da narrativa subverte as expectativas de redenção ou triunfo: no final, o sistema prevalece. Mesmo após enfrentar inúmeras batalhas e desafiar as forças que o oprimiam, o personagem principal é reduzido a um estado de vazio, derrota e subjugação, tragado por um sistema que, desde o início, o explorava e alimentava através do crime. As supostas oportunidades oferecidas pelo sistema, muitas vezes mascaradas por promessas de ascensão e autonomia, revelam-se ilusórias, reafirmando a lógica de dominação que perpetua a desigualdade e a exploração. Esse desfecho trágico e profundamente crítico destaca a resiliência estrutural do neoliberalismo e sua capacidade de reabsorver e neutralizar resistências individuais, reafirmando sua hegemonia. A obra, assim, não apenas narra a falência do projeto individual de superação, mas também denuncia a perversidade de um modelo econômico e social que transforma a luta pela sobrevivência em um ciclo vicioso de opressão e derrota. Ao fazê-lo, provoca reflexões sobre os limites do indivíduo diante de sistemas totalizantes e os custos humanos de um mundo regido pela lógica do capital.

Na realidade, assim como na narrativa analisada, o sistema neoliberal, dominado por grandes corporações, estrutura e dita os mecanismos que regem a sociedade. Essas corporações exercem um controle quase absoluto, influenciando não apenas os mercados, mas também os governos, as políticas públicas e até as subjetividades individuais. O discurso de meritocracia e consumo exacerbado, amplamente difun-

dido, reforça uma lógica de competição e exclusão, que naturaliza a precarização das condições de vida e transforma os indivíduos em meros instrumentos de lucro e produção. Nesse contexto, a resistência torna-se um desafio coletivo, que exige a organização de movimentos sociais, a ampliação das redes de solidariedade e a construção de alternativas que questionem e confrontem a hegemonia corporativa. Agir em um sistema neoliberal requer não apenas o reconhecimento das dinâmicas de exploração e desigualdade, mas também o fortalecimento de práticas que visem a redistribuição de recursos, a democratização do acesso às tecnologias e a revalorização de políticas públicas inclusivas e transformadoras. Embora “*Cyberpunk: Mercenários*” se passe em um futuro distópico, suas narrativas retratam, de forma contundente, muitos dos acontecimentos e dinâmicas da sociedade atual. O gênero projeta um futuro marcado por desigualdades extremas, controle tecnológico e dominação corporativa, mas essas características são, na verdade, extrapolações das estruturas já existentes no presente. A privatização de serviços essenciais, a precarização do trabalho, o consumo desenfreado e a crescente influência das grandes corporações sobre as esferas políticas e sociais são elementos que não apenas compõem o cenário fictício de *cyberpunk*, mas também definem a realidade contemporânea. Ao explorar esses temas, *cyberpunk* se torna uma poderosa crítica ao sistema neoliberal vigente, revelando como a lógica capitalista exacerba desigualdades, desumaniza as relações e coage os indivíduos a navegar em ambientes cada vez mais opressivos. Por meio de suas tramas, o gênero destaca como a promessa de progresso tecnológico, muitas vezes vendida como solução para os problemas sociais, acaba servindo como instrumento de controle e perpetuação das desigualdades. Essa reflexão evidencia que o *cyberpunk*, mais do que um alerta para um futuro sombrio, é um

espelho do presente, apontando para as urgências de nossa sociedade. Ele convida à análise crítica dos mecanismos que governam o mundo atual e à busca de estratégias para resistir e transformar as estruturas opressivas que já moldam nosso cotidiano. Assim, ao abordar questões como o poder das corporações, a marginalização social e os limites éticos da tecnologia, o gênero não apenas reflete a realidade, mas também provoca reflexões sobre os rumos que desejamos para o futuro. Por fim, a análise evidencia que, em um mundo regido por corporações, é fundamental reimaginar os espaços de ação coletiva e as formas de organização social. Somente através da conscientização crítica, da luta por direitos e da reestruturação das bases econômicas e políticas é possível desafiar as imposições de um sistema que prioriza o lucro em detrimento da dignidade humana. Assim, a ficção científica não apenas oferece um espelho distorcido de nossa realidade, mas também convida à reflexão sobre os caminhos possíveis para resistir e transformar o mundo em que vivemos.

Referências

- BETHKE, Bruce. Cyberpunk. **Amazing Science Fiction Stories**, v. 57, n. 4. Nov 1983. Disponível em < <https://goo.gl/e6845e> >. Acesso em: 14 dez. 2024.
- CHKLOVISKI, V. A arte como procedimento. In: TODOROV, T. (Org.) **Teoria da Literatura**. Formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 39-56.
- LEMOS, André. Ficção científica cyberpunk: o imaginário da cibercultura. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 3, n. 6, p. 9-16, 2004.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). Cole-

ção TRANS. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MOREIRA, Eduardo. **Economia do desejo**: a farsa da tese neoliberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura fantástica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

A hanseníase no Espírito Santo: o caso do Hospital Colônia de Itanhenga (1937-1962)

Julia Carvalho Daltio¹

Introdução

O presente artigo surgiu com base nos estudos levantados para a construção da pesquisa de iniciação científica intitulada “Trajetórias e sociabilidades em situação de isolamento compulsório: o caso do Hospital Colônia Itanhenga (1937-1962)”, iniciada no ano de 2023 e finalizada posteriormente em 2024. Nesses estudos busquei compreender e estudar o desenvolvimento das trajetórias e das sociabilidades estabelecidas entre os acometidos pela hanseníase que se estabeleceram no Hospital Colônia Itanhenga, localizado no município de Cariacica no estado do Espírito Santo entre os anos de 1937 e 1962.

Os estudos acerca da história das doenças e da saúde têm contado com uma grande quantidade de produções ao longo das últimas décadas, o que tem possibilitado aos pesquisadores proceder a um refi-

¹ É atualmente graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Dentro da universidade, é membro do Laboratório de pesquisa Saberes e Sabores História da Alimentação e das Práticas de Cura, vinculado ao Departamento de História, atua como estudante pesquisador de Iniciação Científica com enfoque em História das Doenças. Os estudos estão focados na análise do cotidiano e no isolamento compulsório dos acometidos pela hanseníase que se estabeleceram no Hospital Colônia Itanhenga no Município de Cariacica, Espírito Santo. E-Mail: juliacarvalhodaltio@gmail.com

namento de seus instrumentos e práticas de pesquisa, que atualmente ultrapassam o campo da história biológica e institucional e alcançam vertentes como as dos estudos culturais e sociais.

Dito isso, a história da hanseníase – doença historicamente conhecida como lepra – presumidamente existente desde tempos Antiguidade, essa doença se tornou conhecida por diversas passagens das narrativas bíblicas, que a associam a ideias como as de impureza e pecado que são constantemente reiteradas como marcas estigmatizantes para os doentes que convivem com esta infecção bacteriana. Certo é, no entanto, que o alto poder de contágio e a inexistência de um remédio específico para a hanseníase fizeram com que, ao longo da história, as reações de temor e a busca pela distância dos corpos infectados fosse uma constante. Com efeito, a ideia de ameaça social que cercou o hanseniano desde a Antiguidade e que o associou a ideais como os da perversidade e da loucura foi reforçada por perspectivas advindas da ciência médica contemporânea (Cunha, 2005), relegando o infectado, no século XX, à exclusão por meio do isolamento compulsório, sob a forma e legitimidade de uma política de saúde.

O objetivo desse artigo é pensar as experiências de rejeição sob as perspectivas das políticas públicas e dos discursos científicos produzidos sobre a hanseníase ao longo do período citado. No caso da hanseníase, tal perspectiva se mostra de especial riqueza, visto que as internações compulsórias e a exclusão quase completa do convívio com os “sãos” levaram os hansenianos a experimentarem a coabitação em uma espécie de microuniverso das colônias que, apesar de regidas por muitas regras e coerções externas, contavam com dinâmicas de acomodação e enfrentamentos internos que poderiam marcar terminantemente a trajetória de vida dos internos por essa doença.

Desde a Antiguidade o hanseniano era visto como alguém indesejado, impuro e que, portanto, deveria ser retirado do convívio com os sãos, era considerado no imaginário popular que os doentes poderiam vir a transmitir não apenas a doença, mas também as impurezas. Sem perder de vista, que desde a Antiguidade a hanseníase era associada ao pecado, motivo para a visão estigmatizante sobre estes doentes.

Erving Goffman (2013), diz que o estigma está relacionado às características particulares de um grupo ou indivíduo que segue o oposto das normas culturais tradicionais de uma sociedade. Portanto, segundo o autor existem três tipos distintos de estigma: o primeiro que está ligado às deformidades do corpo físico; o segundo relacionado às ditas fraquezas individuais, como por exemplo: distúrbios mentais, vícios, homossexualismo etc; e o terceiro tipo ligado à questão de raça, nação e religião.

A hanseníase no Brasil e o isolamento compulsório

A hanseníase ao longo da história humana passou por fases de intensificação e retraimento, a doença já era conhecida desde a Antiguidade, perpassa a Idade Média com significativo aumento por causa das Cruzadas² que vão contribuir para a sua disseminação, no período moderno a hanseníase ganha destaque no discurso médico junto com outras doenças como a malária e a febre amarela (Franco; Menezes, 2021). Portanto, o crescimento gradual da hanseníase levou no século XIX, sobretudo na Europa essa doença tornou-se alvo de atenção da medicina, surgindo pesquisas na busca por encontrar a sua gênese e a busca por um antídoto.

² As chamadas Cruzadas foram uma série de expedições religiosas e militares, ocorridas entre os séculos XI e XIII, cujo principal objetivo era tomar Jerusalém do domínio dos povos árabes islâmicos.

No Brasil a hanseníase só veio a ser conhecida a partir da chegada dos colonizadores, há registros sobre a doença a partir dos anos 1600 nas capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e no Pará, territórios nos quais no século XVIII vão ser criados locais próprios para o abrigo dos enfermos (Eidt, 2004, p. 80-81). Embora já no século XIX a hanseníase seja alvo de reflexões de alguns médicos no Brasil, entretanto, foi a partir da década de 1920 que essa doença se tornou alvo de políticas públicas de saúde, assim em 1920 vai ser criado pela associação de médicos higienistas o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas. A criação deste órgão possibilitou a que doravante ações efetivas de combate a lepra fossem implementadas em todo o território brasileiro.

Dessa forma, a hanseníase se torna uma preocupação social no Brasil e diversas ações foram implementadas no intuito de acabar com esse “mal”. Diante disso, a solução que ganhou destaque na época foi à separação dos doentes da sociedade sadia, assim foram construídos por todo o território brasileiro colônias das quais seriam destinados os doentes de hanseníase, local onde eles receberam os tratamentos disponíveis na época para a doença, devendo estes internos viver em isolamento compulsório. Para tanto, se adotou um modelo de ação que se sustentava no tripé que se constituía dos dispensários, leprosário e o preventório. Os dispensários eram responsáveis por encontrar os doentes e os comunicantes, ou seja, aqueles que tiveram contato com o hanseniano, o leprosário era o local para onde eram recolhidos compulsoriamente os portadores da doença e o preventório era o local onde eram alocados os filhos nascidos de uma família hanseniana (Souza-Araújo, 1937).

O Hospital Colônia de Itanhenga

Partindo para o caso do Espírito Santo, por muito tempo foi considerado um dos estados “livre” da hanseníase, porque, em seu livro Souza-Araújo (1937, p.556) vai explicar que, até 1920 os casos de hanseníase eram raros no território. Sendo assim, no Espírito Santo a doença não era considerada um problema até a chegada do médico sanitarista Pedro Fontes, que foi transferido do Rio Janeiro onde trabalhava no Serviço de Saneamento Rural para atuar na Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas do Espírito Santo em 1927.

No ano seguinte, Fontes começa a trabalhar para mudar a realidade da Hanseníase no Estado, inicia primeiramente um inquérito sobre a doença e posteriormente este inquérito se transforma em um censo, que durou de 1927 a 1931. Por meio deste censo, foram identificados gradativamente um significativo número de hansenianos, que em 1927 afirmavam serem menos de 30 doentes, aumentando para a existência de mais de 700. Diante de tal número de doentes descobertos em 3 de janeiro de 1930 foi publicada a Lei nº 1.727 que autorizava ao Executivo a construção de um leprosário, onde eram recolhidos e internados compulsoriamente todos aqueles que haviam contraído a hanseníase, (Souza-Araújo, 1937), mas somente em 1935 a obra pode ser iniciada.

Segundo Franco (2021), para a construção do leprosário foi preciso que Estado, municípios, mundo empresarial e parte da sociedade civil se unissem para que essa obra pudesse ser concretizada. Depois de muita especulação sobre a escolha do local para a instalação do leprosário, optou-se por uma área próxima a capital, afastada cerca de 14 km, a região de Itanhenga em Cariacica. As obras se iniciam em 1934, um ano depois sua primeira etapa estava concluída em 22 de

maio, tendo inclusive sido feita uma inauguração. Os outros edifícios que compunham esse complexo só ficariam prontos em 1937, mais precisamente no dia 11 de abril deste ano, quando se deu sua inauguração definitiva.

Sendo assim, no relatório apresentado por Souza-Araújo em 1937, a Colônia de Itanhenga se localizava no município de Cariacica, a 14 quilômetros de Vitória, a 20 minutos da capital, era composta de 65 edifícios, dos quais 13 foram inaugurados em 22 de maio de 1935, quando se comemorou a colonização do Estado, e 52 inaugurados a 11 de abril passado. A colônia, também, foi dividida em três zonas: a zona sadia, a zona intermediária e a zona de contágio.

Em razão da hanseníase ainda ser vista de forma bastante pejorativa, a construção da Colônia de Itanhenga, ou como chamado na época “leprosário”, foi bem recebida por diversos setores da sociedade, jornais como por exemplo A Folha Capixaba, o Diário da Manhã e o O Cachoeirano, enfatizavam que o Dr. Pedro Fontes estava fazendo um bem enorme ao tirar os doentes do convívio com os não doentes, ou sãos, como mostra o exemplo abaixo:

[...] Nas zonas sertanejas, a molestia tolerada á custa da *ignorancia* de suas *consequencias* transmissoras, assume proporções alarmantes. Os enfermos perambulam livremente, *infectando* localidades, *esparzindo o bacillo* cruel e expondo á piedade publica o horror das *pro-prias* chagas. Esta situação reclama o interesse dos poderes *officiaes*. Porque é um crime gastarmos *milhões* em *palacios*, festas, embaixadas custosas, exposição deslumbrante... enquanto deixamos ao abandono as victimas do mal que traz a decomposição *cadaverica* da morte (O Cachoeirano: Orgão do Povo, 1 de fevereiro de 1923).

Goffman (2013) enfatiza que o estigma, principalmente o que gira em torno das doenças, se torna uma forma de desumanizar e desca-

racterizar os indivíduos porque eles se transformam apenas na sua doença.

O estigmatizado é “o diferente; é aquele que não seria completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.[...]. Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa [...] utilizamos termos específicos [...] tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original” (Goffman, 2013, p. 8).

O estigma em relação a hanseníase ao longo da História humana nunca teve fim, no século XIX, com o recrudescimento desta doença, o medo que os sãos tinham de contraí-la foi determinante para novamente se pensar na exclusão dos leprosos em instituições para onde estes eram recolhidos compulsoriamente.

Como demonstrado, os internos viviam em um ambiente habitacional de isolamento social, portanto, a Colônia se auto sustentava, segundo Franco (2021) os internos da Colônia de Itanhenga praticavam a agricultura tanto para sustento interno quanto para exportação, foram encontrados registros de muitas árvores frutíferas e cafeeiros, assim, plantadas 6.000 bananeiras, 2.500 laranjeiras, 1.000 coqueiros, 250 abacateiros, e muitas roças de milho, aipim, batatas, feijão, cana, etc. Também nos terrenos da Colônia, a 2 quilômetros da sede, há registros de uma grande pastagem e um estábulo no qual dormiram 70 vacas leiteiras (Souza-Araújo, 1937, p. 585). Sendo assim, conclui-se que os internos produziam parte do seu sustento.

Os internos dos leprosários viviam em uma organização própria dentro. Analisando os prontuários dos internos da colônia de Itanhenga, Sebastião Pimentel Franco (2023), encontrou diversos sobre os

doentes internados, tais como: nacionalidade, naturalidade, religião estado civil, sexo, grau de instrução, estado civil, profissão, religião professada, idade, cor. Em relação a nacionalidade por exemplo, o citado autor diz que 14 internos eram da Itália, 1 da Iugoslávia, 1 da Espanha, 1 da Noruega, e ainda de outros estados da federação brasileira, como Minas Gerais com 34 internos; Rio de Janeiro com 3; Bahia com 2, e Sergipe com 1. Com relação à religião foram encontrados 73 prontuários que faziam referência a esse dado, sendo que dos 63 (86,3%) dos internos professavam a religião católica apostólica romana e 10 (13,7%), o protestantismo: pentecostal, luterano, adventista, Assembléia de Deus e Batista. Em relação ao grau de instrução a maioria era analfabeta, num total de 181 internos, 121 (66,85%) eram do sexo masculino e 60 (33,15%), do sexo feminino. Os alfabetizados somavam 112, sendo 96 (85,71%) do sexo feminino, contra apenas 16 (14,29%) do sexo masculino (Franco, 2021, p. 54 e 56). Os quadros a seguir nos dão ainda outras informações do perfil desses internos:

Quadro 01 – Cor

COR				
SEXO	BRANCA	PRETA	PARDA	MORENA
HOMENS	278	42	129	5
MULHERES	140	8	42	-
TOTAL	418 (64,91 %)	50 (7,76 %)	171 (26,55 %)	5 (0,78%)

Fonte: Dados levantados por Sebastião Pimentel Franco a partir dos prontuários dos internos (Franco, p. 52, 2021)

Quadro 02 – Estado Civil

ESTADO CIVIL			
SEXO	CASADO	SOLTEIRO	VIÚVO
HOMENS	288	166	31
MULHERES	111	39	32
TOTAL	399 (59,82 %)	205 (30,73 %)	63 (9,45 %)

Fonte: Dados levantados por Sebastião Pimentel Franco a partir dos prontuários dos internos (Franco, 2021, p. 53)

Em relação a profissão dos internos, o citado pesquisador diz que encontrou os seguintes dados: em relação aos homens 301 eram lavradores (81,79%), entre as mulheres, 103 afirmavam serem domésticas (18,21%), correspondente a 83,06% das internas do sexo feminino (Franco, 2021, p. 54).

Outro dado importante destacar era como os internos reagiam ao fato de se descobrirem doentes pela hanseníase. Entrevistando um dos ex-internos, Sebastião Pimentel Franco, relata como este enfermo reagia a descoberta da hanseníase e como as pessoas reagiram a essa constatação. A fala na citada entrevista ao ex interno se coaduna com que aponta Susan Sontag em seu livro *A doença como metáfora* (1984). A referida autora, vai explicar que a forma como a doença é retratada na sociedade influencia o estigma que gira em torno dela, Sontag aponta ao longo da discussão do seu livro que a visão social em torno da doença influencia como o doente vai ser tratado pelas pessoas de seu convívio.

[...] pra mim foi o mesmo que ter me matado e ter jogado fora.
 [...] Porque na hora que ele (o médico) falou que eu ‘tava’ com essa

doença, nós trabalhava (sic) lá em 20 tantas pessoas, aquilo acabou tudo. Não eram mais meus amigos, sumiu tudo. Lá em casa eles não deixaram eu nem entrar na porta mais... tive que vir com a roupa que 'tava' trabalhando³.

Logo, o ambiente dentro da Colônia era para os internos toda a vida deles uma vez que eram praticamente renegados pela sociedade. Assim, era dentro das paredes da Colônia que os internos experimentavam as formas de interação social, lá eles realizavam dias de jogos e diversões, eles se conheciam, namoravam e por fim, em alguns casos, se casavam. Sobre essa situação, o pesquisador Sebastião Pimentel Franco vai explicar em seu texto, *Difícil é para a justiça humana processar e julgar quem já está condenado pela justiça divina* Lepra e estigma:

Em relação a casamento, gostaríamos de afirmar que a discriminação com aqueles que haviam contraído a lepra ou mesmo filhos de leprosos foi determinante para que leprosos ou seus filhos, mesmo que não tivessem a doença, acabavam casando-se com leprosos, como narrou Alice (2016), ao dizer que acabou casando-se com um rapaz de lá porque todos diziam, ninguém vai querer casar com filha de leproso, a opção que ela teria seria apenas aquela “[...] e aí eu pensava, só pensava que se eu casasse era melhor, porque a gente era muito humilhado⁴.

Considerações Finais

Diante do exposto, nota-se que as relações de força que permeavam o cotidiano, as vivências na Colônia de Itanhenga estão intimamente ligadas com as formas de intervenção e o controle dos corpos leprosos na Colônia. Portanto, obter uma maior compreensão acerca do microuniverso que era a Colônia de Itanhenga, suas políticas so-

3 JOSUÉ. [Entrevista cedida a] Sebastião Pimentel Franco. 1 mar. 2016.

4 ALICE. [Entrevista cedida a] Sebastião Pimentel Franco. 22 mar. 2016.

ciais e a forma como a sociedade lidava com os doentes no período pesquisado, sendo possível avaliar evoluções importantes na história da saúde do Espírito Santo e perceber como os relatos e vivências encontrados na Colônia Itanhenga são de extrema importância para mostrar um novo ângulo de grupos que historicamente tiveram seu discurso invalidado, silenciado e esquecido, e por último, mas não menos importante, para ampliar os conhecimentos sobre a história da saúde no estado do Espírito Santo.

Como observado anteriormente, as diferentes informações e fontes sobre a Colônia de Itanhenga proporcionam oportunidades para um estudo mais aprofundado sobre o assunto, assim, Franco (2022) vai enfatizar:

Desde o seu aparecimento, a lepra esteve associada a implicações morais, como nos aponta o Velho e Novo Testamento, associando-a a maldição e a castigo divino. O portador da doença significava um mal que ameaçava a todos, daí a necessidade de viver separado do convívio com as outras pessoas (Franco, 2022. p. 343).

Portanto, estudar os aspectos em volta da Hanseníase no Espírito Santo é entender os internos na colônia de Itanhenga como agentes na própria sociedade, visto que por muito tempo seu status como cidadão foi desvalorizado. Pensando desta maneira, as perspectivas são de dar continuidade nos estudos, visando melhorar os resultados já obtidos e aperfeiçoar o entendimento acerca da doença na sociedade.

Referências

SOUZA-ARAÚJO, H. C. A lepra no Espírito Santo e sua prophylaxia: A “Colônia de Itanhenga” – Leprosário modelo. **Me-**

- mória Instituto Oswaldo Cruz**, v. 32, n. 4, p. 551-605, 1937.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- CUNHA, V. S. **O Isolamento compulsório em questão**: Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). 142 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.
- FRANCO, S. P. “Difícil é para a justiça humana processar e julgar quem já está condenado pela justiça divina” Lepra e estigma. In: MIRANDA, C.; MARIANO, S. **Saúde e sociedade no Brasil**. [s.l.] Editora UFPE, 2022.
- ARMUS, D. Qué hacer con los recuerdos de un enfermo? Memoria individual en historia sociocultural de la enfermedad. In: FRANCO, S. P., NASCIMENTO, D. R.; SILVEIRA, A. J. T. (org.). **Uma História Brasileira das Doenças**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, v. 5.
- FRANCO, S. P. A hanseníase no Espírito Santo a partir dos prontuários dos internos da Colônia de Itanhenga. **Diálogos**, 25(2), 44-67, 2021.
- FRANCO, S. P.; ARAÚJO, T. M. D. Isolar e assistir: desafios do tratamento dos doentes de lepra na Colônia de Itanhenga - Espírito Santo. **Dimensões**, n. 47, p. 31-43, 2021.
- FRANCO, S. P.; MENEZES, Z. M. L. A lepra no Ceará e no Espírito Santo (1920-1940): olhares e reflexões. **Revista Ágora**, v. 32, n. 1, p. e-2021320101, 2021.
- FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2006, p. 3-13.

- MARLOW, S. L.; FRANCO, S. P. “Males nos trópicos”: relatos do viajante estrangeiro Johann Jakob von Tschudi sobre as doenças entre os primeiros imigrantes alemães na província do Espírito Santo (1860). **Revista del CESLA**, n. 22, p. 77–94, 2018.
- PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. Tradução Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.15-38.
- ROSENBERG, C. Framing disease: Illness, society and history. In: **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 305-318.
- SONTAG, S. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Iluminismo e representação: Jaucourt e a construção orientalista do despotismo

Lorenzo Santa Rosa da Costa¹

Introdução

O século XVIII traz o movimento filosófico e político do Iluminismo, sendo o pensamento racional valorizado pelos seus filósofos e, por essa perspectiva, apenas ele levaria a humanidade ao progresso. Através do uso crítico e construtivo da razão, o homem caminharia para ser o detentor de seu próprio destino. Para buscar a autonomia desejável, era preciso dispor da liberdade de questionar, examinar e criticar, produzindo um mundo desencantado, onde a restrição incide sobre o caráter de qualquer autoridade. A popularização do conhecimento agiria para remover a suposta obscuridade herdada desde a Idade Média (Todorov, 2008). A ideia de uma humanidade guiada pela racionalidade tornar-se soberana ao longo do século XVIII francês (Morin, 2005, p. 2)

Darnton, em sua obra *Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia” 1775-1800* (1996), apresenta diversas reflexões acerca do contexto literário francês do século XVIII a partir da trajetória de publicação da *Encyclopédie*. Na introdução de seu livro, o

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: lorcosta06@gmail.com

autor apresenta um pequeno panorama de seu objeto de estudo. Segundo ele, o projeto editorial foi publicado entre 1751 e 1772, sob a direção de dois intelectuais: Diderot e d'Alembert. Este declara que o objetivo era organizar e expor princípios gerais e específicos, ordem e a sequência de cada ciência e de cada arte, sistematizando o conhecimento humano. Filósofos como Voltaire, d'Alembert, Montesquieu e Diderot foram alguns dos colaboradores, introduzindo seus ideais iluministas por entre os capítulos, tendo muitas críticas disfarçadas com ironia, subterfúgios e falsos protestos.

Este projeto visa delinear a proposta de pesquisa, que parte da compreensão deste cenário intelectual. Mais especificamente, busca-se analisar a *Encyclopédie*, a partir de um capítulo escrito por Louis de Jaucourt. Em 1758, após algumas crises, Diderot passa a ser o único editor, recorrendo a Louis de Jaucourt. Este, que já colaborava com artigos desde 1751, passa a ser editor até 1772. Era um erudito protestante francês, nascido em 1704 e falecido em 1779. De origem familiar nobre e protestante, estudou matemática, física e medicina em Genebra, se tornando posteriormente membro das academias de Bordéus, Berlim e Estocolmo, assim como da *Royal Society of Londres*. Pelo seu vasto conhecimento em múltiplos campos, Diderot o convidou para fazer parte de uma colaboração na *Encyclopédie* em 1751, tendo seu primeiro artigo publicado em 1752 (Barroux, Pépin apud Gomes, 2017, p. 8).

Dentre seus escritos, Jaucourt se debruçou a explicar o “Despotismo”, texto esse que se pretende analisar nesta pesquisa. Esse termo é normalmente empregado para nomear regimes de governo que exercem seu poder de forma arbitrária, absoluta e tirânica, centralizado na figura de um só indivíduo. O déspota governa segundo sua própria vontade, não tendo outra lei que o limite a não ser seus caprichos.

Apesar da origem do termo Despotismo ser atribuído a Idade Antiga e ter sido desenvolvido por inúmeros pensadores posteriormente, foi com Montesquieu, em sua obra *Espíritos das Leis* (1748), que esse termo se consolidou no pensamento político europeu (Koebner, 1951).

Lisa Lowe, em seu livro *Critical Terrains: French and British Orientalisms* (1994), estuda as diferentes representações do Oriente em obras francesas e britânicas a fim de constatar o caráter instável e contraditório da tradição discursiva orientalista. Segundo a autora, estava presente na tradição literária francesa desse período relatos de aventuras coloniais nas Caraíbas, Índia, África Ocidental, América do Norte e China, assim como em romances orientais de Montesquieu, Voltaire e Diderot. O Oriente tornou-se campo de desejo francês de territórios não conquistados em um contexto de uma corrida pelas colônias. Assim, esse nicho literário alegorizava o encontro da nação francesa com o mundo não francês. Nesse artigo publicado na *Encyclopédie*, ao explicar o termo “Despotismo”, Jaucourt utiliza representações e estereótipos sobre o Oriente para ilustrar seus argumentos, representações essas que foram herdadas dessa tradição literária francesa.

Este trabalho tem por objetivo apresentar as considerações iniciais da monografia em desenvolvimento intitulada: “Iluminismo E Representação: Jaucourt e a construção orientalista do Despotismo”, no qual, visa analisar as representações orientais escritas por Louis de Jaucourt, em seu capítulo intitulado *Despotismo*, presente na obra *Encyclopédie*. Este estudo foi dividido em dois momentos: em primeiro lugar, uma introdução ao conceito chave para meu estudo: Orientalismo, sob a perspectiva de Edward Said, em diálogo com conceitos de discurso foucaultiano e hegemonia de Antônio Gramsci e no segundo momento a fonte primária utilizada.

Crítica ao Orientalismo de Edward Said

A pesquisa se orientará pela concepção construtivista da cultura. Essa perspectiva encara os significados e sentidos que damos a realidade como construídos (produzidos), em vez de “encontrados”. Logo, essa abordagem considera a representação como parte constitutiva das coisas. O sentido não está na coisa em si, são os sujeitos que fixam os sentidos. Ele é estabelecido por um código, correlacionando o nosso sistema conceitual e a linguagem. Assim, o sentido é construído pelo sistema de representação, resultado de nossas convenções sociais, culturais e linguísticas (Hall, 2016).

Nesse sentido, a cultura pode ser considerada como:

[...] cultura diz respeito a “significados compartilhados”. Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais (Hall, 2016, p. 17).

É importante salientar a presença e a influência de Michel Foucault nessas reflexões (Barros, 2003). Em sua aula inaugural no *Collège de France*, publicada com o título *A ordem do discurso* (Foucault, 1996), o autor definiu o estudo do controle do pensamento como seu objeto, levando em conta os modos como certos temas ou ideias são controlados (Burke, 2005). Entre outras problemáticas, Foucault estava preocupado com o poder e sua influência na sociedade. Segundo ele:

Me parece que por poder hay que entender, primero la multiplicidad de las relaciones de fuerza inmanentes y propias del dominio en que se ejercen, y que son constitutivas de su organización; el juego que

por medio de luchas y enfrentamientos incesantes las transforma, las refuerza, las invierte; los apoyos que dichas relaciones de fuerza encuentran las unas en las otras, de forma que forman cadena o sistema (Foucault, 1977, p. 112).

As práticas e as regras que construíam enunciados com sentido e a regulação dos discursos em diferentes períodos era o que o interessava. Assim, Foucault desvia atenção da linguagem para o discurso. Dando a esse termo um sentido particular, afirma que o discurso é quem rege as formas de abordar um assunto, definindo o modo “aceitável” de se dirigir, escrever e falar, assim restringindo e excluindo outros modos (Foucault, 1996, p. 8). O teórico entrelaça a construção dos sentidos por meio da representação com as disputas de poder, compreendendo que os significados e práticas são construídos dentro do discurso.

Peter Burke, em sua obra *O que é História Cultural* (2005), apresenta de forma cronológica as diversas abordagens da história cultural e suas transformações. No capítulo denominado “Pós-colonialismo e feminismo”, Burke apresenta o contexto para ascensão dos estudos pós-coloniais, sendo a obra “Orientalismo” de Edward Said, em 1978, considerada um marco para esse campo. Segundo ele, o debate sobre a continuidade da hegemonia e exploração econômica por parte dos países mais ricos e as lutas pela independência dos Estados considerados de Terceiro Mundo destacaram as consequências de séculos de colonialismo para essa parte do mundo. Dentre outros fatores, uma das principais razões da reação contra a narrativa da civilização ocidental foi a tomada de consciência e ampliação daquilo que foi ocultado e dos mecanismos que possibilitaram essa invisibilidade.

Segundo Said (2007), cada enunciado sobre o Oriente na perspectiva do Outro se associa a outras obras, instituições ou públicos, assumin-

do algum precedente de conhecimento sobre o Oriente. O agrupamento de influências que rodeiam a obra, portanto, constitui uma formação analisável. Assim:

Todo aquele que escreve sobre o Oriente deve se localizar vis-à-vis ao Oriente; traduzida no seu texto, essa localização inclui o tipo de voz narrativa que ele adota, o tipo de estrutura que constrói, os tipos de imagens, temas, motivos que circulam no seu texto — todos os quais se somam para formar os modos deliberados de se dirigir ao leitor, de abranger o Oriente e, enfim, de representá-lo ou falar seu nome (Said, 2007, p. 43).

Semelhante à Said, essa pesquisa pretende analisar a relação entre texto e os modos como tipos de textos adquirem poder e força entre si mesmos e na cultura em geral, assim como a análise da posição do autor num texto em relação ao material ao qual escreve. Serão utilizados como ferramentas os conceitos de Orientalismo, discurso, hegemonia e representação.

Na linguagem usamos símbolos e sinais (sons, imagens, palavras, notas musicais, gestos, objetos, entre outros) para exprimir nossas ideias, sentimentos, coisas, práticas e fenômenos. A representação através da linguagem é central para os processos pelos quais os significados são produzidos. Damos sentidos às coisas pelo modo como as classificamos e a conceituamos, embutindo valores por meio da representação (Hall, 1997, p. 15). Orientalismo será considerado, assim como seu autor considerou, como representação e discurso.

Edward Said aponta como base teórica os conceitos de discurso de Foucault e hegemonia de Gramsci em sua obra *Orientalismo* (2007). Este livro demonstra como a produção de um imaginário do Ocidente “racional” e universalista necessitou de uma visão do Oriente

produzido a partir da moralidade, religião e as mais diversas concepções ao longo de séculos, sendo parte integrante da cultura material europeia. O orientalismo é tratado como um discurso, o modo de abordar o Oriente a partir da experiência ocidental europeia, produzindo uma série de certezas e afirmações que transitam entre intelectuais e do senso comum da cultura geral ocidental.

Discursos são modos de se referir a um determinado tema e sobre ele construir conhecimento. Ele define se os enunciados são ou não adequados sobre uma determinada área, disciplina ou prática, definindo quais são relevantes, verdadeiros, úteis em seu contexto. Um conjunto “de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault apud Azevedo, 2013, p. 156).

De maneira geral, podemos entender o conceito de hegemonia para Gramsci como o estabelecimento de um consenso, tornando a ideologia de um grupo dominante validada como verdade para toda sociedade (Angeli, 2011). Segundo Gramsci “[...] a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como “domínio” e como “direção moral e intelectual”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários os quais tende a “liquidar” ou a submeter mesmo com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados (Gramsci apud Dos Santos Ribeiro, Sobral, 2020, p. 100).

A hegemonia tratada por Said se distancia do plano das classes e a utiliza para caracterizar o pano de fundo do Orientalismo, a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus. Segundo ele:

[...] pode-se argumentar que o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus. Além disso, há a hegemonia das ideias europeias sobre o Oriente, elas próprias reiterando a superioridade europeia sobre o atraso oriental, anulando em geral a possibilidade de que um pensador mais independente, ou mais cético, pudesse ter visões diferentes sobre a questão (Said, 2007, p. 29).

Entendendo que “A tarefa de toda concepção dominante [...] consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia” (Gramsci apud Gruppi, 1978. p. 69), o termo hegemonia não será utilizado em um contexto de disputas de classe, mas para ilustrar o poder burocrático, cultural, econômico e de criação dos discursos universalistas que a Europa e seus Estados Nacionais detinham.

Projeto da *Encyclopédie*

Pretende-se utilizar como fonte primária para essa pesquisa o capítulo intitulado “Despotismo”, escrito por Louis de Jaucourt, presente na *Encyclopédie*. Segundo Grespan (2003, p. 49), o projeto enciclopédico teve início em 1746, com a proposta de alguns editores franceses para Diderot e d’Alembert, que traduzissem do inglês a *Cyclopedia* de Chamber, publicada em 1728. Compreendendo a oportunidade, os dois filósofos sugerem elaborar um texto completamente novo, convidando alguns pensadores iluministas para colaborarem com o projeto. Sua primeira publicação data de 1751, alcançando 36 volumes, dos quais oito de ilustrações, em um total de 71.818 verbetes, até o ano de sua conclusão, em 1772.

Publicações como *Thresor* da língua francesa antiga e moderna de

Jean Nicot (1606), primeira edição do *Dicionário da Academia Francesa* (1694), o *Dictionnaire universel* (1690) de Furetière e *Le Dictionnaire de Trévoux* (1721) atestam o crescente prestígio do gênero dicionário na França. Somado a popularização do gênero, havia a necessidade de compilar todo o conhecimento produzido e o compartilhar, combatendo a ignorância em que a sociedade se encontrava. Porém, não se tratava meramente de uma coleção de informações a respeito de tudo. A obra registrava o conhecimento segundo os princípios dos próprios filósofos colaboradores. Apesar de algumas posições não coincidirem, a *Encyclopédie* se tornou suporte para divulgação das ideias iluministas (Bahr, 2009).

A sociedade francesa do século XVIII era fortemente hierarquizada e aristocrática, com o governo girando em torno da figura do rei. Por medo de conspirações, a Coroa outorga a Declaração de 16 de abril de 1757, ameaçando executar quem imprimisse e escrevesse contra a Igreja e o Estado. Nesse período a *Encyclopédie* sofre com denúncias de heresia. Em janeiro de 1759, o procurador geral do Parlamento de Paris alertou que por trás da empreitada havia uma conspiração para destruir a religião e agitar o Estado. Em março, a obra foi proibida de ser vendida e se juntou ao índice de livros proibidos pela Igreja. O projeto continua na clandestinidade, com muitos colaboradores cancelando seu envolvimento, especialmente d'Alembert e Voltaire (Darnton, 1996).

Dentre os diversos colaboradores da enciclopédia, Jaucourt foi responsável por escrever um quarto do projeto, contribuindo entre os anos 1752 e 1772. Podemos destacar, entre seus artigos, títulos como “Superstição”, “Crueldade”, “Culto”, “Tolerância”, “Despotismo”, “Governo”, “Liberdade política”, “Preconceito” e “Imprensa” (Perla, 1980).

Ciente da possibilidade dos censores examinarem seus artigos, Jaucourt inseriu críticas e ousadas declarações sobre a Igreja e a monarquia em artigos aparentemente inofensivos, os evitando em títulos mais sinuosos. Pelo seu ódio à perseguição e intolerância, grande parte de seu trabalho é atacando as prescrições da Igreja. Adepto ao protestantismo, acreditava que a fé extraía toda virtude da moralidade. A verdadeira religião não transcenderia a racionalidade e o fanatismo levaria a ruína do mundo. Teólogos eram nada menos que propagadores de falácias, espalhando os dogmas apenas para dominarem a população. Ferrenho crítico da Inquisição, acreditava que nem o Estado e nem a Igreja deveriam interferir nas crenças pessoais do indivíduo (Perla, 1980).

Conclusão

Adotando o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci e o conceito de discurso de Michel Foucault, Said evidencia como a construção de um Ocidente racional e dinâmico se deu a partir de relações de poder e dominação, apoiadas em consideráveis investimentos materiais, teóricos e práticos, que filtraram e interpretaram o Oriente com base em suas concepções morais, filosóficas, religiosas e econômicas. Em detrimento a compreensão da crítica ao Orientalismo desenvolvida por Edward Said, Compreende-se como aspecto importante deste trabalho é refletir sobre as construções do Oriente, tomando como ponto de partida as significações em torno do termo “Despotismo”, título e tema ao qual Jaucourt se propôs a explicar. A força despota era a comum substância apresentada pelos intelectuais europeus para caracterizar as autoridades políticas das várias sociedades orientais. Governos tirânicos não eram desconhecidos na Europa,

principalmente pela ascensão do absolutismo. Porém, esses críticos defendiam que essa forma de governo era menos opressiva e menos severa do que sua “contraparte” da outra metade do mundo. O Despotismo Oriental era mais uma manifestação orientalista, atribuindo características ao “outro oriental” e as tornando essencializadas.

Assim, a hipótese levantada, referente ao julgamento de Jaucourt ao Oriente, consiste na caracterização das formas de governo orientais como um regime de servidão, tendo o príncipe total autoridade sobre a população. Esta seria formada por bárbaros e tolos, que só obedecem através do medo. As mulheres seriam escravas e suas religiões consideradas superstições. Tendo a *Encyclopédie* o objetivo de reunir e disseminar o conhecimento humano acumulado, ela se torna suporte para discursos orientalistas, que passam a ganhar o caráter de “verdade”, devido a autoridade científica, essencializando representações do Oriente. Em detrimento ao caráter protestante do autor, sua adesão a filosofia iluminista, a forte censura sofrida pela *Encyclopédie* e o uso de ironia em seus textos, Jaucourt utiliza do Oriente para criticar a própria França, com o monarca francês sendo despótico e a Igreja pregando dogmatismo e superstições.

A presente pesquisa busca colaborar com o entendimento das dinâmicas de representações do Oriente no decorrer da história. Em decorrência das atuais narrativas sobre o outro lado do planeta, que frequentemente retornam ao debate internacional (principalmente os conflitos no Oriente Médio e as injustiças sofridas pelos povos palestinos), é essencial compreender as dinâmicas de produção dos discursos orientalistas, suas consequências, manifestações e transformações no decorrer da história.

Referências

- ANGELI, José Mário. Gramsci, hegemonia e cultura: relações entre sociedade civil e política. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, v. 11, n. 122, p. 123-132, 2011.
- AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revistas Eletrônicas Filogênese**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2013, p. 148-162.
- BAHR, Fernando Anibal. La Filosofía de la Encyclopédie. **Eadern Utraque Europa**, Universidad Nacional de San Martín, v. 5, n. 9, p. 241-262, 2009.
- BARROS, José D.'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A**, v. 11, n. 1-2, p. 145-172, 2003.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SOBRAL, K. M.; RIBEIRO, E. C. DOS S. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, v.3, n. 2, p. 90-106, 2020.
- DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio: História da publicação da "Enciclopédia" 1775-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad.** México: Siglo xxi, 1977.
- GOMES, Alexandra. **Le Chevalier de Jaucourt:** philosophe, ideas politiques et ampleur de l'implication dans l'Encyclopedie de Diderot et d'Alembert. Tese (Mestrado em Pesquisa Literária)

- Faculdade de Literatura Francesa, Université Paris Nanterre. Paris, 2017.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. **Revolução francesa e iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HALL, S.; EVANS, J.; NIXON, S. (orgs.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage, 1997.
- KOEBNER, Richard. Despot and despotism: vicissitudes of a political term. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, University of Chicago, v. 14, n. 3-4, p. 275-302, 1951.
- LOWE, Lisa. **Critical Terrains: French and British Orientalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- MORIN, Edgar. Para além do Iluminismo. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, PUCRS, n. 26, p. 24-28, 2005.
- PERLA, Georges A. La philosophie de Jaucourt dans l' "Encyclopédie". **Revue de l'histoire des religions**, n. 1 p. 59-78, 1980.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.
- TODOROV, T. **O espírito do iluminismo**. São Paulo: Barcarola, 2008.

A proposição do método histórico de Ibn Khaldūn no contexto islâmico medieval século XIV

Lunna Sant' Anna Souza¹

Introdução

Segundo Marc Bloch historiador medievalista francês e importante expoente da primeira geração dos *Annales*, os documentos constituem vestígios do passado o qual estava em constante progresso. A fim de propor uma postura crítica no tocante à interpretação dos eventos históricos a partir de sua historicidade, o intelectual atestou a importância de o historiador interrogar a documentação através da elaboração de uma pergunta capaz de nortear sua ótica de análise (Bloch, 2002, p. 8). Tendo por base a perspectiva defendida por Bloch é possível entender que o fazer História consiste num exercício constante de revisitar o passado, na busca por traçar novas linhas interpretativas a respeito de determinado tema a fim de problematizar as ocorrências e trazer novas contribuições à luz do debate científico. Após breve reflexão, parece oportuno dar início ao debate.

Tendo essa ótica, a elaboração desta comunicação é proveniente do forte interesse em refletir a respeito das importantes concepções históricas emolduradas por Ibn Khaldūn, estadista, diplomata, juiz, historiador tunisiano. Pensar como se deu a proposição dos conceitos e

¹ Graduanda em História (UFES). Contato: souzalunnasantanna@gmail.com. Estudante de Iniciação Científica.

método histórico através do estudo sobre a sociedade humana durante a época pré-moderna. Para compor o recorte desta investigação, foi escolhido como fonte histórica o livro um do Kitāb *al'Ibar* (Livro de lições) ou História Universal, denominado *Muqaddimah*, Prolegômenos (Introdução) escrito entre os anos de 1375 e 1377.

Ao elaborar o documento o historiador buscou analisar os fenômenos históricos, redigiu sua concepção sobre o que é história e trouxe a importância das leis no que tange a evolução das sociedades e Estados (Araújo, 2018, p. 78). Conforme discute (Bissio, 2008) aproximadamente existem duzentas cópias, entretanto, apenas sete estão atreladas à *Muqaddimah*. Enquanto que os manuscritos originais produzidos em território argelino não podem ser localizados (Bissio, 2008, p. 129).

Todavia a dificuldade para ter acesso aos documentos originais não suscitou desinteresse dos acadêmicos em conhecer a magnífica trajetória do diplomata muçulmano e seu legado deixado à posteridade. Ao longo do século XX o advento de novas possibilidades de estudos no campo sociológico e antropológico, resultou numa apropriação da obra do intelectual magrebino (Bissio, 2008, p. 127). A fundamentação da presente discussão objetiva não apenas revistar o passado, mas também dar devida visibilidade e importância às produções da época.

A trajetória intelectual de Ibn Khaldūn

O muçulmano de origem árabe 'Abd al- Rahman Ibn Khaldūn pertenceu a uma família proveniente do Sul da Arábia. Com o passar do tempo a região tornou-se de domínio árabe após o processo de conquista, a solução foi migrar para Espanha em busca de abrigo (Hourani, 2006, p. 15). Ao chegar em *Al - Andalus* durante o século VIII

os membros de sua parentela estabeleceram relações próximas com o centro de poder Omíada. Entretanto, segundo Senko (2006) no ano de 1248 o avanço da Reconquista Cristã em Sevilha os obrigou a realizar nova migração, dessa vez em direção ao Magreb. Logo após a chegada ao continente africano criaram vínculo com governantes locais (Senko, 2006, p. 2).

Durante a trajetória intelectual o historiador ocupou lugares importantes nos espaços de poder nas dinastias africanas, isso se deve a participação e atuações políticas dos integrantes de sua família nos espaços direcionados a esse fim desde de antes da chegada à Tunísia, local aonde nasceu em 1332. Conforme lembra Hourani (2006) tanto o bisavô quanto o avô de Khaldūn constituíram figuras importantes na corte de Túnis, o que refletiu no alto nível educacional recebido através de seu pai e dos sábios os quais dedicavam tempo ao ensino em Mesquitas e escolas. Dessa forma, aprendeu sobre o Corão, livro sagrado dos muçulmanos e noções de Jurisprudência por meio do Corão e *Hadith*, a língua árabe, importante mecanismo utilizado em prol da divulgação dos conhecimentos científicos tais como a ciência religiosa e os cálculos matemáticos (Hourani, 2006, p. 15)

A carreira política de Ibn Khaldūn teve início em 1352, na ocasião trabalhou como escrivão do parafo real, sendo assim, realizava registros de importantes dados administrativos durante a dinastia dos Hafsida (1228 – 1574), o que possibilitou acesso a documentos de caráter histórico e de poder. Outrossim, a atuação na esfera jurídica foi crucial para que pudesse adquirir maior grau de proximidade em relação ao direito islâmico sob o domínio dos sultanatos no Magreb. Nesse sentido, exerceu os cargos de juiz, diplomata e cobrador de impostos das tribos berberes residentes no norte da África (Senko, 2010, p. 2). No ano de 1383, na cidade do Cairo no Egito, o persona-

gem histórico foi condecorado professor de jurisprudência e Grande *Cádi* (juiz) ao longo do governo do Sultão de origem mameluca conhecido como *Malik Al- Daher Barquq*. Nesse momento dedicou seu tempo de trabalho às leis islâmicas concomitante com as exigências estabelecidas por parte das escolas de jurisprudência islâmicas. (Senko, 2010, p. 3)

Em uma viagem à Argélia prestou serviços públicos ao governo local, ensinou na mesquita e exerceu influência na vida política, buscou negociar o favor de chefes berberes a fim de que pudessem estabelecer aliança com as autoridades as quais estava sob domínio. Todavia, às vezes a iniciativa não possuía êxito, nem mesmo a posição de prestígio no setor público o tornou livre dos desentendimentos em relação ao soberano. Durante o período foi mantido no interior de um castelo ao longo de quatro anos na Argélia, época a qual escreveu, *Muqaddimah* ou *Prolegômenos* (Hourani, 2006, p. 16)

A partir do exposto é possível inferir que não só a excelente formação acadêmica, mas também o trabalho exercido nos sultanatos magrebins colaborou de forma significativa para a proposição do método da História, visando, pois, conceder explicações plausíveis a respeito dos processos de ascensão e dissolução dinásticas, na busca por conferir veracidade das narrativas históricas as quais circulavam em sua época (Hourani, 2006, p. 16) Tendo essa ótica, para compreender a elaboração do pensamento do autor, parece oportuno refletir acerca do plano conjuntural político referente ao período tardo-medieval, a fim de pensar em que medida o contato entre os distintos poderes administrativos de origem árabe, andaluza, otomana e mongol produziu um sentimento de resistência cultural no Magreb, refletido em seus escritos.

No tocante ao cenário político do período uma grave crise foi instaurada, haja vista a gradual desestruturação administrativa dinástica, os constantes conflitos entre as dinastias dos Hafsidas e Marínidas as quais exerciam intenso domínio político em território magrebino. Sendo os Marínidas proveniente do Marrocos, enquanto que os Hafsidas de origem Tunisiana. (Senko, 2010, p. 3- 4) Khaldūn transitava entre os diferentes poderes locais, concedia recomendações importantes sobre questões atreladas ao poder, noções encontradas em sua *Muqaddimah* (Senko, 2010, p. 5)

Outrossim, o colapso gradual da administração pública, ocorreu devido à relação entre as dinastias de origem árabe e dinastia Mongol (Senko, 2009, p. 74). Sobre a atuação dos mongóis no âmbito da civilização islâmica, Bissio (2008) lembra que a migração das tribos mongólicas proveniente da Ásia, no século XIII, corroborou para a destruição do califado Abássida em 1258. Todavia o desejo por conquista territorial perdurou até 1336 já durante o século XIV após dominar territórios pertencentes aos atuais países Iraque e Irã. O projeto de avanço territorial teve fim por meio da atuação precisa da força militar Mameluca (Bissio, 2008, p. 62)

Cabe destacar ainda o impasse na tentativa de o império islâmico manter o controle em relação aos povos conquistados, o avanço da Cristandade e chegada dos otomanos da região da Anatólia. A sucessão desses acontecimentos resultou no advento de uma atmosfera caótica. Logo, Ibn Khaldūn tomou a iniciativa de preservar a memória cultural proveniente de *Al – Andalus*, na localidade de Túnis, atitude importante para fortalecer a resistência islâmica frente aos constantes avanços de outras civilizações (Senko, 2009, p. 74).

A influência da cultura ibérica ocorreu após o avanço da Reconquista

Cristã através da disseminação de poderes andaluzes na porção norte africana (Senko, 2010, p. 2). Ao passo que os migrantes da Península Ibérica se estabeleceram em Túnis durante o governo hafsida, foi consolidada uma estrutura política e militar semelhante ao contexto ibérico (Senko, 2010 p. 5)

Para refletir sobre como o autor desenvolveu seu pensamento acerca da História para escrita da *Muqaddimah* é primordial considerar a atuação do pensador nas cortes africanas, a atuação de sua família nos centros de poder, o estudo das leis islâmicas, o contexto histórico de grandes transformações nas dinâmicas territoriais, políticas, o advento dos conflitos no Magreb tal como analisado através das dinastias Hafsidas e Marínidas e o desenvolvimento da produção literária ao longo do século XIV conforme será discutido na próxima seção.

A produção literária no mundo islâmico durante o século XIV

Durante o século XIV o avanço da ciência histórica foi notório. Apesar da proporção atmosférica conflitiva, o período também marcou a consolidação da identidade cultural do Magreb através do conhecimento científico como por exemplo a escola jurídica (Bissio, 2008, p. 75). Tratando-se desse aspecto, convém destacar a contribuição do viajante Ibn Khaldūn para a escrita da história das dinastias pertencentes ao norte da África, nesse caso, tribos árabes e berberes abarcavam a centralidade investigativa tal como pode ser encontrado na já mencionada *Muqaddimah*. Sua grandeza intelectual inspirou um de seus alunos, al-Maqrīzī, a elaborar importante crônica a respeito das cidades egípcias, Cairo e Alexandria (Bissio, 2008, p. 83). No que concerne o campo literário o estudo sobre a ciência geográfica ocupou espaço central nos relatos de viagem, gênero literário o qual

posteriormente recebeu o nome *ribla* em árabe, surgido pela primeira vez em *Al – Andalus* e Norte da África ao longo do século XII. Era comum aos viajantes conceder informações valiosas sobre experiências pessoais e características geográficas dos locais por onde peregrinavam, a existência ou não de estradas, se havia acomodação disponível, a fim de auxiliar outros possíveis aventureiros. Além dos relatos de viagem a compilação também caracterizou a produção literária islâmica (Bissio, 2008 p. 85). Por falar em aventura, parece oportuno destacar a figura emblemática do marroquino, Ibn Battuta, considerado o mais experiente explorador pré-moderno quando o assunto era viagem. O livro *Tuhfat Al-Anzar fi Gharaaib Al-Amsar wa Ajaaib Al-Asfar* ou também conhecido como “Um presente para aqueles que contemplam as Belezas das Cidades e as Maravilhas da viagem” narra as novas descobertas, descrições de rotas marítimas e até detalhes sobre costumes locais. A peregrinação não se restringiu à Meca, o aventureiro dedicou seu tempo a percorrer algumas localidades tais como Península Arábica, Norte da África, Palestina, Egito, Síria e a cidade de Constantinopla sob domínio otomano (Bissio, 2008, p. 108-109).

A respeito dos produtos culturais da época, Bissio (2008) afirma que historiadores provenientes de distintas cortes deram início a produção maciça de escritos referente a história local após a dissolução do califado Abássida (Bissio, 2008, p. 83) Nesse esforço de reflexão, é possível perceber que mesmo com o advento das crises políticas, econômicas, as consequências catastróficas da Peste Negra, seja no contexto europeu ou magrebino, existia no período circularidade cultural latente e uma gama de produtividade literária, o que contrapõe a ideia do século XIV como era decadente, improdutiva. Nessa perspectiva crítica, o presente debate convida o leitor a pensar por qual

motivo Khaldūn propôs em sua obra a elaboração de um método da história? Qual intuito permeou a ideia de criação de nova ciência?

O fazer historiográfico

Dentre todos os objetos de análise científica, a ciência histórica despertou maior atenção do autor o qual foi forte defensor da importância da análise e compreensão dos acontecimentos históricos em sua totalidade. Para o historiador, a História se ocupa em analisar as condições que afetam a natureza da civilização tal como a selvageria e a sociabilidade, sentimentos de grupo pelos quais um grupo possui noção de superioridade sobre o outro (Khaldun, 2015, p.89) Ibn Khaldūn analisou a realidade do Magreb, as ocorrências políticas no contexto ibérico e através de suas experiências pessoais formulou uma base teórica (Bissio, 2008, p. 120) A partir da tese defendida por Hourani (2006) o objetivo principal era verificar a veracidade das narrativas histórias da época através da identificação de determinados padrões contidos nos processos de ascensão e dissolução dinásticas (Hourani, 2006, p. 16)

No que concerne a proposição do método historiográfico, sua proposta de análise fomentou o exercício do senso crítico do historiador no trato das informações históricas, na busca por aprofundar o conhecimento sobre as causas e circunstâncias atribuídos aos fatos analisados, sob uma ótica investigativa que olha com desconfiança para as narrativas, tal como o fez os historiadores gregos antigos.

Para tanto, a crítica e a razão constituíam importantes pilares para a plena verificação dos acontecimentos visando encontrar a verdade (Senko, 2010, p. 10). Todavia, Khaldūn fez críticas contundentes à filosofia grega, o olhar para o passado era prática comum no contexto

islâmico da época, a exemplo disso pode-se destacar as discussões a respeito da autenticidade das tradições proferidas pelo profeta, os *ahadith*.

Ao tratar do tema a natureza da civilização em uma das partes do livro, intitulada *Book One of the Kitāb al'Ibar (Livro um do Kitāb al'Ibar)* o historiador advoga que o conhecimento adquirido a respeito da natureza da civilização propicia o exercício da investigação crítica sobre as informações analisadas, haja vista que, demonstra ser eficaz ao diferenciar as verdades das mentiras. Nesse sentido, era preciso considerar as condições as quais permeiam a realidade analisada, pois segundo o autor distorções artificiais afetam as condições percebidas por parte dos indivíduos que informam a respeito de quais condições foram percebidas levando em consideração o campo das distorções (Khaldūn, 2015, p.90)

Partindo do princípio que todo e qualquer evento quer seja conectado ou fruto de alguma ação deve possuir condições para que ocorra, o jurista magrebino objetivou alcançar a conformidade entre o relato das informações históricas e as condições que possibilitam a plena consumação do evento (Khaldūn, 2015, p.93) Segundo Araújo (2018) a iniciativa de Khaldūn ao redigir *Kitāb al'Ibar* era narrar a história dos povos berberes, entretanto, abarcou em sua investigação outros povos pertencentes ao mundo islâmico bem como as relações estabelecidas com outros povos do período. Dessa forma nasceu a ideia de História Universal (Araújo, 2018, p. 76)

Outro aspecto importante para o debate é a compreensão do contexto sócio-político que permeou a elaboração do método. A escrita da obra se justifica, pois, era necessário o desenvolvimento de uma nova ciência capaz de conceder leis universais para explicar o funcio-

namento das sociedades e que pudesse pensar a história a partir da perspectiva global ao analisar as estruturas sociais e políticas. Contraindo o método de análise de outros historiadores os quais relacionavam os fatos numa constante repetição sem reflexão crítica sobre as causas precedentes (Bissio, 2008, p. 100-101). Em sua ciência Khaldūn estudou a história através da análise dos fatos históricos em detrimento das argumentações teóricas na tentativa de compreender a causa dos acontecimentos (Bissio, 2008, p.102) A produção da obra reflete o contexto histórico vivenciado por parte do Islã, o qual almejou de todas as formas preservar o passado clássico (Bissio, 2008, p. 173).

Embora possa ser considerado à frente dos demais pensadores de sua época, por defender uma perspectiva distante da tradição greco-árabe, ainda sim o erudito encontrava-se inserido no contexto de seu tempo, pois defendeu determinadas verdades científicas como imutáveis, por exemplo, as verdades apregoadas por parte da religião (Bissio, 2008, p. 175)

A proposição do método fomentou a criação de uma linha investigativa sobre a organização social humana tendo por base a análise das possibilidades de ocorrência a partir das informações históricas levantadas. Sendo assim, o historiador magrebino propôs a elaboração do que chamou de parâmetro para a interpretação e análise dos relatos, objetivando corrigir determinadas inconsistências (Khaldun, 2015, p. 93).

Ademais adverte aos leitores acerca da importância de fazer a distinção entre as condições atreladas a origem da civilização, os aspectos classificados como acidentais e por fim elementos que não testificam ou agregam valor. Nesse sentido, a construção da informação histó-

rica poderia ser demonstrada sem causar dúvidas ao ser consolidada sob o fator lógico (Khaldun, 2015, p. 93).

Dessa forma é possível concluir que, todo o contexto histórico do período foi primordial para a formulação do pensamento do autor a respeito da História, proposição do método e escrita das obras. O ato de buscar escrever uma história através da comprovação dos fatos elencados resultou na criação de uma nova ciência na qual todo o arcabouço de concepções geográficas, filosóficas e históricas precisou ser repensado dentro dos limites árabe-muçulmano (Bissio, 2008, 176).

Considerações finais

Ao final da exposição conclui-se que, houveram inovações importantes para o campo científico através da proposição do método, haja vista que, fomentou nova perspectiva crítica em relação a análise dos eventos históricos. Entretanto, o pensador não ultrapassou os limites de seu tempo, mesmo tendo formulado uma nova ciência através da História Universal e de seu método visando, pois, investigar de forma precisa as condições e circunstâncias atreladas aos fatos analisados buscando identificar distorções. Conforme discutido durante o texto, para compreender a linha de pensamento do autor, é crucial considerar à luz do debate as produções literárias da época pré-moderna, isso porque, a elaboração de *Muqaddimah* é fruto do interesse científico e literário do período, caracterizado por intensa circularidade cultural e a presença de ilustres personagens, tais como Ibn Battuta o viajante marroquino e o próprio Ibn Khaldūn.

Outrossim, a trajetória política do magrebino o qual desempenhou participação importante no âmbito dos centros de poder local, as di-

nastias africanas, possibilita afirmar que a atuação profissional emoldurou sua ótica de análise historiográfica no contexto islâmico medieval.

Ao elaborar um parâmetro para interpretar e analisar os relatos Khaldūn objetivou encontrar a veracidade das informações, mas também proporcionar aos leitores através de sua ciência uma nova possibilidade investigativa.

Nesse sentido, as dinâmicas políticas, sociais e econômicas do século XIV, no qual a proliferação violenta da Peste Negra, os sucessivos conflitos políticos, tanto no Magreb como na Europa, não impossibilitaram a produção de conhecimento científico e literário de qualidade.

Conforme destaca Bissio (2018) a influência das ideias khaldunianas no campo historiográfico através da língua árabe pode ser constatada antes dos séculos XIX e XX. Isso porque mesmo após sua morte ao longo dos séculos XV e XVI a gama de investigações contida em suas obras continuou no centro das pesquisas científicas. O pensador africano não foi esquecido por completo no contexto de mundo árabe-muçulmano (Bissio, 2018, p. 123 - 124)

Durante as décadas de 50 e 60 após a ocorrência da guerra de independência do Egito a equipe de Gamal Abdel Nasser, militar egípcio expoente na luta por reforma agrária e promoção do desenvolvimento da cultura e sociedade árabe, utilizou a produção de Ibn Khaldūn a fim de conceder visibilidade para a gama de conhecimentos produzidos por seus antepassados, e assim suscitar a efervescência da luta política (Bissio, 2018, p. 125)

Dessa forma, o estudo referente ao tema História da África merece total atenção, em especial no que tange os importantes nomes grava-

dos no tempo. Segundo Bloch (2002) através dos vestígios do passado fornecidos por fontes documentais é possível a investigação dos eventos em sua historicidade. (Bloch, 2002, p. 2002, p. 8). Pesquisar a multiplicidade de assuntos relacionados a África, significa abarcar em um mesmo estudo uma diversidade cultural, linguística e étnica, cada qual com sua herança histórica.

Referências

Fonte

IBN KHALDUN. *The Muqaddimah: An Introduction to History*. Trad. Inglesa. Franz Rosenthal. Princeton: Princeton University, 1967.

Bibliografia

BISSIO, Beatriz. **Percepções do Espaço no Medievo Islâmico (séc. XIV)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002

ARAÚJO, Richard Max de. **A construção do método histórico de Ibn- aldūn: entre a Jurisprudência e a História**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História no Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2018.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SENKO, Elaine Cristina. O Resgate do Pensamento Historiográfico-

co Clássico na Idade Média Islâmica: Considerações Sobre a Escrita da História por Ibn Khaldun (1332 – 1406). **Revista Alétheia de Estudos sobre Antigüidade e Medievo**, v. 2, p. 1 – 15, ago/dez 2010.

SENKO, Elaine Cristina. Ibn Khaldun (1332-1406) e um Olhar Muçulmano sobre a Península Ibérica. **Revista Vernáculo**, n. 23, 24, p. 73-81, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20863>>. Acesso em: 19 dez 2024

Uma análise do demoníaco na iluminura “Inferno” dos irmãos Limbourg

Maria Eduarda de Oliveira Toledo Barbosa¹

Introdução

A iluminura *Inferno* dos irmãos Limbourg impressiona ao retratar a punição de condenados e as torturas empregadas pelos demônios de modo bastante sombrio. Inserida em um contexto marcado pela crise europeia – ocasionada pelos ciclos de fome, pelas guerras e a pela peste bubônica –, a obra imagética, presente no livro de horas² *Les Très riches heures du Duc de Berry*, apresenta uma possível crítica aos clérigos e reforça a caracterização dos demônios como seres híbridos.

Para compreender a obscuridade da obra, o presente trabalho é dividido em três partes. Na primeira, intitulada “Corpo ambíguo: representação do demoníaco”, a construção da imagem do “demônio” é problematizada, uma vez que é construída historicamente e reflete as características de quem a produz. Para além disso, a aparência híbrida atribuída ao demoníaco é devidamente discutida sob a óptica do conceito de “coisa ambígua” – ou “corpo ambíguo” – proposto por José Carlos Rodrigues (1979) em *Tabu do corpo*. Na segunda parte, por

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: mariaeduardaotb@gmail.com.

2 Os livros de horas eram obras de caráter originalmente devocionais. Contudo, o viés religioso dessa literatura se modifica na medida em que se populariza entre as camadas sociais mais abastadas do século XV (Pasold, 2015)

meio da apresentação da fonte, do contexto de criação e do conceito de Rodrigues, a iluminura “Inferno” dos irmãos Limbourg é analisada com foco na representação dos demônios e dos condenados. Por fim, o presente trabalho retoma os aspectos abordados anteriormente com o intuito de apresentar as conclusões elaboradas a partir da pesquisa executada.

Corpo ambíguo: representação do demoníaco

Antonio Lazarini Neto (2007) inicia suas discussões acerca do demoníaco afirmando que a imaginação popular atribui ao mal aquilo que está fora da compreensão humana. Nesse sentido, a ideia de mal varia conforme o momento histórico, contexto, cosmovisão e identidade, fazendo com que as concepções do que são os demônios variem. Em consonância com Lazarini Neto, Umberto Eco (2007) aprofunda a análise da figura do diabo, reforçando que a ideia de demônio se fazia presente em diversas culturas, para além da cristã europeia. Ambos os autores apontam que, embora não tenha sua aparência descrita, as obras imagéticas tendem a caracterizar as figuras diabólicas a partir de aspectos monstruosos.

Apesar das discussões acerca do que seria ou não um demônio – em relação a sua expressão maligna –, é de se impressionar que as diversas retratações figurativas tenham a ideia do hibridismo como a principal causadora do estranhamento. Buscando compreender o que gera essa estranheza – ou perigo – ao ser humano, José Carlos Rodrigues (1979) defende que o homem não é capaz de lidar com o caos. Como consequência, a formulação das ideias depende da oposição que se faz frente aos poderes marcados pela ausência de estrutura e aos comportamentos desviantes. Todavia, a existência de “coisas am-

bíguas” ou “anômalas”, como a figura do demônio, geram preocupação, inquietação, insegurança e terror – convertendo-se, portanto, em fonte de perigo. Nesse sentido, as representações do demoníaco são caracterizadas pelo hibridismo, uma vez que a monstruosidade das figuras infernais se expressa na mescla entre o que é humano e o que é animalesco.

Cabe enfatizar, no entanto, que a implementação das doutrinas escatológicas no imaginário coletivo, muito propagadas em momentos de crise, como apresenta Lazarini Neto (2007), acarretou em um maior destaque à literatura apócrifa. Nela, a figura de Satã e as narrações acerca do fim dos tempos ganham destaques; nesses trechos, Satã é apresentado como inimigo de Jesus e o príncipe das trevas e dos demônios. É notório, portanto, que se instituiu, através de uma narrativa que caracterizava a batalha escatológica entre o bem e o mal, o medo frente ao juízo final e a condenação ao inferno. Nesse sentido, as iluminuras cujo inferno e os demônios são representados assumem, conforme evidenciado por Eco (2007), um crescente grau de feiura que, gradativamente, são inseridas na literatura medieval de caráter devocional.

Desse modo, a análise das iconografias que retratam o inferno e os demônios depende do conhecimento sobre o contexto em que essas imagens foram produzidas. Todavia, é também indispensável detectar que a constante representação do diabólico como híbrido tem por finalidade gerar estranhamento e medo em virtude do caráter híbrido do corpo “ambíguo”.

Estudo de caso: análise da Iluminura “Inferno” dos irmãos Limbourg Contida no livro de horas *Les Très riches heures du Duc de Berry*, mas adicionada posteriormente, a iluminura “Inferno” (Imagem 01) foi

produzida pelos irmãos Limbourg durante a Baixa Idade Média a pedido do duque de Berry. Por se tratar de uma obra direcionada ao público secular, os artistas tinham maior liberdade para criar, possibilitando a retratação de temas “macabros” (Pasold, 2015). Adriana Maria de Souza Zierer (2012) discorre que as imagens contidas neste livro de horas foram elaboradas para serem consumidas pela nobreza, destinadas para uma devoção privada e como um manual de bom comportamento.

Imagem 01 - Inferno



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno**. *Les Très Riches Du Duc de Berry*, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

A produção da iluminura se situa em um contexto marcado pela morbidez, resultado de um momento de crise na Europa. Para Pasold (2015), os ciclos de fome, guerras e a propagação da peste bubônica, durante os séculos XIV e XV, possibilitou um desenvolvimento de uma nova sensibilidade, acarretando na elaboração de imagens mais sombrias. Discorrendo sobre o mesmo período, Marina Barbosa de Rego Silva (2021) é categórica ao afirmar que, para além do medo, a presença constante da morte é um fator que intensificou as práticas religiosas. Ambos, em seus respectivos trabalhos, explicitam que a enfermidade era vista como um castigo imposto por Deus e era até mesmo relacionada com a ideia de um juízo final ou fim do mundo.

A iluminura é uma representação do inferno na visão dos artistas já mencionados. Nela é possível notar a presença de seis montanhas rochosas preenchidas por pecadores torturados pelo fogo e uma grelha central (Imagem 02). Pasold (2015) argumenta que esse conjunto montanhoso e a grelha são uma possível referência aos sete pecados capitais. Ainda acerca do ambiente, a principal forma de tormento é o fogo, mas a sua presença não é suficiente para iluminar completamente o ambiente, que é, como bem observa Zierer (2021), caracterizado por tons escuros e avermelhados. A escuridão presente na obra explicita a relação medieval entre o breu com as forças malignas e consideradas destrutivas (Pasold, 2015). Assim, é possível perceber que a pintura apresenta uma grande obscuridade no cenário retratado.

Imagem 02 – Recorte da iluminura “Inferno” com foco nas montanhas



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno**. *Les Très Riches Du Duc de Berry*, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Em relação à aparência de Satanás (Imagem 03) – cuja representação inclui também o uso de uma coroa, visando identificá-lo como o soberano do inferno – e a dos demônios (Imagem 04), Pasold (2015) aponta que eles são representados de modo idêntico - com aparência humana associada a características animais como os chifres, asas de morcego e pernas de bode. Ademais, encontram-se ausentes de vestimentas, o que segundo o autor, remete ao desejo sexual e denuncia a malignidade das ações e intenções dos seres infernais, pois a nudez indicaria um rebaixamento moral e espiritual (Pasold, 2015). Tal representação reflete um estilo artístico medieval no qual a deformidade moral seria refletida em uma deformidade física. Ademais, Pasold (2015) aponta que todas essas características remetem a Pã, o deus grego da natureza, cuja fisionomia e comportamento associado a sua atividade sexual serviram de inspiração para as imagens medievais do diabo.

Imagem 03 – Recorte da iluminura “Inferno” com foco em Satanás



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno**. *Les Très Riches Du Duc de Berry*, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Isso ocorre em virtude do que José Carlos Rodrigues (1979) definiu como “coisas ambíguas” ou “corpos ambíguos”. Para ele, o homem é incapaz de lidar com o caos, pois a formulação das ideias depende da oposição frente aos comportamentos desviantes. Assim, a existência de figuras como o demônio, por ser caracterizada pela ambiguidade, resulta em uma sensação de preocupação, insegurança, terror e perigo. Visando gerar essas sensações – que acarretam em medo –, as representações do demoníaco na iluminura “Inferno” são caracteriza-

das pelo hibridismo, reforçando a ideia de monstruosidade a partir, justamente, da mescla entre o que é humano e o que é animalesco.

Imagem 04 – Recorte da iluminura “Inferno” com foco nas figuras demoníacas



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno**. *Les Très Riches Du Duc de Berry*, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

No que tange a representação dos condenados, Pasold (2015) observa que eles estão separados por grupos e que é notório que todos aparentam ser do sexo masculino e apresentam um mesmo corte de cabelo, característica que remete aos membros do clero (Imagem 05). A humilhação a eles empregada é reforçada pela nudez dessas figuras religiosas. A presença dessas figuras eclesiásticas pode ser compre-

didada a partir do contexto histórico de criação da iluminura. Com o aumento dos óbitos de monges e padres, Silva (2021, p. 3) coloca que a Igreja se viu na necessidade de acelerar o treinamento de novos clérigos. Porém, essa aceleração acarretou, segundo a autora, no despreparo dos novos padres e monges, desencadeando em um aumento nos casos de corrupção na Igreja. Por conta disso, estariam suscetíveis ao pecado e a conseqüente condenação ao inferno.

Imagem 05 – Recorte da iluminura “Inferno” com foco nos condenados



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno**. *Les Très Riches Du Duc de Berry*, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Do lado esquerdo, na parte mais baixa, um dos condenados ainda faz uso de uma vestimenta vermelha, que segundo Zierer (2021), denotaria uma alta função religiosa. Desse modo, o condenado – e possível clérigo – sofre de duas maneiras, pois é atacado com um instrumento cortante no pescoço enquanto é puxado por uma corda (Imagem 06).

Imagem 06 – Recorte da iluminura “Inferno” com foco no condenado



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno. *Les Très Riches Du Duc de Berry***, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Já do lado direito, também na parte mais baixa, existe a figura de um homem nu com uma serpente sobre seu corpo (Imagem 07). Embora não seja possível determinar o pecado pelo qual estão sendo condenados, Pasold (2015) interpreta que a presença da serpente denotaria uma possível referência ao pecado da desobediência praticado por Adão e Eva. Em contrapartida, Zierer (2021) associa a figura do animal ao pecado da luxúria.

Imagem 07 – Recorte da iluminura “Inferno” com foco no condenado



Fonte: Paul, Jean e Herman de Limbourg. **Inferno**. *Les Très Riches Du Duc de Berry*, 1413, Musée Condé, Chantilly, MS. 65, f. 108r. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358. Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Em suma, a iluminura é, como já destacado, uma representação do inferno sob a visão de seus autores. Inseridos em um contexto histórico marcado por um grande número de mortes, os irmãos Limbourg encontraram a oportunidade de retratar o sombrio na obra, dando ênfase às punições na pós-vida e a figura de “Satanás”. Por fim, é notória que a obra apresenta uma crítica aos membros da Igreja - que estão condenados ao inferno - por suas ações pouco religiosas - seja em virtude da desobediência, luxúria ou qualquer outro pecado.

Conclusão

Decerto, conforme Antonio Lazarini Neto (2007) e Umberto Eco (2007), a concepção do que é o mal e o demoníaco é construída a partir da identidade, cosmovisão, estruturas sociais e contexto. Desse modo, é notório que, como apresentado em “Inferno”, a retratação

ilustrativa dos demônios tem por objetivo gerar estranheza e medo. Para tanto, costumam fazer uso da mistura de características humanas e animais na construção do demoníaco. Em suma, isso se dá em virtude da dificuldade do homem em compreender as “coisas ambíguas” – ou “corpos ambíguos” –, pois, como aponta Rodrigues (1979), a ambiguidade é a causadora de inquietação, preocupação e medo.

Desse modo, a iluminura “Inferno” dos irmãos Limbourg reflete um momento de instabilidade vivenciado na Europa, ocasionado pela fome, guerra e peste negra. Conforme o número de mortes foi aumentando, os indivíduos desenvolveram uma nova sensibilidade frente ao sombrio, possibilitando a criação de imagens fortemente marcadas pelo horror e obscuridade. Para além disso, o contexto instável acarretou em uma maior procura pela fé e ao mesmo tempo um questionamento frente às atitudes mundanas dos clérigos; isso explica a representação dos religiosos como condenados ao inferno, embora não seja possível detectar com certeza o pecado cometido. Assim, “Inferno” se apresenta como uma imagem carregada de crítica, capaz de refletir um contexto conturbado e evidenciar os medos frente ao inferno e ao demoníaco.

Referências

Documentação primária

Paul, Jean e Herman de Limbourg. *Inferno. Les Très Riches Heures du Duc de Berry*, 1415. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/apocalypse-no-more-post-a_b_4994358.

Bibliografia

- ECO, Umberto. O Apocalipse, o inferno e o diabo. In: ECO, Umberto. **História da feiúra**. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 73-107.
- LAZARINI NETO, Antonio. O demoníaco: a antiguidade e transformações do tema na tradição judaico-cristã. **Oracula**, v. 3, n. 6, p. 130-149, 2007.
- PASOLD, Guilherme Raul Blaese. **Uma genealogia do mal**: as contribuições medievais para o desenvolvimento da figura do diabo. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1979.
- SILVA, Marina Barbosa de Rego. Iconografia relacionada a peste entre os séculos XIV e XVI: pensando a morte a partir de imagens. In: Simpósio Nacional de História, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628535204_ARQUIVO_493a58780161285b9ddab3ed5a6bd485.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.
- ZIERER, Adriana Maria de Souza. Diabo, educação e salvação nas iluminuras medievais: alguns exemplos. In: CAMÊLO, Júlia Constança Pereira; COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira; COSTA, Alex Silva. **História, ensino e imagem**: a fonte imagética e suas possibilidades. São Luís: UEMA, 2021, p. 8-28.

As diferentes interpretações de Fahrenheit 451 (1953)

Mateus Chagas Rocha¹

Introdução

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar uma proposta de pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Iniciação Científica (PIVIC/UFES), a ser desenvolvida entre os anos de 2024 a 2025. Este subprojeto, intitulado *Leitores e leituras da distopia Fahrenheit 451, de Ray Bradbury (1953)*, visa analisar de que maneira as pessoas leitoras contribuem para o entendimento e problematização de narrativas distópicas. Para tanto, utiliza-se como fonte histórica a obra *Fahrenheit 451*, uma ficção científica distópica escrita por Ray Bradbury e publicada nos Estados Unidos em 1953.

Desde seu lançamento, o livro vem sendo interpretado sob diferentes pontos de vista, ampliando seu universo ficcional para além das considerações iniciais do autor. Assim, pretende-se examinar a forma como o romance de Bradbury foi recebido e lido por determinados grupos de leitores(as), buscando possíveis críticas ou interpretações que conferem à obra novos significados. Nas páginas que se seguem, porém, o foco central é discorrer acerca de três chaves de leitura, pro-

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Laboratório de Estudos em Teorias da História e História da Historiografia (LETHIS).

postas separadamente por Jack Zipes (1983), David Mogen (1986) e Evan Brier (2010). Assim, o presente capítulo estrutura-se da seguinte forma: serão abordadas, inicialmente, breves considerações acerca do papel do leitor na análise das distopias, seguidas por um resumo de *Fahrenheit 451* (1953) e, por último, as três interpretações selecionadas para compor o debate sobre o romance de Bradbury.

Quem determinou o caráter distópico do livro?

Quando li *Fahrenheit 451* em meados de 2022, resenhas e vídeos na internet classificaram-no como uma obra distópica, que versa sobre o futuro e serve de alerta para o presente. Tais considerações influenciaram minha análise pessoal, disposta, portanto, sobre a ideia de que o livro opera as estruturas temporais como base para a promoção de reflexões. Em outras palavras, é como se a imaginação de um futuro distópico pudesse direcionar nossos olhares ao presente e ao caminho que a humanidade escolheu trilhar, indicando que, talvez, algo deveria ser feito para evitar conjunturas indesejáveis. Não obstante, algo inquietou-me ainda mais. Se esse “olhar ao presente” refere-se ao presente de cada leitor(a), de que maneira um livro publicado em 1953 pode relacionar-se com um mundo e com um contexto histórico tão diferentes da época na qual foi escrito? Como *Fahrenheit 451* poderia ser lido e atualizado no presente, promovendo reflexões e traduzindo preocupações aos leitores(as)? Quais eram os sentidos que Bradbury queria empregar ao seu livro e de que forma eles foram tensionados junto a outros sentidos construídos posteriormente?

Ora, se as pessoas leitoras conseguem atualizar o enredo da obra e relacioná-la às suas experiências e expectativas individuais, é possível que compreendam o sentido do texto de maneiras diferentes, seja

como algo semelhante ao proposto pelo autor ou como algo distinto, ampliado ou distorcido. Essa construção de novos significados pela relação texto-leitor tornou-se alvo de problemáticas e aparece em debates no campo da teoria literária a partir da segunda metade do século XX, momento em que a imagem da “morte do autor” surge como exemplificação da ideia de que o sentido da obra não se esgota, ou não é limitado, por aquilo que o próprio autor quis dizer em seu texto original. Tal concepção abre margem para outras leituras e releituras ao longo do tempo, o que traz dinamicidade às interpretações de obras literárias e impacta, sobretudo, na caracterização/definição do livro (Dosse, 2009; Eagleton, 2009; Compagnon, 2012). Logo, é preciso ter em mente que, apesar das intenções do autor no momento de elaboração de seu texto, cada leitor possui uma interpretação específica, formulada a partir de suas particularidades históricas, culturais e sociais. Vejamos esta relação no caso das distopias.

Uma obra distópica, enquanto narrativa literária, é resultado das experiências e das expectativas do próprio autor. Porém, para classificar uma obra como distópica é preciso considerar não somente as ideias de quem a escreveu, mas também as interpretações que surgiram ao longo do processo de leitura. O historiador Julio Benvivoglio (2020; 2021), em seus trabalhos sobre as relações entre História, Distopia e Utopia, afirma que há uma dificuldade de estabelecer fronteiras conceituais para uma obra distópica, tendo em vista que um mesmo texto pode ser interpretado de diferentes maneiras sob o signo tanto da distopia, quanto da utopia, o que gera uma ambiguidade. Nesse sentido, reduzir os dois conceitos – utopia e distopia – a narrativas otimistas ou pessimistas da realidade é limitar seu campo de possibilidades heurísticas. Benvivoglio, portanto, sugere buscar o sentido das distopias em suas próprias historicidades, considerando não so-

mente a compreensão marcada pela consciência histórica do autor, mas também a consciência histórica dos indivíduos que a leem (Bentivoglio, 2020, p. 393). Em outras palavras, isso significa a) restaurar o processo de elaboração da narrativa distópica, tendo em vista as experiências e expectativas do autor, e b) examinar a forma com a qual ela foi lida por leitores e leitoras a partir de suas experiências e expectativas individuais. Na oportunidade, contendo as análises aqui neste segundo eixo, contrastando o enredo da obra com diferentes chaves de leitura.

O processo lacunar da gênese distópica

O romance distópico *Fahrenheit 451* (1953) descreve as transformações na vida do bombeiro Guy Montag, personagem principal da obra. Nesse universo ficcional, ler e guardar livros são considerados atos criminosos, e a função dos bombeiros é atuar na queima e na proibição das obras literárias. O ponto de inflexão ocorre quando, em determinado contexto, Montag decide eximir-se de sua profissão. Percebendo os excessos, as censuras e a falta de humanidade promovidos pelo Corpo de Bombeiros, o personagem rompe com a instituição e decide aliar-se aos núcleos de resistência, aqueles que, às sombras do governo, seguiam memorizando livros.

A narrativa de *Fahrenheit 451*, todavia, não fornece explicações detalhadas acerca da origem desse complexo sistema, e as únicas informações aparecem de maneira vaga nas falas do antagonista, Beatty, capitão do Corpo de Bombeiros. Na primeira parte da trama, Beatty visita Montag, que estava doente, e um longo diálogo entre os dois se inicia. É nesse momento que o antagonista explica as razões daquela realidade, enfatizando o papel das tecnologias, da exploração das

massas e principalmente o das minorias:

agora tomemos as minorias de nossa civilização, certo? Quanto maior a população, mais minorias. Não pise no pé dos amigos dos cães, dos amigos dos gatos, dos médicos, advogados, comerciantes, patrões, mórmons, batistas, unitaristas, chineses de segunda geração, suecos, italianos, alemães, texanos, gente do Brooklyn, irlandeses, imigrantes do Oregon ou do México. [...]. Lembre-se, Montag, quanto maior seu mercado, menos você controla a controvérsia! Todas as menores das menores minorias querem ver seus próprios umbigos, bem limpos. Autores cheios de maus pensamentos, tranquem suas máquinas de escrever! Eles o fizeram. [...]. Aí está, Montag. A coisa não veio do governo. Não houve nenhum decreto, nenhuma declaração, nenhuma censura como ponto de partida. Não! A tecnologia, a exploração das massas e a pressão das minorias realizaram a façanha, graças a Deus (Bradbury, 2020, p. 80-81).

O capitão Beatty informa a Montag que, à medida que a sociedade foi se desenvolvendo, surgiram minorias que buscaram cada uma seus próprios direitos, e o resultado foi um núcleo social convulsionado. A resposta para tal problema foi nivelar a intelectualidade das pessoas, a fim de que as diferenças fossem suprimidas e, assim, todos se tornassem iguais. Nesse contexto de homogeneização dos indivíduos, Beatty diz:

a palavra “intelectual”, é claro, tornou-se o palavrão que merecia ser. Sempre se teme o que não é familiar. [...]. Todos devemos ser iguais. Nem todos nasceram livres e iguais, como diz a Constituição, mas todos se fizeram iguais. Cada homem é a imagem de seu semelhante e, com isso, todos ficam contentes, pois não há nenhuma montanha que os diminua, contra a qual se avaliar. Isso mesmo! Um livro é uma arma carregada na casa vizinha. Queime-o. [...]. Você precisa entender que nossa civilização é tão vasta que não podemos permitir que nossas minorias sejam transtornadas e agitadas (Bradbury, 2020, p. 81-82).

As palavras do antagonista têm por finalidade desfazer as ideias que Montag vinha formando acerca do Corpo de Bombeiros e, portanto, é possível questionar o grau de veracidade em suas falas. Ademais, Beatty enfatiza que a instituição surgiu como órgão mantenedor daquilo que foi gerado pelas ações das minorias, assegurando aquilo que, supostamente, a própria população desejava. Tal investida do capitão pode ser entendida como uma forma de mascarar ou justificar os abusos que Montag observou durante sua jornada como bombeiro. Presenciar a morte de uma mulher que preferiu ser queimada junto aos seus livros, descobrir que sua amiga Clarisse foi morta, acusada de pensar demais, e outros horrores serviram como motivação para que Montag se desvinculasse do Corpo de Bombeiros em busca de respostas para as reais origens daquele universo. Tais passagens foram amplamente discutidas pela comunidade leitora de *Fahrenheit 451* e suscitaram diferentes interpretações.

Os intelectuais *versus* as massas *versus* o governo? Uma disputa a partir de três eixos interpretativos

Quais seriam os embates que transformaram aquele mundo ficcional e que conferem movimento à narrativa? Três grupos em conflito se destacam: a) os dissidentes intelectuais, que sobrevivem na esperança de um futuro melhor; b) as massas, ou a população em geral, conformadas com a situação vigente; e c) o governo totalitário que instituiu o controle e restringiu as liberdades individuais. Ambos estão interligados e promovem intrigas específicas em determinados momentos do enredo, o que suscitou diferentes argumentos acerca das ideias de Bradbury. Vejamos algumas dessas interpretações.

A primeira infere que a distopia retrata os perigos das opressões go-

vernamentais e do totalitarismo; a segunda argumenta que Bradbury criticou a cultura de massa e as minorias; e a terceira vertente aponta a crítica à cultura de massa como contradição à crítica ao totalitarismo (Enss, 2015, p. 6). O autor que defende a primeira interpretação é o especialista em literatura norte-americana David Mogen (1986), ao afirmar que o livro faz referência a governos totalitários que ressurtem sempre com as mesmas ações tirânicas – com destaque para a queima e a proibição de determinadas obras –, alterando apenas a forma como se apresentam à sociedade. A escolha dessa perspectiva se justifica pela análise política que Mogen traz em sua biografia intitulada *Ray Bradbury* (1986). No capítulo de nome homônimo à obra, o autor relaciona o contexto histórico-político vivenciado por Bradbury ao longo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o sistema totalitário ficcional de *Fahrenheit 451*. Em suas palavras,

se, por um lado, *Fahrenheit 451* ganha poder e especificidade a partir de sua referência ao contexto americano, a sátira também se aplica a padrões que podem ocorrer em todas as sociedades, sempre que filosofias reducionistas resultam no sacrifício de indivíduos e no livre jogo da imaginação em prol do bem comum. A sátira de Bradbury não se dirige aos ideais americanos, mas às suas perversões simplistas, bem como à inocência americana que assume que o totalitarismo não pode acontecer aqui. [...] Em última análise, *Fahrenheit 451* adverte que a tirania e o controle do pensamento sempre vêm sob o disfarce de realização de ideais, sejam eles do Fascismo, do Comunismo ou do Sonho Americano (Mogen, 1986, p. 107, trad. nossa).

Mogen compreende que a distopia de Bradbury, mesmo que enraizada no contexto histórico dos Estados Unidos, aborda questões que transcendem fronteiras culturais e políticas, aplicando-se a outras sociedades. Sob tal perspectiva, *Fahrenheit 451* atenta para os perigos de ideologias que buscam impor visões únicas e dogmáticas,

resultando em sistemas totalitários que restringem a liberdade intelectual e individual, mesmo quando se apresentam sob o disfarce de um “sonho” ou de ideais aparentemente nobres.

O autor que representa a segunda vertente é Evan Brier (2010), especialista em literatura norte-americana no pós-guerra, ao argumentar que o tópico central da distopia são os problemas da cultura de massas, que à princípio seriam a causa primeira do regime de censura dos livros. A perspectiva de Brier segue por uma vertente cultural, que encontra-se debruçada sobre o mercado editorial norte-americano de histórias ficcionais no pós-guerra. Nesse caminho, o autor compreende que a intenção de Bradbury foi questionar os desejos consumistas da população vinculados aos avanços tecnológicos, que juntos atuariam na construção de uma sociedade que não valoriza ou não enxerga a importância das obras literárias, tornando-as obsoletas. Assim, o declínio da literatura estaria lado a lado com uma espécie de anti-intelectualismo. De acordo com Brier, *Fahrenheit 451* é comumente interpretado como uma crítica à censura,

mas esse não é o caso: a censura em *Fahrenheit 451* é um efeito, não uma causa; a causa que produz o declínio do livro e [...] o regime de censura [...] é simplesmente a cultura de massa, entendida no romance como uma combinação de instituições exploradoras em larga escala e o público crescente [...], que tinha tempo e [...] dinheiro para consumir seus produtos e carecia de vontade, desejo ou ambos para resistir a eles. Essa combinação – concretizada no romance tanto pelas telas de televisão viciantes que preenchem todas as quatro paredes de um cômodo, quanto pelas “conchas” que as pessoas sempre mantinham em seus ouvidos e pelas pessoas consumidas por um desejo de escapar de um mundo que deu errado – é o verdadeiro alvo da ira de Bradbury em *Fahrenheit 451* (Brier, 2010, p. 70-71, trad. nossa).

As ideias de Brier centram-se na origem do universo distópico da

obra, ao considerar que a censura não é a causa, mas um efeito de fenômenos vinculados à cultura de massas. O olhar, portanto, é direcionado para as transformações culturais e sociais relacionadas à comodidade e aos meios de entretenimento oferecidos pelas mídias tecnológicas. Neste caminho, a crítica dirige-se tanto às indústrias midiáticas quanto ao público crescente e passivo, que carece do desejo de buscar conteúdos intelectualmente desafiadores em consonância com a vontade de eximir-se de um mundo deteriorado. A partir dessa apatia cultural, Brier compreende que *Fahrenheit 451* discorre sobre o impacto negativo de tecnologias imersivas no consumo cultural, que, aliado ao abandono voluntário do pensamento crítico em prol de entretenimentos superficiais, promove ambientes ideais para o surgimento de sistemas opressores.

No entanto, a crítica de Bradbury aos sistemas totalitários e à cultura de massas são vistas como contraditórias pelo especialista em literatura comparada Jack Zipes (1983), que representa a terceira vertente de interpretação. No enredo de *Fahrenheit 451* se estabelece a diferença entre os intelectuais e as massas. O conflito entre esses dois pólos se encerra no momento em que a sociedade exigiu o fim dessa comparação, ação que foi posteriormente assegurada pelo governo. Os dissidentes intelectuais que não se sujeitaram ao sistema estabelecido sobreviviam às sombras, distantes do controle do Corpo de Bombeiros, e apenas entram em cena quando a própria sociedade encontra seu fim com a destruição das cidades, devido à guerra de mísseis que ocorria como plano de fundo. Essa superação dos intelectuais sobre as massas “ignorantes” contraria a ideia de uma democratização da leitura e estabelece a derrota de uma classe que dominava por outra que passa a dominar.

No romance, essa elitização da leitura, contrariada pela cultura de

massas e combatida pelos sistemas totalitários, suscita um dos grandes paradoxos da obra, como se a cultura de massas permitisse e facilitasse a manipulação e opressão estatais. A culpabilidade direcionada às massas e a própria visão de que elas precisavam ser destruídas para que uma nova sociedade intelectualizada e amante dos livros pudesse surgir se opõem às interpretações de que Bradbury estivesse criticando modelos totalitários. Nesse sentido, propor a destruição de um núcleo social seria um posicionamento igualmente totalitário. Acerca desse ponto, as considerações de Jack Zipes se destacam por evidenciar possíveis lacunas na construção ficcional de Bradbury e nos informam que

a constelação distópica do conflito em *Fahrenheit 451* não é realmente constituída pelo indivíduo *versus* o estado, mas pelo intelectual *versus* as massas. O resultado é que, embora Bradbury reflita amplamente os meios e modos pelos quais o estado se esforça para manipular e disciplinar seus cidadãos nos Estados Unidos, ele sugere que o povo, ou seja, as massas, trouxeram isso sobre si mesmas e quase merecem ser destruídas para que uma nova geração de amantes de livros possa começar a povoar o mundo. [...]. Essa noção elitista, em última análise, derrota o impulso humanista na crítica de Bradbury à tecnologia de massa e ao totalitarismo porque ele não diferencia entre as classes sociais e seus interesses particulares na América, nem consegue explicar ou demonstrar, de uma perspectiva política – e essencialmente toda a literatura utópica e distópica é política – quem lucra mantendo as pessoas cativadas e inconscientes dos interesses do poder estabelecido (Zipes, 1983, p. 191-192, trad. nossa).

Com tais palavras, Zipes argumenta que a pretensão da obra em elaborar uma visão humanista é contraditória, pois carrega um viés elitista que compromete sua mensagem. Ademais, tratar a população como massas ignorantes, agentes passivos e manipuláveis, que merecem ser destruídas para que o grupo amante de livros possa gerir a sociedade é o que exclui a possibilidade de uma transformação

social e democrática. Sobretudo, esse enfoque na alienação voluntária do público desvia a atenção dos mecanismos de dominação política, além de não considerar a questão econômica dos indivíduos que lucraram com o controle e a desinformação.

Considerações finais

Essas três concepções distintas nos informam parte das variadas ideias que podem surgir a partir da leitura de *Fahrenheit 451*. Como atentam os historiadores Julio Bentivoglio e Kelly Andrade, as interpretações são dinâmicas, posto que a mentalidade e a consciência histórica mudam e se transformam ao longo do tempo e das gerações (Bentivoglio; Andrade, 2023, p. 45). Ademais, para o historiador Júlio Pimentel Pinto (2024), História e Literatura combinam-se em um diálogo de influência mútua, e “diante das duas, um personagem central e decisivo: o leitor. Leitor jamais passivo; capaz de articular leituras, de aproveitar a abertura dos textos e projetá-los para outros territórios, fazê-los nascer e renascer a cada nova leitura (Pinto, 2024, p. 4-5). Ademais, estudar a recepção das obras literárias é de fundamental importância para o campo de pesquisas em História e Literatura, pois auxilia na construção do contexto histórico em que a obra foi publicada e no entendimento das experiências e expectativas daqueles que a leram, sejam as preocupações, valores ou normas sociais da época (Ferreira, 2009). Ao fim e ao cabo, tais ideias são cruciais para o entendimento de como a projeção de um futuro distópico foi recebida pela sociedade em relação ao momento presente em que foi publicada, assim como em momentos posteriores.

Concluo este capítulo retomando algumas das principais ideias para este projeto de pesquisa em desenvolvimento. A norteadora do tra-

balho é a biografia *Ray Bradbury Unbound* (2014), segunda parte da trilogia biográfica escrita por Jonathan R. Eller. Tal obra narra os eventos subsequentes à publicação de *Fahrenheit 451* em 1953, abordando o impacto e a difusão do romance distópico, assim como o desenvolvimento da carreira de Bradbury. A partir dela, é possível obter as primeiras informações acerca da distribuição e da recepção da obra, bem como as estratégias adotadas para a carreira literária do autor. Busca-se, com a pesquisa, as principais interpretações que surgiram a partir da leitura do romance distópico *Fahrenheit 451*, delimitando as possíveis críticas à estrutura/composição literária e, principalmente, ao seu conteúdo. Por ser considerada uma narrativa distópica acerca da realidade estadunidense da década de 1950, as considerações teóricas serão pautadas na relação texto-leitor.

Dentre os objetivos específicos, busca-se a) examinar os elementos particulares de cada interpretação; b) pesquisar a distribuição da obra após seu momento de publicação; e c) discutir os aspectos teóricos-metodológicos em torno do papel do leitor na relação entre História e Literatura/Distopia. Como quadro metodológico, a pesquisa segue em consonância com a metodologia proposta por Antonio Celso Ferreira para a análise da relação entre História e Literatura (Ferreira, 2009), historicizando a literatura tanto em sua conceituação, quanto em sua produção, usos e significados. Para tanto, faz-se necessário “interrogar a que público ela se destina e que papel cumpre nas condições sociais e culturais de uma época” (Ferreira, 2009, p. 75).

No que concerne à construção das obras literárias, Julio Bentivoglio e Kelly Andrade (2023) afirmam que existe uma série de etapas que antecedem o produto final. Dessa forma, atentam que “toda obra passou por um processo de criação, de imaginação, de pesquisa, de reflexão, de experimentação e em seguida de confecção, produção e

circulação”, e a restauração desse trajeto torna-se basilar para melhor entendimento da obra literária na qualidade de fonte histórica (Bentivoglio; Andrade, 2023, p. 28). Assim, mesmo que a distopia, enquanto narrativa literária, seja resultado, em primeiro lugar, das experiências e das expectativas do autor, a classificação pétreia de uma obra como distópica se desfigura no cerne das interpretações que surgem ao longo do processo de leitura.

Referências

- BENTIVOGLIO, Julio. O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 390-404, 2020.
- BENTIVOGLIO, Julio. **História & distopia**: a imaginação histórica no alvorecer do século 21. 2. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2021.
- BENTIVOGLIO, Julio; ANDRADE, Kelly Alves. **História & Literatura**: o uso de obras literárias como fontes históricas. Vitória: Editora Milfontes, 2023.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. Trad. Cid Knipel. 3. ed. São Paulo: Globo, 2020.
- BRIER, Evan. **A novel marketplace**: mass culture, the book trade, and postwar American fiction. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- ELLER, Jonathan R. **Becoming Ray Bradbury**. Champaign: Uni-

- versity of Illinois Press, 2011.
- ELLER, Jonathan R. **Ray Bradbury unbound**. Champaign: University of Illinois Press, 2014.
- ENNS, Anthony. The poet of the pulps: Ray Bradbury and the struggle for prestige in postwar science fiction. **Belphegor**, p. 1-15, jun. 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/belphegor/615>>. Acesso em: jan. 2024.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOGEN, David. **Ray Bradbury**. Boston: Twayne Publishers, 1986.
- PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história**: como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- ZIPES, Jack. Mass Degradation of Humanity and Massive Contradictions in Bradbury's Vision of America in Fahrenheit 451.
- RABKIN, Eric S.; GREENBERG, Martin Harry; OLANDER, Joseph D. (Org.). **No Place Else**: Explorations in Utopian and Dystopian Fiction Alternatives. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1983.

Chile no Nuevo Cine Latinoamericano: Miguel Littín e El Chacal de Nahueltoro (1969)

Matheus de Oliveira Rezende¹

Este capítulo busca analisar o filme *El Chacal de Nahueltoro* (1969), visando compreender como a obra contribuiu para a inserção do Cinema Chileno no *Nuevo Cine Latinoamericano*. Para concluir o objetivo, analisou-se o desenvolvimento do Cinema Chileno, além de uma breve biografia do diretor Miguel Littín. Identificaram-se, também, as características do *Nuevo Cine Latinoamericano* e como se deu a ascensão do movimento, para, posteriormente, explicar como o filme insere o Cinema Chileno neste contexto. A análise leva em consideração os temas abordados pela obra, bem como sua relação com o momento histórico no Chile e na América Latina. Por fim, destaca-se que, além das temáticas, outras características importantes foram desenvolvidas, como trilha sonora, fotografia e câmera.

Nuevo Cine Latinoamericano

De acordo com Paulo Emilio Salles, em sua análise sobre a trajetória do cinema latino-americano, a década de cinquenta foi marcada pela mediocridade, constituindo o denominador comum do período. Nes-

¹ Graduado em História (UFES). Membro do Laboratório de Estudo de História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI). E-mail de contato: matheus.o.rezende@edu.ufes.br.

se contexto, observa-se que as principais experiências industrialistas se esgotaram ou fracassaram (Paranaguá, 1985).

Um ponto de mudança se dá a partir da Revolução Cubana, período de mobilização das classes médias, em um momento de efervescência cultural. Isso inclui o cinema, pois Cuba se torna referência neste contexto para os outros países latino-americanos (Paranaguá, 1985).

Nota-se, também, uma reabilitação do Documentário, gênero muito criticado nos anos cinquenta pelo uso ideológico na Segunda Guerra Mundial, mas que a partir do cinema da Revolução Cubana passa a ser visto como um meio de testemunho e denúncia, visando a mobilização das massas (Paranaguá, 1985).

Nesse sentido, uma das escolas as quais se apoiou o cinema da Revolução Cubana foi o Neorrealismo Italiano, influenciando o cinema latino-americano (Paranaguá, 1985). Mas, para além das influências europeias, buscou-se formação de uma voz própria que abordasse os conflitos sociopolíticos do subdesenvolvimento e do neocolonialismo, gerando inúmeros discursos e manifestos que apelavam ao compromisso político que sua arte deveria promover. Não se tratava apenas de retratar a realidade precária e marginal da América Latina, mas sobretudo de mobilizar os espectadores para a ação - esse cinema era o da libertação, da revolução, e ficou conhecido como Nuevo Cine Latinoamericano (Donoso, 2010, p. 101).

Ele é marcado pela consciência do subdesenvolvimento, algo que não é assumido com passividade ou fatalismo. Ao invés disso, os cineastas buscavam construir um Terceiro Cinema - que seria militante, imperfeito e coletivo - visando a formação de uma nova cultura cinematográfica, focada em pensar os problemas da América Latina (Paranaguá, 1985).

Outros acontecimentos que ajudam na construção do Nuevo Cine Latinoamericano são, por exemplo, o surgimento da televisão naquela época. Além disso, destaca-se também uma iniciativa de militantes católicos ou de esquerda: o cineclubismo. Os cineclubes eram espaços de formação do público no seu aspecto teórico, intelectual, prático e artístico, a partir da prática de assistir e debater filmes coletivamente. Criam-se, também, as cinematecas, espaços de conservação, restauro e arquivo do patrimônio cinematográfico dos países latino-americanos (Paranaguá, 1985).

No caso do Chile, há uma renovação grande nos anos sessenta, a partir do crescimento do cinema político no governo de Salvador Allende, porém interrompido em 1973 com o Golpe Militar de Pinochet. Algo parecido ocorreu em outros países latino-americanos, os projetos do Cinema Novo são abortados com as Ditaduras Militares, iniciando-se um período de clandestinidade (Núñez, 2010).

Chile no Nuevo Cine Latinoamericano

Inicialmente, cabe fazer um breve retrospecto sobre o cinema chileno para se pensar a inserção do mesmo no Nuevo Cine Latinoamericano. Nesse sentido, durante a década de 20, considerada um dos períodos mais vigorosos na cinematografia chilena, destaca-se uma rica produção do cinema silencioso chileno. Essa produção se caracteriza pela descentralização, ou seja, ela não se restringe ao espaço da capital nacional, ou ao eixo Santiago-Valparaíso/Viña del Mar, mas tais filmes são produzidos ao longo de todo o país (Núñez, 2010).

A invenção do sonoro desarticula essa rica produção do cinema silencioso chileno, tanto que grande parte dos filmes não chegou aos dias atuais. Os únicos longas-metragens desse período, que foram

recuperados, são *El húsar de la muerte* (1925), de Pedro Sienna (1893-1972), *Canta y no llores, corazón* (1925), filmado em Concepción, de Juan Pérez Berrocal e *El leopardo* (1926) de Alfredo Llorente, sendo os dois últimos realizadores, imigrantes espanhóis radicados no Chile (Núñez, 2010).

Posteriormente, em 1939, cria-se a CORFO (Corporación de Fomento de la Producción), com o intuito de desenvolver a indústria nacional, sob a presidência de Pedro Aguirre Cerda, eleito pela coalizão de esquerda Frente Popular. A partir disso, em 1941 é criada a Chile Films S.A, aspirando a uma produção cinematográfica de estilo hollywoodiano, algo que consome um enorme capital, sobretudo para a construção de estúdios (Núñez, 2010).

No entanto, em 1949, o projeto da Chile Films S.A se comprova como um grande fracasso financeiro, fechando as portas dos estúdios. Com isso, observa-se o esgotamento e fracasso de experiências industrialistas nesse contexto, como apontou Paulo Emilio Salles. Isso fica mais evidente ao constatar que nos anos cinquenta, em dez anos (de 1951 a 1961), foram realizados no país apenas treze longas, dos quais cinco foram dirigidos por estrangeiros (Núñez, 2010).

Até que, nos anos sessenta, como dito anteriormente, há uma grande renovação no Chile, sendo este período considerado como um de rápido amadurecimento. A partir do ingresso do cinema no espaço universitário e a formação dos cineclubes, amplia-se o reconhecimento do papel cultural do cinema na sociedade chilena (Núñez, 2010).

Entre os cineclubes destaca-se o de Viña del Mal, que, em 1967, em seu V Festival, promoveu o I Encuentro de Cineastas Latinoamericanos, formando as bases para a criação de uma política e de um pensamento voltados para o cinema latino-americano (Núñez,

2010). Considerado um marco fundacional na formação de um dos movimentos mais importantes na história do cinema chileno e latino-americano, esse encontro representou a reunião oficial inaugural de uma série de propostas estético-políticas que vinham se desenvolvendo nos últimos anos na região (Donoso, 2010, p. 101).

Foi o primeiro evento internacional realizado em solo latino-americano, com a participação de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba e Uruguai. Na esteira desse pensamento, o contato com os filmes e os cineastas de outros países provocam um rico impulso na cinematografia chilena (Donoso, 2010, p. 101). O Festival se restringiu à competição de curtas e médias-metragens, pois a cinematografia chilena ainda não possuía uma relevante produção de longas, nos termos estéticos desejados pelos organizadores (Núñez, 2010).

Enquadrado em um período de particular agitação política no continente a partir da Revolução Cubana em 1959, o Novo Cinema Chileno também vivenciava em seu ambiente imediato uma época de transformações. Medidas importantes de cunho social, como a Reforma Agrária e o fortalecimento dos partidos de esquerda por meio de uma coalizão (a Unidade Popular), que três anos após o Festival de Viña del Mar mencionado, levou à Presidência o primeiro mandatário socialista democraticamente eleito, eram o pano de fundo desse movimento cultural (Donoso, 2010, p. 101).

Em 1969, no VI Festival de Viña del Mar, o cineclube promove o II Encuentro de Cineastas Latinoamericanos. Diferente do anterior, desta vez o Chile é representado por três filmes de estreantes na categoria longa-metragem: *Tres tristes tigres* de Raúl Ruiz, *El Chacal de Nahueltoro* de Miguel Littín e *Valparaiso, mi amor* de Aldo Francia.

Eles marcam a contribuição chilena ao “Nuevo Cine Latinoamericano” (Núñez, 2010).

O Festival de Viña del Mar de 1969 aglutina um processo que amadurecia ao longo da década de sessenta. Contexto, este, em que o cinema se transforma e ruma em conjunto com as transformações no cenário político do Chile, na efervescente virada dos anos sessenta para os setenta (Núñez, 2010).

Neste contexto é lançado, também, o Manifiesto de los Cineastas de la Unidad Popular, em apoio à eleição de Salvador Allende, documento de autoria tradicionalmente atribuída a Miguel Littín. Após a eleição de Allende para a presidência, o diretor é nomeado para a presidência da Chile Films. A escolha de uma pessoa expressiva da categoria esboça a necessidade de viabilizar uma política séria para o cinema nacional. No entanto, em seus tumultuados três anos, é discutível a existência de uma política cultural na UP (Núñez, 2010).

Diante da aguda crise entre o Executivo e os outros Poderes da República, a área cultural sofreu, como todos os setores da economia chilena, uma grave deficiência de planejamento, adaptando-se ao sabor dos fatos. A gestão Littín favorece a criação de oficinas para incentivar a formação técnica e criar pequenos grupos de produção. Entretanto, após dez meses, o cineasta renuncia ao cargo, frente ao agravamento da situação econômica que repercute na empresa (Núñez, 2010).

Assim como em outros países latino-americanos, esse processo é interrompido com o Golpe Militar de 1973 de Pinochet. O cinema sofre perdas incalculáveis com a Ditadura Militar (1973-1990), por causa do exílio de cineastas e técnicos, do assassinato de alguns deles, do saque aos arquivos e a cinematecas, da implementação de

uma forte censura e do desestímulo legal à produção cinematográfica (Núñez, 2010).

Miguel Littín

Descendente de árabes e de gregos, o diretor Miguel Littín nasceu em 1942 na cidade de Palmilla, em Conchagua, no sul do Chile. Ele passou a infância e a juventude nessa região, onde teve contato com o cinema, a literatura e o teatro (Silva, 2015, p. 21).

Em 1959, já era ator e diretor de peças, percorrendo o país e tendo contato com os movimentos sindicais no norte e sul. Iniciou-se no universo cinematográfico ao trabalhar em curta-metragens, com destaque para o curta *Por la tierra ajena* (1965), visto que foi a primeira obra produzida pelo diretor (Silva, 2015, p. 23).

Por fim, em 1969, Miguel Littín lança seu primeiro longa-metragem - *El Chacal de Nahueltoro* - no VI Festival Viña del Mar durante o II Encuentro de Cineastas Latinoamericanos (Silva, 2015, p. 24).

El Chacal de Nahueltoro e o Nuevo Cine Chileno

O filme se inicia ao mostrar as fontes para a criação da obra, visto que se apoia em relatos da imprensa da época. A história é baseada em um evento que ocorreu, no início dos anos 60, na cidade de Chillán, onde um homem iletrado e alcoolizado matou uma mulher e suas cinco filhas. Durante o julgamento, ele ficou preso por quase três anos e, durante esse tempo, foi alfabetizado e evangelizado. Depois de receber a sentença de morte, e com o presidente da época recusando o indulto presidencial, o homem foi executado. Esse acontecimento gerou uma ampla controvérsia na sociedade chilena em relação a temas como a

pena de morte, o sistema judicial, a marginalização e outros temas sociopolíticos, retratados e expostos no filme (Donoso, 2010, p. 103).

El Chacal de Nahueltoro, como dito anteriormente, foi reconhecido como um dos três filmes fundadores do cinema chileno (Núñez, 2010). Em relação à recepção na época de lançamento, o filme recebeu o Prêmio da Crítica Chilena e representou o Chile no Festival de Cinema de Berlim em 1970, onde recebeu o prêmio OCIC. Além disso, foi também um surpreendente sucesso de público para a época, visto que se tratava de uma produção não pensada para fins comerciais e em meio a uma indústria cinematográfica ainda incipiente, atraiu cerca de meio milhão de espectadores aos cinemas (Donoso, 2010, p. 102).

De acordo com o diretor Littín, o fenômeno de audiência se deve ao fato de que estavam lidando com um tema que despertava profundamente o interesse da classe popular chilena. É importante destacar a relevância de um filme realizado seguindo as diretrizes do “cinema imperfeito” e não do gosto comercial massivo, mesmo que sua temática despertasse interesse nas classes populares, ter movido um público tão significativo (Donoso, 2010, p. 103).

Uma característica importante do filme é justamente seu sucesso junto ao público. Além do reconhecimento da crítica, dentro e fora do país, trata-se de um filme que podemos classificar como “popular”, não no sentido de uma arte representativa do povo, mas no sentido de “massivo” (Donoso, 2010, p. 105).

O filme tem dois cenários de distribuição: por um lado, um cenário alternativo, inserindo-se na campanha presidencial de Salvador Allende. As manifestações costumavam ser acompanhadas por exibições de filmes, com a presença de trabalhadores da classe média e

baixa, misturados com intelectuais de esquerda, que não precisavam pagar para ter acesso a uma amostra de cinema em espaços improvisados (Donoso, 2010, p. 106).

Por outro lado, também foi exibido em salas de cinema comuns e teve um sucesso notável. Neste caso, sua audiência é a classe média alta, profissionais de classe média, que, por meio de um ingresso pago, podem assistir a uma hora e meia de filme em um local especialmente preparado para isso (Donoso, 2010, p. 106).

El Chacal de Nahueltoro se define como um filme de ficção, não como um documentário: uma história baseada em fatos reais, na qual a estrutura, apesar da inclusão dos registros, continua sendo a de um filme narrativo. Deve-se observar, por exemplo, que embora sejam utilizados cenários reais e grande parte dos textos sejam transcrições de documentos legais ou jornalísticos, a obra não apresenta imagens de arquivo - como a prisão de Jorge del Carmen, ou a reconstituição do crime - nem apresenta sequências fotográficas a partir de material documental (Donoso, 2010, p. 104).

Portanto, situa-se El Chacal de Nahueltoro, uma das obras inaugurais do que veio a ser chamado de Novo Cinema Chileno, no registro do cinema narrativo, mas em diálogo com as técnicas do gênero documental, que, como vimos, foi enfatizado no período devido ao seu papel como testemunho e denúncia (Donoso, 2010, p. 104).

O filme começa com um fundo completamente preto e, sobre ele, letras detalhando as fontes de informação nas quais se baseia a narrativa. Pouco a pouco, manchas esbranquiçadas começam a emergir do fundo e, muito lentamente, através de planos fundidos nos quais a câmera se afasta gradualmente, uma imagem começa a surgir - embora com dificuldade - reconhecível (Donoso, 2010, p. 107).

Somente após 1 minuto e 50 segundos é possível distinguir o surgimento de um rosto em um preto e branco exageradamente contrastado. É neste momento que se pode notar que as letras dos créditos estiveram inseridas onde corresponde à boca da figura, como se saíssem dela. Este detalhe sugere que a história, os fatos narrados, o próprio filme, emergem da voz desse indivíduo: a voz do povo é que dá corpo a essa ficção-documentário (Donoso, 2010, p. 107).

Nos primeiros minutos, observa-se a detenção de José del Carmen Valenzuela Torres e uma multidão aguardando do lado de fora do centro penitenciário, de onde ele será levado para a reconstituição da cena. Entre a multidão - capturada por uma câmera excessivamente móvel, com muitos planos médios que, por momentos, perdem o enquadramento e não mostram mais do que seu próprio movimento zigzagueante - podemos reconhecer os rostos dos créditos iniciais (Donoso, 2010, p. 107).

Essa multidão está reunida naquele local para exigir a punição do criminoso, uma prática ainda em vigor no Chile em casos que geram uma ampla comoção social, como estupros de crianças ou assassinatos em série (Donoso, 2010, p. 108).

O manejo da câmera é muito semelhante ao do repórter jornalístico, que se intromete, se mistura, se imiscui na multidão, imitando também o olhar curioso da massa, mas ao mesmo tempo indagando a própria massa (Donoso, 2010, p. 109).

A obra se divide em quatro momentos diferentes: *La infancia*, *El andar*, *Persecusion y aprisionamiento* e *La muerte*. A divisão acompanha a lógica jornalística que buscou descrever toda a jornada de José.

No primeiro momento, *La infancia*, pode-se entender a origem do personagem, nascido e criado no interior do Chile. Em determinado

momento, José está em uma igreja, em uma conversa com um padre, porém não demonstra interesse naquele ambiente. Essa é a primeira aparição de um elemento religioso na obra, algo importante para a trama e para a trajetória do personagem, além do trabalho infantil no campo durante a adolescência. Entre uma e outra cena retornamos para a cena da prisão.

No segundo momento, *El andar*, na vida adulta, acompanhamos a relação do personagem com o alcoolismo. Nesse ponto da obra também temos a cena dos assassinatos. Já no terceiro momento, *Persecution y aprisionamiento*, temos a perseguição de José após fugir da cena do crime e a sua prisão, que já tinha sido observada em momentos anteriores.

Na prisão, o personagem tem acesso à educação, algo que, até então, havia sido negado. Ele também tem acesso ao lazer e ao esporte, uma cena emblemática é quando, ao chutar uma bola de futebol, ele sorri, algo que até então não tinha acontecido na obra. Também temos novamente o aspecto religioso, visto que um padre do presídio tem protagonismo no processo de ressocialização de José, convertendo-o ao catolicismo.

No último momento, *La muerte*, observa-se o processo de arrependimento de José após a ressocialização no presídio, além da comoção popular em torno da possibilidade de um indulto presidencial pelo presidente chileno no período: Jorge Alessandrini. Curiosamente, ele concorre nas eleições de 70 contra o vitorioso Salvador Allende – apoiado por Miguel Littín. Porém, apesar da pressão popular pelo indulto presidencial, ele não acontece e José é condenado à pena de morte, encerrando sua trajetória e, por consequência, o filme.

Somente neste final, na cena da execução, vemos uma multidão orga-

nizada, em uma tomada geral, mas representada apenas pela imprensa e pela oficialidade, pelos jornalistas autorizados e pelos funcionários ligados ao processo (Donoso, 2010, p. 109).

Desde a narração da infância por meio do registro de documentos legais até sua reclusão na prisão de Chillán, o filme se desenvolve utilizando técnicas documentais, combinadas com aquelas próprias do argumento. Nos momentos em que a ficção parece tomar as rédeas da primeira parte, a inclusão desses recursos documentais ou o trabalho inovador de edição produzem o efeito de distanciamento no espectador, evitando manter a ilusão de realidade do filme e nos lembrando que estamos diante de uma tela de maneira que o espectador não se entrega plenamente, mantendo a lucidez e o senso crítico (Donoso, 2010, p. 109).

Assim, *El Chacal de Nahueltoro* exemplifica muito bem um assunto já problemático por si só: como conciliar a educação das massas com sua autonomia. Aqui vemos também os diversos níveis em que a multidão é representada e de que maneira seu estágio final é aquele que a sistematiza e a chama de “povo”, para cumprir com as diretrizes de um sistema que continua sendo desigual e que não alcança sua meta de representação legítima. Nesse cenário, um resíduo marginal permanece sempre às margens, não se integra senão como mito e não possui voz própria a não ser na mediatização de seu discurso (Donoso, 2010, p. 113).

Algo interessante também para se destacar em relação ao roteiro diz respeito ao fato de que nele há uma dedicatória que não aparece no filme: “Para Jovina, Alicia, Judith, Rosina, Rosa, José del Carmen. Condenados da terra.” Uma alusão ao livro de Frantz Fanon - *Os Condenados da Terra* - a referência coloca em um mesmo nível as

cinco vítimas do Chacal e o próprio assassino. A obra famosa de Fanon - um autor que foi uma referência constante para o Nuevo Cine Latinoamericano e sua crítica pós-colonialista - não chama de 'condenados da terra' o proletariado definido por Marx, mas sim um setor ainda mais marginal, alheio às mudanças da produção industrial, tratam-se dos camponeses pobres estabelecidos nas áreas rurais (Donoso, 2010, p. 108).

Na visão do autor, são eles, com sua energia autônoma, os mais indicados para realizar o processo revolucionário. José del Carmen, o Chacal, junto com suas vítimas e todos aqueles que sua figura representa, são os condenados, o povo ao qual Littín diz querer ouvir (Donoso, 2010, p. 108)

Para finalizar, ainda sobre o Nuevo Cine Latinoamericano, com a perspectiva do cinema chileno, no qual El Chacal de Nahueltoro teve uma importante contribuição como observado na construção do trabalho, buscou-se não apenas uma audiência que se tornasse agente de mudança social em um sentido amplo, mas que, em um sentido mais localizado, tornasse-se ela mesma a produtora de um discurso artístico (Donoso, 2010, p. 105).

Portanto, para os idealizadores, a sociedade ideal, a socialista, triunfante após os processos iniciados naquele momento, seria aquela que promoveria o desenvolvimento das potencialidades de todos os membros da comunidade, visto que, em igualdade de condições, não seriam necessários artistas, pois qualquer um poderia ser um. Isso é afirmado, por exemplo, por Littín no texto do *Manifiesto de los Cineastas de la Unidad Popular*:

O povo não precisa de intermediários nem de uma classe especial

que o interprete. Embora, em um primeiro momento, essa responsabilidade deva ser assumida pelos cineastas, fundamentalmente queremos desencadear uma ação em que seja o próprio povo a se expressar através do cinema, o povo que antes tinha em suas mãos um violão, agora deverá também ter a câmera.

Na visão de Littín, o cinema revolucionário é aquele capaz de motivar e ativar seu público. Dito isso, *O Chacal de Nahueltoro* é um pretexto para a discussão sobre: a posse da terra no Chile, a Reforma Agrária, os marginalizados, a aplicação da justiça, os valores morais que regem a educação nacional e, por fim, sobre a liberdade (Donoso, 2010, p. 108).

Conclusão

No presente trabalho se buscou entender como a obra *El Chacal de Nahueltoro* (1959) contribuiu para a inserção do Cinema Chileno no Nuevo Cine Latinoamericano. Nesse sentido, observou-se que o filme foi lançado em um contexto de efervescência cultural na América Latina, e, sobretudo, em seu país de origem: o Chile.

Em um momento de renovação do cinema na América Latina, o resgate do gênero documental, pelo seu caráter de testemunho e denúncia, foi algo presente, incentivado pelo cinema da Revolução Cubana, elemento presente também na obra analisada. O filme buscou analisar os problemas chilenos, com destaque para as questões referentes à Reforma Agrária, aos marginalizados, à aplicação da justiça, aos valores morais que regem a educação nacional e, por fim, à liberdade. Isso, justamente, em um contexto de busca por se pensar os problemas latino-americanos.

No contexto político, temos a campanha pela eleição de Salvador

Allende, na qual esteve presente o diretor Miguel Littín, sobretudo com o “Manifiesto de los Cineastas de la Unidad Popular”. Após a vitória, torna-se, inclusive, o presidente da Chile Films S.A. No período das manifestações pró-Allende, filmes eram exibidos, incluindo El Chacal de Nahueltoro, que critica Jorge Alessandrini - outro candidato à presidência.

Por fim, é importante destacar a importância de os primeiros encontros entre os cineastas latino-americanos serem no Chile, a partir dos Festivais Vinã del Mar, com ênfase para os de 1967 e, principalmente, 1969. Isso porque permitiram a aglutinação de tal processo citado anteriormente que já amadurecia ao longo da década de sessenta. Portanto, observa-se que a obra El Chacal de Nahueltoro se insere em um contexto de transformação do cinema chileno, tornando-se parte do Nuevo Cine Latinoamericano, em conjunto com as transformações no cenário político do país.

Referências

- DONOSO, Catalina. ¿ Espectador en acción?: representación e identificación del pueblo/masa en El Chacal de Nahueltoro. **Aisthesis**, n. 47, p. 100-114, 2010.
- NÚÑEZ, Fabián. Panorama histórico do cinema chileno: do silencioso ao contemporâneo (primeira parte). **RUA - Revista Universitária do Audiovisual**, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://www.rua.ufscar.br/panorama-historico-do-cinema-chileno-do-silencioso-ao-contemporaneo-primeira-parte/>.
- NÚÑEZ, Fabián. Panorama histórico do cinema chileno: do silencioso ao contemporâneo (segunda parte). **RUA - Revista Universitária do Audiovisual**, São Carlos, 2010. Disponível em:

<https://www.rua.ufscar.br/panorama-historico-do-cinema-chileno-do-silencioso-ao-contemporaneo-segunda-parte/>.

SILVA, Alexsandro de Sousa. **A filmografia de Miguel Littín entre o exílio e a clandestinidade (1973-1990)**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2015.

PARANAGUÁ, Paulo Antonio. Nuevo Cine(ma) Novo e Perspectivas. In: PARANAGUÁ, Paulo Antonio. **Cinema na América Latina. Longe de Deus e perto de Hollywood**. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 67-101.

História da relação entre transfobia, covid-19 e o encarceramento no Espírito Santo

Pedro Henrique Fernandes de Souza¹

Rebeca Reis Avelar²

Este capítulo analisa a saúde da população trans em processo de encarceramento durante a pandemia de COVID-19, dentro do período de 2020 a 2022. Problematicamente, a pesquisa examina a discriminação vivenciada por essa população, destacando como ela influencia diretamente o seu adoecimento, além de explorar como a falta de acesso a direitos fundamentais impulsiona sua inserção e permanência no sistema prisional. A articulação entre o marcador raça, orientação sexual, gênero e classe social é discutida, evidenciando como esses fatores contribuem para a exclusão da cidadania e intensificam as desigualdades enfrentadas pelas pessoas trans. Além disso, é analisado através de dados como a pandemia agravou as violações dos direitos humanos dessa população, tanto dentro quanto fora do sistema prisional. Espera-se que este estudo amplie o debate sobre a questão prisional com uma perspectiva de gênero e identidade, funcionando como uma denúncia das contínuas violações historicamente enfren-

1 Estudante de História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador bolsista do LEGPV/PPGHIS. Contato: pedro.f.souza@edu.ufes.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4266176552148902>.

2 Bacharel em Direito pela Faculdade do Vale do Rio Doce (FADIVALE). Advogada. Com especialização em Direito e Processo Penal pela Universidade Celso Lisboa. Contato: eurebecaavelar@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7836917072664190>

tadas pela população trans, principalmente na pandemia.

Introdução

Este capítulo faz parte de uma pesquisa guarda-chuva intitulada “Os impactos da política sobre drogas no processo de encarceramento da população negra no Espírito Santo (2003-2018)”, registrada na PR-PPG sob o nº 9586/2019 vinculado ao NEVI/UFES. E tem como objetivo estudar a saúde da população trans negra em processo de encarceramento em tempos de pandemia de COVID/19, dentro do período de 2020 a 2022.

Para alcançar esse objetivo, a investigação propõe-se a desenvolver os seguintes objetivos específicos: Realizar uma revisão bibliográfica sobre a questão social no sistema prisional nos contextos latino-americano e brasileiro; relacionar a questão social às categorias de classe, raça e gênero/sexualidade; priorizar o estudo de dados contemporâneos sobre o sistema prisional brasileiro e capixaba, especialmente aqueles disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no que se refere a gênero, raça/etnia e faixas etárias; identificar as implicações do encarceramento no contexto da pandemia de COVID-19 na saúde da população trans; e investigar aspectos econômicos, sociais e de saúde das pessoas trans e travestis no período de 2020 a 2022, com foco na dimensão racial.

O embasamento teórico se apoia na compreensão do tráfico de drogas como um problema de saúde pública e na análise da guerra às drogas como um fenômeno que agrava as desigualdades estruturais, especialmente para a população negra e periférica (Martins, 2022; Araújo, 2022). Esse contexto de violência institucionalizada reflete uma realidade racista e transfóbica, evidenciada por dados como os

da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que registrou 131 assassinatos de pessoas trans em 2022, incluindo o caso emblemático de Lara Croft, uma transexual capixaba assassinada durante uma operação policial, cujo desfecho permanece sem esclarecimento (Benevides, 2023; Falcão, 2022).

Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e utiliza procedimentos de revisão de literatura e pesquisa documental. A revisão bibliográfica inclui estudos sobre raça, classe social, Estado penal no Brasil, política de segurança pública e encarceramento de pessoas trans, enquanto a pesquisa documental analisa dados legislativos e informações disponibilizadas por órgãos como o DEPEN e organizações civis como ANTRA e o Grupo Gay da Bahia (GGB). As fontes são de acesso público, garantindo a transparência do processo investigativo.

Assim, a pesquisa propõe-se a compreender de forma crítica as implicações do encarceramento e da pandemia de COVID-19 sobre a saúde de pessoas trans e travestis, contribuindo para o debate acadêmico e social acerca das desigualdades estruturais no sistema prisional brasileiro.

Direito à saúde dos transexuais no sistema carcerário

Barriquello et al (2017) afirmam que o ambiente prisional exige uma formação específica de servidores, para que compreendam e respeitem sujeitos que não se pautam pela heteroafetividade. Compreendê-los e respeitá-los constitui um direito fundamental. No entanto, o que se observa é a violação sistemática da dignidade das pessoas LGBTIA+. Como assinalado pelos autores, o despreparo no acolhimento a essa população, em particular à população trans, constitui fonte de desumanização e violência.

Algumas pesquisas registram a postura intransigente de gestores de unidades prisionais que impedem transexuais a dar continuidade ao seu processo de adequação social, interrompendo o tratamento hormonal. São esses mesmos gestores e agentes que se silenciam diante da violência psicológica, moral e sexual a que essas pessoas são submetidas. Essa postura transgride o Art. 10 da Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) aprovada em 15 de abril de 2014, que determina a obrigação do Estado garantir a capacitação continuada aos profissionais dos estabelecimentos penais considerando a perspectiva dos direitos humanos e os princípios de igualdade e não discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL. 2017).

Em pesquisa realizada por Rosa (apud Barriquello, 2017) vários casos de violência sexual foram relatados, entre eles destacamos o caso de Vitória, que se mutilava, para chamar a atenção da gestão do presídio masculino onde ficou presa:

[...] era obrigada a ter relação sexual com todos os homens das celas, em sequência. Todos eles rindo, zombando e batendo em mim. Era ameaçada de morte se contasse aos carcereiros. Cheguei a ser leiloada entre os presos. Um deles me 'vendeu' em troca de 10 maços de cigarro, um suco e um pacote de biscoitos.

[...] Fiquei calada até o dia em que não aguentei mais. Cheguei a sofrer 21 estupros em um dia. Peguei hepatite e sífilis. Achei que iria morrer. Sem falar que eu tinha de fazer faxina na cela e lavar a roupa de todos. Era a primeira a acordar e a última a dormir (Rosa apud Barriquello et al., 2017, p. 8).

Insta registrar que a Resolução Conjunta supracitada, no seu art.1º, estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBTIA + em priva-

ção de liberdade no Brasil. No seu art. 2º, afirma o direito do uso do nome social, de acordo com o seu gênero. E complementando, no seu art. 5º, reconhece o direito ao uso de roupas condizentes à identidade de gênero. No artigo seguinte (3º) determina que travestis e gays privados de liberdade que encontram-se em unidades prisionais masculinas, terão direito a espaços de vivência específicos, com vista a garantir a sua integridade física e psicológica. O art. 4º estabelece que “As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas” (Brasil, 2017).

No seu parágrafo único, determina o tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade. No que se refere à saúde, segundo o artigo art. 7º da Resolução Conjunta, fica-lhe garantida a atenção integral à saúde em coerência com os parâmetros da “[...] Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP” (Brasil, 2013). Como posto pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2013, p. 6), “A Política Nacional de Saúde LGBT é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil é um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade”.

A Política LGBT é uma iniciativa para a construção de mais equidade no SUS. O compromisso do Ministério da Saúde com a redução das desigualdades constitui uma das bases do Programa Mais Saúde – Direito de Todos – (Brasil, 2008), lançado em 2008 e que visa à reorientação das políticas de saúde com o objetivo de ampliar o acesso a ações e serviços de qualidade. Esse Programa, espelhando essa política, apresenta metas específicas para promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com destaques para grupos populacionais de negros, quilombolas, LGBT, ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros (Brasil, 2013, p. 8).

Lamentavelmente a Política não faz referência específica à essa população em situação de prisão. Contudo reconhece que o marcador raça deve ser considerado no processo de atenção à saúde. No que tange à criação de alas específicas, a Resolução Conjunta nº 1, de 2014, Rosa registra que, naquela época, só “[...] apenas os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraíba possuem, em alguns estabelecimentos penais, uma ala específica para homossexuais, travestis e transexuais, costumeiramente chamada de ‘ala gay’” (Rosa apud Barriquello et al., 2017, p. 10).

Ainda, o Estado da Bahia já firmou, em 2014, compromisso no sentido de criar tais espaços” (Rosa apud Barriquello et al., 2017, p. 10). O explícito descompromisso dos estados brasileiros na demora da criação de espaços específicos para esse grupo populacional tem resultado em graves violações. Um exemplo notório dessa violação aos direitos humanos dos transexuais é o que ocorreu com Verônica Bolina no ano de 2015 em São Paulo, apesar de já estar em vigência uma Resolução que protegia seus direitos. O caso da trans Verônica Bolina tornou-se de conhecimento público devido não só a sua gravidade, mas às denúncias que circularam nas redes sociais pelos movimentos LGBTIA+. Ela foi espancada por policiais em uma delegacia da capital paulista após ser detida. Além das agressões física e psicológica, “[...] Verônica foi fotografada com o rosto desfigurado e seios e nádegas à mostra. As imagens viralizaram nas redes sociais e motivaram a campanha #SomosTodasVerônica. Tudo isso ocorreu já com a vigência da Resolução SAP do Governo do Estado de São Paulo de nº 11 de 2014, que dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. Essa resolução reafirma, em nível estadual, a Resolução Conjunta nº 1 do CNCD e do CNPCP também aprovada em 2014.

Ao passo que, em relação ao desrespeito à saúde dos transexuais no sistema penitenciário, tema central de nossa investigação, a principal queixa se refere a ausência de acesso aos hormônios – aos quais os transexuais estão sendo submetidos no processo de hormonoterapia, com o objetivo de “induzir o desenvolvimento de características sexuais secundárias compatíveis com a identidade de gênero da pessoa” (Paixão, 2017, s.p.) – o que acarreta o retrocesso em relação às características já adquiridas (Barriquello et al., 2017, p. 10).

Violência como a imposição do corte de cabelo e a forma como são tratadas por agentes penitenciários são fontes de sofrimento e adoecimento físico e psíquico. Por isso, a urgência da adoção da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, formulada pelo Sistema Único de Saúde, a fim de garantir às pessoas trans um tratamento minimamente respeitoso. O reconhecimento da diversidade sexual e identidade de gênero é pressuposto fundamental para o enfrentamento do seu processo de adoecimento no contexto prisional.

A saúde da população trans no sistema carcerário no contexto da pandemia de covid-19

A pandemia da Covid-19 impôs à população mundial o isolamento social. No entanto, os estudos têm mostrado que o isolamento trouxe implicações diferentes para as pessoas. No caso da população LGBTIA+, a Organização das Nações Unidas (ONU), em abril de 2020, reconheceu que ela exacerbou “[...] ‘as dificuldades da população LGBT’ e que essa minoria ‘muitas vezes encontra discriminação e estigmatização ao buscar serviços de saúde e é mais vulnerável à violência e outras violações de direitos humanos’[...]” (Organização das Nações Unidas apud Pechim, 2020, p. 1).

O agravamento das condições psicológicas e financeiras das pessoas trans no contexto da pandemia contribuiu fortemente para o seu processo de sofrimento e adoecimento. Segundo a pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 2021, o prolongamento da crise da Covid-19 ao longo de 2021 aprofundou a situação de insegurança alimentar entre os LGBTIA+ (41,5%). Entre as pessoas trans foram 56,8%. “O estudo identificou que 6 em cada 10 pessoas LGBTIA+ tiveram diminuição ou ficaram sem renda por causa da pandemia. A mesma porcentagem (59,4%) está sem trabalho há um ano ou mais. A taxa de desemprego entre esse grupo é de 17,1%, subindo para 20,4% entre pessoas trans” (Rocha, 2021, p. 1).

O afastamento das redes de apoio, em especial devido às medidas de distanciamento social, refletiu em uma piora da saúde mental e no aumento das queixas dessa população de que faltam políticas públicas de apoio à comunidade. Mais da metade dos consultados (55,1%) respondeu considerar que estão em condições de saúde mental piores hoje em comparação com um ano atrás. Cerca de 55% foram diagnosticados com o risco de depressão no nível mais severo, índice quase 8% a mais que na pesquisa de 2020 (47%). Segundo o estudo, 30% das pessoas já haviam recebido diagnóstico prévio de depressão e 47,5% para ansiedade. Os números representam um aumento de 2% para as duas condições clínicas em comparação com a pesquisa de 2020, que foi de 28% para depressão e de 45,3% para ansiedade (Fiocruz apud Rocha, 2021, p. 1).

Outro levantamento por meio virtual realizado pela #VOTELGBT (apud Veroneze, 2022), nos meses de abril e maio de 2020, com 10.065 LGBTIA+ revelou que os três principais impactos da pandemia: 42, 72% registram piora na saúde mental; 39, 23% observaram o afastamento de suas redes de apoio e 17,62% ficaram sem fonte

de renda. Entre elas, as pessoas trans registraram os maiores índices. Em outra pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, intitulada *Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo*, em 2021, revelou que a prostituição continua a ser a principal fonte de renda para travestis e mulheres trans. “A pesquisa buscou, ainda, identificar com que frequência essa atividade é realizada e o quanto já fez ou ainda faz parte do cotidiano das entrevistadas. Para 18% das travestis e 17% das mulheres trans, as atividades ligadas ao mercado do sexo são realizadas com regularidade” (Diéguez et al, 2021, p. 34). Desemprego, fome e adoecimento mental somados à discriminação e violência a que são submetidas constituem não só fatores de risco, mas de morte para esse segmento populacional: a estimativa média de vida nacional desse grupo é de apenas 35 anos, segundo a ANTRA (2022). Com relação ao acesso aos benefícios emergenciais, segundo Borges (apud Veroneze, 2022, p. 322):

[...]. A maioria das mulheres trans respondentes não tiveram escolha a não ser permanecerem na prostituição, expostas, desse modo, às situações de violência e ao contágio do vírus da Covid-19.

A população trans no sistema prisional do Espírito Santo

Em 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) registrou que 90% da população trans se utilizaria da prostituição como fonte de renda. Mesmo a prática de se prostituir não ser considerada crime no Brasil, ainda se refere a uma atividade utilizada como a venda do próprio corpo em ambientes nem sempre seguros, e de outras informalidades da segurança pessoal para ganhos financeiros, tendo em consideração que muitas dessas pessoas são expulsas de casa ainda na menoridade.

De acordo com dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, o Brasil registrou o total de 7.579 violações sobre a comunidade LGBTIA+ apenas no primeiro semestre de 2022, o que equivale a 41 pessoas tendo seus direitos violados todos os dias. Esse número aumentou 46,4% no segundo semestre do mesmo ano, época em que ocorreram as eleições democráticas (Brasil, 2022). É importante salientar que muitas vítimas não denunciam os ataques ocorridos e, para além disso, pessoas trans são frequentes vítimas de agressões e ataques, incluindo violência sexual, que tem um impacto profundo em sua saúde mental, emocional e seu reconhecimento enquanto indivíduo nessa sociedade opressora. Como resultado, essa comunidade esbarra nas dificuldades financeiras graves, incluindo falta de acesso à moradia e alimentos. Observando que essa população já enfrenta desafios significativos antes da pandemia, contribuiu para aprofundar o seu processo de pauperização e isolamento social (Salabert, 2021).

Estudos apontam que o sistema carcerário brasileiro é marcado por desigualdades regionais, raciais e de gênero. Fazendo o recorte de sexualidade e gênero, conforme dados do Infopen, em até junho de 2020, apenas 23% dos estabelecimentos possuíam alas/celas para pessoas que se declaram LGBTIA+ (Conselho Nacional de Justiça, 2021), esboçando o reduzido espaço temporal dessa realidade violenta sobre a principalmente sobre pessoas trans.

No Brasil, a Resolução Conjunta CNPCP-CNCD/LGBT nº 1/2014 estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade (Brasil, 2014). Contudo, constata-se um hiato entre aquilo que foi preconizado pela Lei a realidade. O Espírito Santo não foge à regra. No processo de levantamento de dados documentais, foram encontrados poucos dados online sobre a Penitenciária Semiaber-

ta de Vila Velha, onde existem apenas três celas/alas destinadas aos LGBTIA+ das 34 Unidades Penitenciárias. Fica explícito que a segurança institucional se sobressai à dignidade, levando novamente à negligência governamental com base em uma discriminação violenta carcerária que, para além disso, afirmamos a escassez de dados para com essa comunidade dentro das penitenciárias no Espírito Santo que cria a falsa ideia de que esses corpos não estejam sendo violados nesse espaço, e infelizmente corresponde ao mascaramento sistemático e resistência para divulgação desses dados considerando que não existe política institucional voltada para a população LGBTIA+ (Brasil, 2020).

Entretanto, pessoas transgêneros carecem de estruturas ambientais dignas dentro das unidades prisionais, submetidas ao encarceramento junto das pessoas que possuem seus sexos biologizantes e não correspondente à sua identificação de gênero ficam totalmente desprotegidas, exemplo de situações de risco como, estupros, espancamentos e outras formas de acometimentos.

No Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, intitulado como “Um olhar acerca do perfil de Travestis e Mulheres Transexuais no sistema prisional”, de 2022, destaca-se que as pessoas trans muitas vezes sofrem raspagem de cabelos e são obrigadas a vestir roupas que não correspondem à sua identidade de gênero, inclusive durante a triagem= nas delegacias. Isso expõe partes íntimas do corpo, causando constrangimento e desrespeito. Em maio de 2020, ressalta-se que na pandemia, Aline, mulher transgênero, sofreu no Presídio Estadual de Vila Velha (PEVV II) do Espírito Santo espancamento até a morte, e teve seu “nome morto” (identificação antes da transição de gênero) exposto nos canais de jornalismo, explicitando os demais desrespeitos e crimes que ocorrem com essa população,

durante e até mesmo após a vida. Segundo o advogado do caso, a vítima era coagida por diversas violências, como ser obrigada a lavar roupas dos demais presos, ser privada das alimentações e momentos de recreação, e agressões físicas enquanto ficava amarrada de cabeça para baixo. Na petição, o advogado narra que alguns detentos heterossexuais estavam insatisfeitos com pessoas de “opção sexual diversa”, afirmando se tratar de um crime de ódio seguido pela orientação de gênero da Aline (Gobbo, 2022).

Importante salientar que mesmo com diversas leis e resoluções, são recebidas nas redes de comunicação frequentemente notícias e denúncias acerca das violências sofridas por essa comunidade, consequentemente, comprova-se que além de idealizar é necessário que haja meios de propagação e manutenção dessas políticas para serem garantidas à dignidade do ser humano encarcerado. Contudo, há precarização da manutenção de medidas protetivas básicas, como disponibilização dos preservativos, e indo até o baixo estímulo do trabalho destes funcionários de saúde no espaço carcerário, principalmente pelas suas condições físicas e ambientais, em particular, para a população LGBTIA+, dado que são segregados socialmente até dentro dos presídios, que ainda que tenha havido mudanças, seguem a lógica heteronormativa. Ressalta-se a preocupação das violências sexuais sofridas que podem gerar eventualmente alguma infecção sexualmente transmissível, casos que até comprometam o sistema imunológico, vide então na urgência dos controles de regulação sanitária desse sistema (Benevides, 2022).

Dados mais recentes sobre violações de direitos das pessoas trans no Brasil

Os dados a seguir revelam, em parte, a barbárie que se impõe sobre esses sujeitos. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasil, 2022), o Brasil registrou o total de 7.579 violações sobre a comunidade LGBTIA+ apenas no primeiro semestre de 2022, o que equivale a 46 pessoas violadas em seus direitos diariamente. Esse número quase duplicou no segundo semestre, época em que ocorreram as eleições democráticas, onde esses números cresceram em 46,4% (Brasil, 2022). É importante salientar que muitas vítimas não denunciam os ataques ocorridos e, para além disso, trans e travesti são frequentes vítimas de agressões e ataques, incluindo violência sexual, que tem um impacto profundo em sua saúde mental, emocional e seu reconhecimento enquanto indivíduo nessa sociedade opressora. Como resultado, essa comunidade esbarra nas dificuldades financeiras graves, incluindo falta de acesso à moradia e alimentos. A pandemia da COVID-19 aprofundou o seu processo de pauperização e isolamento social (Salabert, 2021).

Desde o início da pandemia de COVID-19, a população trans e travesti no Brasil tem enfrentado de forma mais exacerbada desafios significativos relacionados à saúde e à segurança econômica e alimentar. Essa minoria enfrenta barreiras para o acesso aos cuidados de saúde, incluindo discriminação por parte de profissionais de saúde e falta de recursos para tratamentos de saúde adequados. Além disso, muitas pessoas transsexuais dependem de trabalhos informais e da economia informal, que foram particularmente afetados pela pandemia e pelas medidas de distanciamento social implementadas para conter propagação do coronavírus (Benevides, 2021).

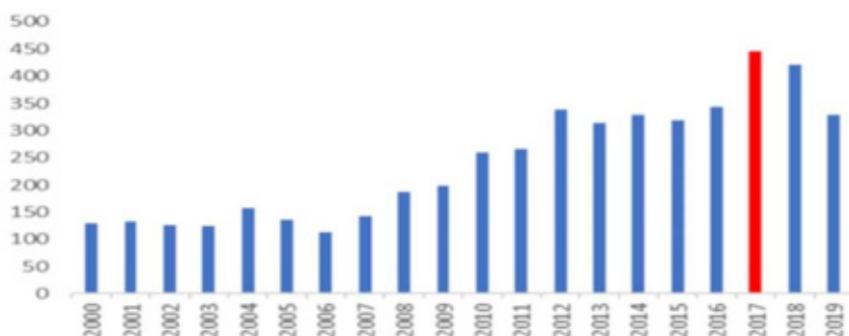
Além da crise sanitária inscrita em um passado muito recente, outras questões atravessam cotidianamente as vidas dos/das pertencentes a comunidade trans, a crise carcerária, a discriminação e um conjunto de circunstâncias políticas, econômicas e culturais constroem e fomentam o racismo. A questão racial permeia infinitos cenários em uma sociedade onde a cor da pele constitui um elemento decisivo de “inclusão” ou “exclusão” social. Onde a saúde, a educação e o lazer não se fazem presentes; a doença, a pobreza e a criminalidade ganham espaço. Criminalizar é mais favorável para a elite mundial do que mudar o cenário político-econômico e garantir a igualdade de acesso e oportunidade às sociedades.

O Estado brasileiro contribui significativamente para essa triste realidade com a violência policial, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais divulgou que, em 2022, 131 pessoas trans foram assassinadas (Benevides, 2023), dentre elas estava Lara Croft, espiritosantense executada durante uma operação policial, de acordo com os moradores (Falcão, 2022).

O que se tem de fato é que além de transfobia institucional, após quase 1 ano ainda não finalizaram as investigações para esclarecer o que de fato ocorreu e a invisibilização desses sujeitos nos espaços civis ficam cada vez mais escancaradas. Mas, e se fosse uma pessoa branca, cis e rica, Esse processo demoraria tanto?

Sobre violência contra a população LGBTIA+ no Brasil, apresentamos abaixo os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, em 2019 (Oliveira, 2019).

Gráfico 1 – Mortes violentas de LGBT no Brasil de 2000 a 2019



Fonte: Oliveira (2019, p. 43-44).

O gráfico mostra um Total 4809, com destaque para o ano de 2017, com 445 mortes violentas.

Quando reduzida a escala territorial, as capitais dos estados foram palco para as mortes de 81, representando 24,69% do total de mortes de pessoas LGBTIA+ no Brasil. Nos dois extremos estão Salvador com 12 e, na outra ponta Vitória com uma morte violenta. Dos 329, 174 eram gays (52,89%), 118 eram pessoas trans (35,86%), seguidos de lésbicas, com 32 mortes (9,73%) e 5 bissexuais (1,52%). A maior parte das vítimas estava na faixa etária de 15 e 34 anos, perfazendo, 44,68% (Oliveira, 2019).

O quesito cor/raça, segundo Oliveira (2019) constitui um desafio na medida que persiste a falta de informação desse dados nas fontes pesquisadas, por isso, essa identificação teve que ser feita por meio de imagens/fotografias publicadas. 122 pessoas negras (pretas e pardas) e 121 brancas. Em 82 (26,14%) casos não foi possível identificar raça/cor.

Outro aspecto que chama a atenção dos/as autores/as refere-se às suas fontes renda dos/das dos que morreram: 38 ou seja 11,5% eram profissionais do Sexo, com destaque para as pessoas trans. Escrevem que apesar de se observar a presença de LGBTIA+ vítimas de morte violenta exercendo 60 profissões, “não deixa de ser preocupante que a atividade mais praticada pelo segmento trans sido a prostituição (11,55%), refletindo o grau de exclusão das travestis e transexuais no mercado de trabalho” (Oliveira, 2019, p. 54).

Tabela 2 – Tipificação das mortes de LGBTIA+ no Brasil em 2019

Tipificação	Quantidade	Percentual
Homicídio	272	82,38
Suicídio	32	9,73
Latrocínio	19	5,78
Atropelamento	5	1,52
Silicone Industrial	1	0,3
Total	329	100

Fonte: Oliveira (2019, p. 59).

Quanto aos homicídios, o Relatório do GGB (Oliveira, 2019, p. 83) observa que a maior parte ocorre dentro de casa (35,5%). Uma de suas características é o seu modus operandi, marcado pelo requinte de crueldade:

A crueldade dessas execuções transparece nos detalhes da boca amarrada, mãos e pés amarrados, rosto desfigurado, além de hematomas por todo o corpo, alguns sendo carbonizados, num gesto extremo de demonstração de aniquilação total. A morte também ocorre em locais de diversão e prostituição, bares, boates e saída de casas de show. Há casos envolvendo brigas, *bullying*, cobrança de dívida, mortes por ciúmes. Alguns LGBT são enterrados em cova rasa, mangue, vala, esgoto.

No que se refere ao suicídio, o relatório registra que “ ao observar os dados de forma individualizada, os gays aparecem com 37,5% dos suicídios, as transexuais logo em seguida, 31,25%, as lésbicas com 21,87% [...]” (Oliveira, 2019, p. 76).

Considerações finais

A pesquisa realizada permitiu identificar a profundidade e a complexidade das violações vivenciadas por transexuais e travestis no sistema prisional do Espírito Santo, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. Essas violações não surgem isoladas, mas fazem parte de um processo histórico e estrutural que perpetua a exclusão e a violência contra corpos dissidentes em uma sociedade moldada pela heteronormatividade e pelo racismo estrutural.

O sistema prisional não apenas reproduz essas desigualdades, mas também as intensifica, expondo essas pessoas a condições degradantes que comprometem sua saúde física e mental, ao mesmo tempo em que restringem o acesso a direitos fundamentais.

A interseccionalidade entre raça, gênero e classe emerge como uma dimensão central para compreender as causas e os impactos do encarceramento dessa população. Pessoas trans negras são duplamente vulnerabilizadas: pela transfobia, que as marginaliza com base na identidade de gênero, e pelo racismo, que as exclui com base na cor da pele. Essa conjugação de opressões não apenas as empurra para a marginalidade social, mas também cria barreiras quase intransponíveis para o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho.

Foi possível observar que o processo de adoecimento fora do sistema prisional da população trans tem relação direta com as violências

que sofre em uma sociedade que se pauta pela heteronormatividade. O sistema prisional tende a aprofundar o preconceito e as violações que sofre no mundo externo. No caso de pessoas trans negras, as violências somam-se ao racismo. São inúmeros relatos de violações (violência física, sexual, moral, psicológica entre outras). Ao invés de receber atenção humanizada inclusive em relação à sua saúde, tende a agravar o seu processo de sofrimento e adoecimento. A forma de gestão das políticas oferecidas fragmenta-as impedindo de atender esses sujeitos na sua integralidade.

Enfrentar a Pandemia da COVID-19 na prisão foi ainda mais desafiador. O isolamento social que também se impôs sobre o sistema prisional aumentou a invisibilidade das torturas e violências sofridas. O aparente silêncio emudeceu os gritos de socorro e as denúncias de um grupo populacional que, na grande maioria das vezes, não é reconhecido na sua humanidade.

A pesquisa também destaca a importância de uma abordagem interseccional para o enfrentamento dessas questões. Políticas públicas que considerem simultaneamente as dimensões de gênero, raça e classe são fundamentais para promover mudanças estruturais e enfrentar a exclusão sistêmica. Isso inclui medidas como a criação de espaços específicos e humanizados nas unidades prisionais, acesso a tratamentos médicos e hormonais, e capacitação de profissionais do sistema de justiça e segurança pública.

Nesse contexto, expõe as falhas do sistema prisional, buscando ampliar o debate sobre a interseção entre encarceramento, saúde e direitos humanos. Espera-se que os resultados obtidos sirvam como um ponto de partida para novas investigações e ações concretas que busquem enfrentar as desigualdades sistêmicas que sustentam o en-

carceramento em massa e a violação dos direitos humanos no Brasil. Além disso, aponta-se a necessidade de futuros estudos que aprofundem questões como os impactos do encarceramento na reintegração social de pessoas trans e as dinâmicas de resistência e sobrevivência que emergem desse contexto.

Por fim, é imperativo compreender que o enfrentamento das violações enfrentadas pela população trans encarcerada não se limita ao sistema prisional. Trata-se de uma luta por justiça social que exige mudanças profundas na sociedade como um todo. O reconhecimento da dignidade e da humanidade dessa população é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Referências

- ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2023.
- ANTRA. **Dossiê trans Brasil: Um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional**. [Coordenação Bruna Benevides]. 1ª ed. Brasília, DF: Distrito Drag:ANTRA, 2022.
- ARAÚJO, Verônica S. SOUZA, Edinilsa R. e SILVA, Vera L. M. “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2022.
- BARRIQUELLO, Carolina Andrade; KRAWCZAK, Kaoanne Wolf; STURZA, Janaína Machado. Uma “moeda de troca” nas penitenciárias: o direito à saúde dos transexuais no sistema carcerário brasileiro. **Anais da XXII Jornada de Pesquisa**. Salão do Conhecimento, Unijui, Ijuí;RS, 2017.

- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Acesso em: 27 mar, 2023.
- BENEVIDES, Bruna G; et. al. **Dossiê trans Brasil** : um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional / [coordenação Bruna Benevides]. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022.
- BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. [Brasília]: CGU [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **LGBT nas prisões do Brasil**: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. [Brasília]: CGU [2020]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/Tratamentopenal-depessoasLGBT.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- BRASIL. **Resolução Conjunta nº 1**. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Ministério da Justiça, Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa.

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O sistema prisional brasileiro fora da Constituição** - 5 anos depois. Balanço e projeções a partir do julgamento da ADPF 347, jun 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 348** de 13/10/2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519#:~:text=acerca%20da%20autodeclara%C3%A7%C3%A3o.->

%2cArt.%2cPar%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 10 ago. 2023.

COSTA, Pedro H. A. e MENDES, Kíssila T. “**Negro: de bom escravo a traficante**”. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. Sociedade e Estado, 2022.

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso; RODRIGUES, Cecília Carmen Pontes; BICEY, Gustavo Venturi Jonas Tomazi; ADAMOS, Rosana Estrela. **Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo: relatório de pesquisa**. CEDEC; SMDHC, São Paulo, 2021. 82p.

FALCÃO, André. Mulher é morta a tiros por policial no ES, PM diz que houve confronto e moradores negam. **G1**, Cariacica, 13 jul. 2022.

GOBBO, Elaine D. Justiça condena governo a indenizar família por morte em presídio. **Século Diário**, 05 mai. 2022. IAMAMOTO, Maria V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p.10.

- MARTINS, Aline S. ROSA, Miriam D. e GUERRA, Andréa M. C. Encontro com a guerra no Brasil: entre psicanálise, Clausewitz e Foucault. **Psicologia USP**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180197>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- OLIVEIRA, Denilson Araújo de, ALMEIDA, Guilherme, SANTOS, Márcia Cristina Brasil, CARVALHO, Sílvia de Souza; PEREIRA, Tatiana Dahmer. “Sobre humanos e destituição de humanidades - da construção do ódio à diferença na modernidade periférica”. In: RAMOS, A, BARBOSA, D., PEREIRA, Larissa D.; PEREIRA, Tatiana D. (orgs.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o serviço social**. Uberlândia: Navegando, 2019.
- OLIVEIRA, José Marcelo Domingos. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: **Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott**. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- PECHIM, Lethicia. **Pessoas LGBTQ enfrentam preconceito na Quarentena**. Faculdade de Medicina da UFMG, Belo Horizonte, 26 mai. 2020.
- ROCHA, Lucas. 55% da população LGBTQIA+ teve piora na saúde mental na pandemia, diz estudo. **CNN Brasil**, São Paulo, 28 jun. 2021.
- SALABERT, Duda. Os impactos da Pandemia na população Trans. **Jornal Nexo** [online], 2021.
- VERONEZE. Renato Tadeu. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. **R. Katál**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 316-325, mai./ago. 2022 Acesso em: 12 nov. 2023.

“Triunfo Argentina!”: o uso da copa de 1978 pela Ditadura Militar argentina (1976–1983)

Renata Lorencette Cavalcanti¹

Introdução

Este trabalho busca relacionar o futebol, a história e a memória, com o objetivo de compreender o uso da Copa do Mundo de 1978, realizada durante o período ditatorial da Argentina (1976-1983), como instrumento de autopromoção do governo ditatorial da Junta Militar. Bem como analisar de que forma as lideranças autoritárias pretendiam utilizar o evento e o título mundial argentino como armas de legitimação do governo militar, buscando consolidar seu poder interno e projetar uma imagem positiva no cenário internacional.

Inicialmente, apresenta-se o contexto histórico que levou à instauração da Ditadura Militar argentina até o ano em que foi sediada a Copa no país (1978), que ocorreu sob o governo do general Jorge Rafael Videla Redondo (1976-1981). Em seguida, examinam-se os eventos de 1978 para compreender o uso político do torneio, utilizando como fonte principal as capas publicadas pelo jornal Clarín durante o período. Essa análise inclui as representações visuais, a linguagem utilizada e os temas recorrentes, com o objetivo de identifi-

¹ Graduanda em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: renata.lorencette.c@gmail.com

car como esses elementos refletiram ou moldaram a narrativa política do governo militar. Ao final, é feita uma breve análise do papel da Copa de 1978 na construção da memória pós-ditadura, levando em consideração que, a principal memória construída pelos meios de comunicação e posteriormente incorporada tanto pela sociedade quanto pelos meios esportivos nos primeiros anos após o fim da ditadura, durante a década de 1980, foi a de “Copa da Ditadura” (Alabarces, 2008). Assim como o papel do futebol e dos clubes argentinos em sua permanência, como por exemplo, o movimento Memoria, Verdad Y Justicia feito anualmente no dia 24 de março.

Dessa forma, periódicos da época são utilizados como fonte, através de uma abordagem metodológica de pesquisa documental e bibliográfica, tendo como foco de análise a cobertura do jornal Clarín sobre a Copa do Mundo de 1978 e sua utilização pela Ditadura Militar argentina. Dessa maneira, a análise é feita dialogando com obras que trabalham o contexto histórico em que se encontra a Argentina durante o período, como *História Contemporânea da Argentina* de Luis Alberto Romero (2006) e *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática* de Novaro e Palermo (2007). São consultados trabalhos prévios que discutem a relação entre imprensa, futebol, política e ditadura na Argentina, como o livro *Imprensa e História do Brasil*, de Maria Helena Capelato (1998), onde a autora pontua a importância e os significados dos conteúdos que são apresentados pelos jornais por meio de suas capas. Ademais, a obra *O jogo bruto das copas do mundo* de Teixeira Heizer (1997), que fala sobre a situação em que se encontrava o futebol durante a Copa de 78 entre a comemoração e a repressão.

Por conseguinte, são apresentadas as capas dos jornais publicados pelo Clarín durante o período em questão (junho de 1978), em con-

junto do uso de fontes que abordam o contexto histórico e social da Argentina durante o governo autoritário da Junta Militar, bem como estudos que analisam a influência da mídia durante este período. Logo, para análise das imagens presentes faz-se uso do trabalho *Metodologia da análise de imagens*, de Tania Aparecida de Souza Vicente. Portanto, a partir do material coletado, por meio de suas imagens, suas linguagens e temas recorrentes, é possível identificar como tais aspectos refletiram ou moldaram a narrativa política da época, utilizando a obra de René Rémond, *Por uma história política* (1996).

As publicações do Clarín estarão situadas dentro do contexto histórico analisado, considerando eventos sociais, políticos e culturais. Para então, abordar teorias que contribuam com a interpretação de como o jornal pode ter servido como instrumento de propaganda da Ditadura Militar, por meio de obras como o trabalho *História dos, nos e por meio dos periódicos*, de Tania Regina de Luca, presente no livro *Fontes Históricas*, de Carla Pinsky (2008). Este trabalho busca, portanto, analisar criticamente como a Ditadura Militar argentina instrumentalizou a Copa para consolidar sua legitimidade, ao mesmo tempo que aborda as implicações desse uso na construção da memória coletiva. Por meio dessa investigação, pretende-se contribuir para a compreensão das complexas relações entre esporte, política e sociedade em contextos autoritários, destacando o papel central do futebol na história e na identidade cultural da Argentina.

O futebol é, definitivamente, um dos elementos culturais mais importantes do século XX, como diz Carvalho (2012):

Essa forma original e hábil de competir em grupo ressaltando as individualidades é a única atividade humana que se tem conhecimento seguida todos os dias da semana, em todas as horas e em qualquer

lugar pela bagatela de 4 bilhões de pessoas. Não há fronteiras geográficas nem barreiras sociais para quem goste do jogo (Carvalho, p. 7, 2012).

E, em particular, atraiu muita atenção para os países da América Latina, nesse contexto, a Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina, representou um evento esportivo de magnitude global que capturou a atenção de milhões de espectadores em todo o mundo. No entanto, por trás das façanhas esportivas e dos momentos memoráveis vivenciados durante o torneio, uma complexa teia de manipulação política e propaganda se desenrolou nas entranhas do autoritarismo militar argentino, que governou o país de 1976 a 1983. O objetivo deste trabalho é explorar o uso político da Copa de 1978 pela Ditadura Militar argentina como uma ferramenta de legitimidade e distração para consolidar seu poder autoritário, por meio da análise das capas publicadas pelo Clarín durante o período do evento, pois, “nos dias de hoje, todos os jornais, dos mais sóbrios aos mais ousados, preocupam-se com a apresentação. [...] Na primeira página, concentram-se todos os recursos persuasivos de propaganda da mercadoria” (Capelato, 1988).

Jogada ensaiada: o contexto para o golpe da Junta Militar

Para compreender o ano de 1978, é necessário contextualizar historicamente o cenário onde se deu o golpe militar responsável por instaurar a ditadura. Além do general Jorge Rafael Videla Redondo, que governou entre 1976 e 1981, o período ditatorial argentino contou com a regência dos generais Roberto Eduardo Viola (1981-1981), Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983).

Após um período conturbado na política do país, as eleições presidenciais argentinas foram realizadas em março de 1973, tendo como resultado a vitória de Héctor José Cámpora, um político peronista. Cámpora fora eleito com uma plataforma progressista e a promessa de realizar reformas sociais e econômicas. Contudo, sua presidência foi marcada por conflitos internos dentro do peronismo e pela crescente polarização política no país, fatos que resultaram em sua renúncia precoce levando à convocação de novas eleições, resultando na reeleição de Juan Domingo Perón, após quase duas décadas de proscrição do peronismo. Este que acabou falecendo em 1974, deixando o governo nas mãos de sua esposa Maria Estela Martínez de Perón ou “Isabelita” Perón, a qual se tornou a primeira mulher a ocupar esse cargo na América Latina. Neste mesmo ano, é confirmada a Argentina como sede da Copa de 1978 – que já havia sido escolhida pela FIFA em 6 de julho de 1966, durante seu 35º Congresso em Londres –, em meio ao cenário turbulento vivido no país.

Porém, durante seu governo Isabelita enfrentou uma grave crise econômica, onde a inflação, por exemplo, registrava alta de preços entre 500 e 800% (Novaro; Palermo, 2007). Além disso, Isabelita Perón enfrentou pressões de setores militares e civis conservadores que desejavam eliminar a influência de grupos de esquerda e estabelecer uma ordem autoritária para conter o caos. A crescente agitação social e a violência política, somadas ao contexto de Guerra Fria, com a Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América e a insatisfação dos militares argentinos, formavam um cenário propício para se instaurar o golpe militar, alegando necessidade de restaurar a ordem no país e promover sua estabilidade econômica.

Em meio ao caos, setores militares insatisfeitos com a situação política e social do país começaram a planejar sua intervenção golpista,

pois, para eles era necessário acabar com o “ciclo vicioso” de crises. Então, em 24 de março de 1976, os militares justificaram sua intervenção como uma “solução” para restaurar a ordem e combater o que chamavam de “ameaça subversiva”. O golpe foi liderado pelos comandantes das três Forças Armadas – Jorge Rafael Videla (Exército), Emilio Eduardo Massera (Marinha) e Orlando Ramón Agosti (Aeronáutica) – e contou com amplo apoio das elites econômicas, setores da Igreja Católica e da classe média, que viam na Ditadura Militar uma forma de estabilizar o país. Segundo Romero (2006), a proposta dos militares consistia em cortar o problema pela raiz, que, na visão deles, residia na própria sociedade e na natureza irresoluta de seus conflitos. Portanto, sob a justificativa de restaurar a ordem e combater a subversão, instaurou-se uma política de repressão sistemática, com extremas violações dos direitos humanos e censura:

Cada preso, desde o momento em que era considerado suspeito, era registrado em uma ficha e em um prontuário. Em seguida, era feito um acompanhamento e uma avaliação de sua situação, e tomava-se uma decisão final que sempre provinha do mais alto nível militar. A repressão foi, em suma, uma ação sistemática realizada pelo Estado (Romero, p. 197, 2006).

Driblando a verdade: a manipulação da mídia na Ditadura

Diante desse cenário, marcado por um governo autoritário e repressivo, caracterizado por violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento forçado de opositores políticos, os líderes militares viram na Copa de 78 uma oportunidade única para desviar a atenção da comunidade internacional e da população argentina em relação às atrocidades que

vinham sendo cometidas. Desde o início do período ditatorial, os militares implantaram um rigoroso aparato de censura. Jornalistas, escritores e artistas foram perseguidos, silenciados e, em muitos casos, desapareceram. Os veículos de comunicação foram submetidos à vigilância e instruções diretas do governo, que determinava quais informações poderiam ser divulgadas. Os jornais e emissoras de rádio e televisão eram obrigados a reproduzir os comunicados oficiais, conhecidos como *comunicados de prensa*, que minimizavam ou ocultavam a realidade da repressão.

A organização do torneio foi amplamente usada como vitrine para a ditadura. As autoridades investiram pesadamente na construção de estádios, infraestrutura e campanhas publicitárias que exaltavam a eficiência do governo. O lema oficial, “25 millones de argentinos jugarán este Mundial” (25 milhões de argentinos jogarão esta Copa), presente na canção de Martín Darré, *Marcha del Mundial de Fútbol Argentina '78*, reforçava a ideia de união nacional sob o comando dos militares. A abertura do evento, uma grande festa no Estádio Monumental Antonio Vespucio Liberti, popularmente conhecido como Monumental de Nuñez e casa do clube argentino Club Atlético River Plate, tendo capacidade para mais de 80 mil pessoas, contou com a presença da Junta Militar e com discurso do general Jorge Videla, sendo destaque no *Clarín* em 2 de junho de 1978 (Figura 1):

Imagem 1: Capa publicada pelo *Clarín*, 2 de junho de 1978.

MAGNIFICA INAUGURACION DEL CAMPEONATO MUNDIAL



POBRE EMPATE DE ALEMANIA-POLONIA



DEBUTA ARGENTINA
A las 19.15, frente a Hungría

Edición de 94 páginas para Sur y Sur Sur de los Andes
Precio de esta edición: \$ 1.100. — Recargo por correo: \$ 120. —
Distribución en todo el mundo.

Clarín

Alta 8000 - Nº 11.188 - Frente 2 de junio de 1978
Buenos Aires - República Argentina

CANCLLERIA

Preparan la respuesta a Brasil

(INFORMACIONES DE LAS PAGINAS CUARTO Y CINCO)

La Junta Militar asistió al acto con el que se puso en marcha el Décimo Campeonato Mundial de Fútbol, y el teniente general Videla pronunció el mensaje inaugural. Destacó el Presidente el valor e importancia de la paz. La fiesta, que se desarrolló en el estadio de River, tuvo relevante brillo por el color y la exactitud de movimientos de las exhibiciones realizadas por jóvenes gimnastas. En el primer encuentro del torneo, Alemania y Polonia igualaron sin goles. (Información en Clarín Mundial.)

Fonte: Acervo de capas do *Clarín*. Disponível em: <https://tapas.clarin.com/tapa.html#19780602>.

Em tradução livre, o trecho publicado diz:

A Junta Militar assistiu ao ato que deu início ao Décimo Primeiro Campeonato Mundial de Futebol, e o tenente-general Videla pronunciou a mensagem inaugural. O Presidente destacou o valor e a importância da paz. A festa, que aconteceu no estádio do River, teve um brilho relevante devido às cores e à precisão dos movimentos das exibições realizadas por jovens ginastas. No primeiro encontro do torneio, Alemanha e Polônia empataram sem gols (*Clarín*, Buenos Aires, 02 de junho de 1978).

Deste modo, temos um exemplo de como foi feita a maquiagem do governo, tentando se autopromover por meio da Copa e da mídia. Neste trecho do *Clarín* é citada a fala de Videla sobre o valor e a importância da paz, sendo que era crescente o número de desaparecidos, assim como novas formas de sequestro e tortura eram instauradas. Diante do exposto, é possível notar como a narrativa construída pelos militares visava projetar uma imagem de ordem e modernização. Termos como “guerra contra a subversão” eram utilizados para justificar a violência de Estado, enquanto as graves crises econômicas e sociais eram mascaradas por um discurso otimista. As vozes dissidentes, tanto nacionais quanto internacionais, eram sistematicamente descreditadas. Entre 1976 e 1978, durante o período mais intenso da repressão na Argentina, os desaparecimentos forçados ocorreram em larga escala. A comissão investigativa documentou cerca de nove mil casos, embora reconhecesse a possibilidade de muitos outros não terem sido denunciados. Paralelamente, organizações de defesa dos direitos humanos estimavam que o número de desaparecidos pudesse chegar a 30 mil, sendo a maioria jovens com idades entre 15 e 35 anos (Romero, 2006).

Diante desse contexto, questiona-se a que paz Videla se referia em seu discurso de abertura do evento, visto que, a repressão, argumentando enfrentar e eliminar as organizações armadas, procurava acabar com todo e qualquer protesto social, expressão de pensamento crítico ou direção política do movimento popular que vinha em crescente desde o século passado, tudo isso estava sendo aniquilado violentamente (Romero, 2006).

Por trás dessa fachada de festa esportiva, a Copa do Mundo de 1978 foi cercada por controvérsias e tensões. O governo militar utilizou a competição para reforçar seu controle sobre a sociedade, implemen-

tando medidas de segurança draconianas, restringindo a liberdade de expressão e perseguindo aqueles que ousavam questionar o governo. Os meios de comunicação foram submetidos a uma censura rigorosa, que proibia qualquer menção ao terrorismo de Estado e às suas vítimas. Ao mesmo tempo, artistas e intelectuais eram constantemente vigiados, resultando em um cenário no qual apenas a voz do Estado tinha espaço, direcionando-se a uma população isolada e fragmentada (Romero, 2006). Assim, ao assumir o controle das instituições esportivas, o governo militar moldou a narrativa em torno do evento para promover seus princípios autoritários e criar uma atmosfera de unidade nacional. A equipe argentina de futebol, liderada por César Luis Menotti, foi transformada em um símbolo do governo ditatorial, representando não apenas a habilidade esportiva, mas também a suposta estabilidade e prosperidade alcançadas sob a ditadura, como diz Heizer (1997):

Frise-se que Buenos Aires fora maquiada e engalanada para revelar ao mundo, através da nova TV à cores [...] uma imagem falsa, com uma roupagem mentirosa de tranquilidade [...] estima-se que milhões de dólares tenham sido derramados por veículos de comunicação para mostrar a casca de um monstro bonito por fora e feio por dentro (Heizer, p. 195, 1997).

A seleção argentina, que venceu a Copa do Mundo em 1978, tornou-se um símbolo de orgulho nacional manipulado pelos militares. Em 21 de junho de 1978, o *Clarín* publica em sua capa uma imagem do camisa 10, Mario Kempes, ao lado da imagem do povo celebrando a bandeira de sua pátria durante o Dia da Bandeira (Figura 2), com um trecho ao lado reforçando a presença de Videla e outros militares aos atos, em tradução livre:

Uma fervorosa multidão serviu de cenário para a celebração central do Dia da Bandeira, em Rosario. O presidente Videla participou do ato realizado no Monumento à Bandeira. Por sua vez, o almirante Massera presenciou o juramento da bandeira nacional em San Juan, e o brigadeiro Agosti presidiu uma cerimônia em Morón (*Clarín*, Buenos Aires, 21 de junho de 1978).

Imagem 2: Capa publicada pelo *Clarín*, 21 de junho de 1978.



Fonte: Acervo de capas do *Clarín*. Disponível em: <https://tapas.clarin.com/tapa.html#19780602>.

Em 26 de junho de 1978, após a conquista do campeonato, com a comoção intensa atingindo todo o país, Videla e a Junta Militar consideravam a conquista uma vitória para seu projeto ditatorial, em tradução livre, de acordo com Archetti (2006, p. 35):

A Copa do Mundo se tornou um sucesso numa sociedade “pacificada”. As manifestações de alegria nos estádios e nas ruas após as vitórias argentinas que culminaram no triunfo contra a Holanda na final foram interpretadas pela junta como um sucesso de um projeto nacional.

Segundo Magalhães (2019), ao vencer a Copa do Mundo de 1978 dentro de casa e gerar grande emoção popular, o governo argentino associou o êxito esportivo ao seu próprio projeto político. O governo autoritário da Junta Militar pode ser considerado o principal beneficiado, pois, com a realização do evento e a vitória da seleção, as Forças Armadas conseguiram melhorar temporariamente sua imagem interna e renovar, ainda que por um período limitado, o consenso dentro do país. No cenário internacional, mesmo com o aumento das denúncias de violações de direitos humanos e a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA em 1979, que trouxe duras críticas ao governo ditatorial, houve uma mudança momentânea na percepção externa da Argentina. Isso se deveu, em grande parte, aos testemunhos positivos de esportistas e jornalistas que participaram do evento. Internamente, com a declaração de vitória na guerra contra a subversão, o governo obteve significativa mobilização popular a seu favor, sendo os meios de comunicação, alinhados ao projeto oficial, fundamentais para associar o sucesso esportivo ao modelo ditatorial. Entretanto, é necessário ter cautela ao restringir essa análise como a principal memória predominante da conquista.

Ainda assim, é inegável o impacto político de vencer a primeira Copa do Mundo em solo nacional para um governo autoritário que enfrentava acusações severas de violações de direitos humanos.

Neste contexto, é fundamental examinar o uso político da Copa do Mundo de 1978 pela Ditadura Militar argentina. Ao analisar as estratégias adotadas pelos militares para manipular o evento e as consequências sociais e políticas desse uso, podemos obter uma compreensão mais profunda das dinâmicas complexas entre esporte, política e propaganda em um contexto autoritário. Por meio da análise das capas de um jornal afamado da época, o *Clarín*, vemos como o violento governo da Junta Militar, liderado por Videla, utilizou o evento esportivo como uma ferramenta de legitimidade, para tentar vender a imagem de uma Argentina próspera e vitoriosa, dentro e fora dos gramados. Apesar do cenário brutal, a Copa do Mundo de 1978, atraiu atenção e holofotes internacionais para os acontecimentos no país, sendo paralelamente marcada por protestos e manifestações de grupos opositores ao governo militar, que buscavam expor as violações dos direitos humanos e as atrocidades cometidas pela ditadura. Franco (2005) explica que as principais manifestações contra o evento vinham, em grande parte, de grupos e partidos de esquerda na Europa, do governo dos Estados Unidos e da Anistia Internacional. Além disso, foram organizados comitês de boicote, com sede principal na França. Assim, deve-se analisar também, como a Copa e o futebol argentino, se tornaram personagens importantes na construção da memória coletiva pós-ditadura.

Considerações finais

A Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina, é um marco tan-

to na história do futebol quanto na memória coletiva do país, especialmente em relação ao período da Ditadura Militar. Utilizada como ferramenta política, a Copa foi amplamente instrumentalizada pelos militares para projetar uma imagem de estabilidade e prosperidade, mascarando os horrores da repressão interna. Por meio de campanhas publicitárias, controle da mídia e da narrativa esportiva, a Junta Militar buscou consolidar seu poder e desviar a atenção das graves violações de direitos humanos que caracterizaram o período ditatorial. A construção de estádios e as transmissões em cores exaltavam a capacidade organizativa da Junta Militar, enquanto slogans como “25 milhões de argentinos jogarão esta Copa” tentaram reforçar uma falsa unidade nacional. Essa manipulação demonstrou o poder do futebol como ferramenta de mobilização emocional e de construção de narrativas políticas, destacando a complexa relação entre esporte e autoritarismo.

No entanto, a mesma Copa também se tornou um espaço de resistência. Grupos de oposição e movimentos de direitos humanos aproveitaram a visibilidade internacional do evento para denunciar as atrocidades do período, mantendo viva a luta pela memória e pela verdade. Após a redemocratização, movimentos como “Memoria, Verdad y Justicia” e o papel dos clubes no resgate das histórias das vítimas consolidaram o futebol como um elemento de reconstrução da memória coletiva argentina, reforçando a importância de questionar narrativas oficiais e de valorizar a resistência cultural e histórica. Portanto, a Copa de 1978 simboliza um paradoxo: foi usada pela Junta para legitimar sua autoridade, mas, na memória coletiva, também representa o início de um processo de ressignificação histórica que contribuiu para a democratização e a busca por justiça no país.

Referências

- ALABARCES, Pablo. Fútbol y patria. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- ARCHETTI, Eduardo. Military Nationalism, Football Essentialism, and Moral Ambivalence. In: TOMLINSON, Alan; YOUNG, Christopher (ed.). **National Identity and global sports events**. Londres: Sunny Press, 2006, p. 133-148.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, José Eduardo de. **150 anos de futebol**. São Paulo: Editora SESI-SP, 2012.
- CLARÍN. **Magnífica inauguración del campeonato Mundial**. Buenos Aires, Argentina, junho de 1978. Disponível em: <https://tapas.clarin.com/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.
- FRANCO, Marina. Derechos humanos, política y fútbol. **Entrepasados**, Buenos Aires, v. XIV, n. 28, 2005, p.27-45. Disponível em: https://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/45239/Documento_completo.pdf?sequence=1. Acesso: 16 de dezembro de 2024.
- HEIZER, Teixeira. **O jogo bruto das copas do mundo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, v.1, p. 111-153.
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 675-694, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/79746/77083>. Data de acesso: 16 de de-

zembro de 2024.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana et. al. (Coord.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

VICENTE, Tania. Metodologia da análise de imagens. **Revista Contracampo**, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF), Niterói, Rio de Janeiro, p. 147-158. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i04.422>. Data de acesso: 16 de dezembro de 2024.

A importância do indianismo na obra de Capistrano de Abreu: mestiçagem e nacionalidade

Daniel Andrade de Sá¹

Introdução

O século XIX foi um momento de intenso debate acerca do tema da nacionalidade, dentro dele os mais diversos discursos entraram em cena se propondo como a melhor interpretação da origem da nação brasileira. Para os autores do que veio a ser conhecido como indianismo romântico essa interpretação passaria pelo contato entre o velho mundo português, representado pelos colonizadores, e o novo mundo americano, representado pelos povos nativos e pela natureza. Esse modelo, embora não fosse o único, teve forte influência sobre a produção historiográfica brasileira, como pode ser observado na obra *Capítulos da história colonial: 1500-1800* de Capistrano de Abreu.

Essa influência se apresentou principalmente na utilização da mestiçagem com o indígena como chave interpretativa para explicar o encontro entre os diferentes mundos. A mestiçagem produzia o novo do qual surgia o povo brasileiro, ela explicava como foi possível a continuidade do projeto colonial enquanto rompia com este passado, bem como aquele ligado ao indígena. Abrindo caminho para a

¹ Graduado em História (UFES). Contato: daniel.andrade.desa@gmail.com

consolidação de uma ideia de nacionalidade através da mistura que dilacera as alteridades anteriores em prol da produção de uma nova identidade.

O presente trabalho é o resultado da pesquisa elaborada durante a realização da monografia para alcance da certificação de licenciado em história pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Nele buscaremos investigar como a influência do indianismo romântico na obra de Capistrano de Abreu, através da mestiçagem, criou para o indígena um espaço fixo no passado, ancorado na figura do antepassado indígena. Utilizando para isso como ferramenta a análise do discurso entendida através de Fernanda Mussalim e André Pereira, tomando emprestado o enfoque a especificidade da análise do discurso da autora e a instrumentalização da ideia de projeto do autor, bem como a interpretação de Hugo Merlo do conceito de mestiçagem.

A discussão apresentada se insere no campo de debate acerca dos usos da imagem dos povos indígenas brasileiros e sua histórica luta por reconhecimento. Com expectativa de através da reflexão crítica acerca desses usos possamos assumir uma postura reativa para com a reprodução de imagens rígidas e excludentes relegadas aos povos indígenas brasileiros. Entendendo que suas existências permanecem vivas e autônomas até os dias atuais.

O antepassado indígena

Para encontrar a legitimidade de sua existência uma nação recorre a sua história e através dela tenta encontrar seu sentido de ser. Quando analisamos um discurso histórico levando em conta que há uma relação “entre um discurso e as condições sociais e históricas que per-

mitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros” (Mussalim, 2001) entendemos a importância dos fatores contextuais para sua criação. Sendo assim, para analisarmos o discurso histórico brasileiro devemos levar em consideração as condições históricas e sociais específicas do país que permitiram a produção da interpretação dos mais diversos discursos históricos que buscaram sua legitimidade.

Enquanto as nações europeias procuravam em seu passado medieval seus mitos de origem, as recentes nações americanas, que procuravam autonomia em relação aquelas, encontravam em outros lugares suas fontes para estes mitos. Um dos caminhos escolhidos para isso, presente no indianismo romântico e na narrativa histórica de Capistrano de Abreu, estava ligado à ideia do contato com o mundo nativo. Essa utilização do passado indígena daria conta tanto de romper com o velho mundo como de estruturar um profundo enraizamento da nova nação com a terra. O Brasil não seria apenas fruto dependente da herança colonial portuguesa mas também descendente das origens nativas anteriores. Como diz Manoela Freire de Oliveira:

Como os estados nacionais europeus que estavam se constituindo buscaram na Idade Média as suas narrativas míticas de origem, os brasileiros recorreram ao acervo de imagens produzido no passado colonial, aos índios autóctones, verdadeiros nativos da terra, que foram literalmente descritos em narrativas estruturalmente inspiradas nos romances europeus que restauravam a perspectiva medieval e elevados a posição de objeto estético, permitindo à narrativa da nação brasileira a construção de um passado aliado ao ideal de liberdade (Oliveira, 2005, p. 31).

Para os autores indianistas a resposta às inquietações acerca do tema da nacionalidade, como indicado, se encontrava na relação

entre o índio e o colono. A imagem do nativo, já mais distante do convívio da cidade, era assim instrumentalizada na criação da narrativa por eles proposta. Em obras como *Iracema*, de José de Alencar, essa imagem aparece como cordial e subserviente ao colonizador enquanto demonstra predileção para a mestiçagem. O indígena se tornava assim meio para se chegar a um fim, o que não garantia a ele necessariamente um espaço ativo na narrativa histórica ainda que sua existência em determinado momento fosse imprescindível.

Para Capistrano de Abreu não foi muito diferente, o autor que vivia um momento de semelhante debate acerca da nacionalidade, teve contato direto com o indianismo romântico através principalmente do autor José de Alencar e manifestava a mesma importância do papel do indígena em suas obras. Ao interpretar a mestiçagem com o elemento indígena como incontornável para continuação do projeto colonial ele demonstrava seu posicionamento alinhado com a antiga perspectiva indianista do mito de origem nacional. Porém com uma maneira diferente de apresentar suas ideias, mais influenciadas pelas ciências em franco desenvolvimento no final do século XIX. Diferente da literatura indianista, suas obras estavam ligadas a necessidade de alinhamento com os fatos e eventos históricos “fundado(s) na existência de provas documentais e na possibilidade de confrontar documentos oriundos de uma mesma época, exibindo-os e desconstruindo-os passo a passo” (Gontijo, 2006, p. 84).

Neste modo de conceber a história nacional percebemos que o mito de origem brasileiro passa primordialmente pela interpretação da nação como descendente da mistura entre o indígena e o colonizador. O que criaria necessariamente para esses personagens um lugar no campo narrativo de antepassado lógico da nação. De uma outra maneira, pode se dizer que o brasileiro seria a síntese de duas coisas

anteriores e que por se tratar de uma soma que representa algo diferente dessas partes elas agora se encontravam presas num tempo e espaços definidos.

Esse processo todo por sua vez só seria possível pela mestiçagem, que será a chave interpretativa que aparecerá em ambos os discursos, ainda que de maneira mais explícita em um deles. Será entendendo como ela é interpretada e utilizada que poderemos trazer luz ao entendimento de como o papel do antepassado indígena é reforçado tanto pelos indianistas quanto pelo historiador. Se faz necessário então uma análise da utilização do conceito de mestiçagem para que possamos ter um melhor entendimento do assunto.

A mestiçagem no discurso de Capistrano e no indianismo

Depois de instrumentalizado em meados do século XIX, o conceito de raça ganhou muito espaço nos modelos teóricos explicativos daquele momento até o início do século XX. Mesmo a literatura e a arte foram impactadas pelo racismo científico vigente. Ainda que a diferença fenotípica não fosse desconhecida pelos antigos, ela estava agora ponderada como mote explicativo científico, catalogada nos livros e exposta nas obras de autores como Hippolyte Taine e Arthur de Gobineau.

Para as colônias, além da raça, outra questão que estava diretamente relacionada a ela tomava a centralidade das discussões públicas daquele momento: a mestiçagem. Seja com o negro ou com o indígena ela era assunto “cada vez mais incontornável” (Merlo, 2023, p. 108) nos debates acerca da formação nacional. Uma das primeiras e talvez mais importantes influências para sua utilização interpretativa da história do Brasil foi a obra *Como se deve escrever a história do Bra-*

sil (1845) do autor alemão Carl Friedrich Phillip Von Martius. Da qual se pode tirar como mais importante ideia do mito das três raças, principalmente para a historiografia.

Nos debates públicos muitas posições foram tomadas acerca de qual influência teria modificado mais esse contato entre as raças, aquela com o indígena ou com o negro. Um caso famoso foi o debate sobre o assunto que envolvia os autores Capistrano de Abreu e Silvio Romero. Embora a decisão de usar a mestiçagem com nativo não tenha sido a única ou inequivocamente a mais importante, nos interessa aqui falar especificamente dela pois é qual aparece nos discursos analisados. Entendendo isso, podemos partir para a interpretação do conceito de mestiçagem e seus usos específicos.

Nas palavras de Hugo Merlo: “o processo é o resultado da mistura de raças, etnias e/ou culturas que resulta em algo diferente da simples soma das partes que estão sendo misturadas. A mestiçagem sempre produz diferença” (Merlo, 2023, p. 35). Ou seja, podemos entender que a mestiçagem é o processo que ao combinar as partes produz algo que não representa mais nenhuma delas. Falar dela é muito mais falar do que não se é que propriamente do ser. Utilizá-la como viés interpretativo por sua vez significa que algo estaria sendo perdido no processo, que poderia ser a ideia de pureza racial ou a própria identidade do ser.

Para os indianistas assim como para Capistrano a mestiçagem com o nativo não representaria danos irremediáveis à pureza ou superioridade branca, porém ela viria com uma condição muito cara aos povos indígenas. Romper com o passado português pareceria ótimo a um projeto de nação recém independente, mas cabe lembrar que não havia apenas um polo que precisaria ser apagado nesse processo. Para o

indígena, que não parece ter sido consultado, sua autonomia também precisaria ser escamoteada para dar prosseguimento ao surgimento da nacionalidade resultante da mestiçagem.

Em *Iracema*, de José de Alencar, isso ocorre de forma não muito explícita ao longo da narrativa. Durante a obra, dois grupos de personagens são apresentados: os indígenas, tais como Iracema, Poti, Caubi e Araquem, e os portugueses, como Martim, os padres e guerreiros brancos que são citados no final. Cada um representaria um dos mundos em contato sem necessariamente nenhum deles representar ainda o povo brasileiro. É apenas quando um terceiro elemento é introduzido com o personagem Moacir, filho de Martim e Iracema, que se dá o surgimento dessa representação. O autor não fala diretamente sobre a mestiçagem como limpeza étnica ou apagamento, mas sua narrativa propõe uma linearidade para a interpretação da história do Ceará que não parece abraçar o indígena como integrante da nacionalidade. Os conflitos de ambas as partes falam de mundos que ainda não estariam coesos e que só seriam reunidos através da mestiçagem.

Já na obra de Capistrano de Abreu, especificamente *Capítulos da história colonial: 1500-1800*, esse processo de assimilação das identidades indígenas é mais claramente abordado. No capítulo “Três séculos depois” o autor diz o seguinte acerca da população: “A maioria constava de mestiços; a mestiçagem variava de composição conforme as localidades. Na Amazônia prevalecia o elemento indígena, abundavam mamelucos, rareavam os mulatos. Na zona pastoril existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios” (Abreu, 1998, p. 200). Como podemos observar o autor apresenta um posicionamento claro acerca do que a mestiçagem, enquanto questão tanto biológica quanto cultural, acarretou aos indígenas.

Em um paralelo entre os discursos podemos entender o mameluco de Capistrano de Abreu, que aparece algumas vezes na figura do paulista, como representante de Moacir de José de Alencar, filho de pai português e mãe indígena. Em ambos os casos essa união terá um impacto desigual em seu resultado. Ainda que o novo representasse algo diferente o que mantinha o prosseguimento da nascente nação seria a matriz civilizacional portuguesa. Enquanto os personagens indígenas de Alencar abriam as portas para os dogmas do velho mundo e a ligação indígena materna de Moacir era cortada pela morte da mãe os “antecedentes indígenas” apresentados por Capistrano de Abreu, que são transformados em mamelucos até se perderem na composição nacional, tinham sua presença gradativamente exaurida.

A semelhança entre os discursos se dá principalmente pelo alinhamento do projeto de interpretação do mito de origem nacional. Segundo André Pereira, um projeto pode ser interpretado como: “uma leitura estruturada, de grupo ou individual, voltada para o consentimento e para a ação coletiva. Como tal, costuma ser elaborado por pessoas que acreditam sinceramente nos seus desígnios” (Pereira, 2015, p. 63). Seja no romantismo de José de Alencar ou na interpretação histórica de Capistrano existe uma intenção real de apresentar a mestiçagem com o elemento nativo como fundamental para o prosseguimento colonial e surgimento da nação brasileira. Essa semelhança analítica somada à forte presença da literatura na vida do historiador reforçam o argumento da influência da corrente literária sobre o ele.

O problema dessa maneira de interpretar o papel do indígena enquanto antepassado está justamente na produção de sentido que isso causa. Uma série de problemas surge disso, mas talvez um dos mais alarmantes esteja ligado à deslegitimação que ele produz sobre a au-

tonomia das identidades indígenas brasileiras. É necessário portanto que analisemos como esse modo de apresentar os povos nativos consegue produzir esse tipo de efeito.

O problema da legitimação da existência

Os heróis idealizados do passado são, na maioria das vezes, aqueles que não encontrariam lugar no presente por simbolizar algo muito mais ideal que factível. Isso não significa dizer que os cavaleiros medievais não existiam, por exemplo, ou que reis não foram para guerras. Apenas que a utilização da imagem de algo que já se está bem distante da realidade encontra lugar muito mais fecundo na criação de grandes narrativas nacionais que propriamente aqueles elementos que se encontram mais imediatamente à vista de todos.

Segundo Rodrigo Turin (2013), o projeto nacional brasileiro manteve suas bases muito mais ligadas à continuidade de um projeto civilizador iniciado pela empreitada colonial que necessariamente uma tentativa de introduzir a população em geral como feudatária da nacionalidade. Isso não impediu que os estudiosos por sua vez buscassem explicações para a formulação da população brasileira e sua identidade. Quando o indígena (o “índio”) se tornou personagem importante nesse contexto para os indianistas, ele tomou o mesmo lugar do cavaleiro medieval, por tanto idealizado. Já para Capistrano, muito mais voltado para a análise mais científica do assunto, ainda que menos idealizado, ele ainda existia mais enquanto instrumento narrativo para a formulação nacional que sujeito ativo e presente na continuidade.

Nos dois casos, ainda que a maneira de propagandear a ideia não seja idêntica há uma instrumentalização da imagem do indígena para um

fim específico que ocorre na sua utilização enquanto antepassado. Ora um antepassado não coexiste com sua descendência a não ser que seja para em algum momento ser substituído por ela. E se essa descendência é fruto da mestiçagem, como vimos, isso significa dizer que essa substituição incorrerá na superação do antigo pelo novo e no seu posterior apagamento. O que não só cria uma noção de “um tempo onde os indígenas existiam” como também no seu próximo passo lógico que seria “mas não existem mais”.

Esse tipo de interpretação gera o escamoteamento das identidades indígenas pela deslegitimação das suas existências e autonomias. Uma vez que o indígena “foi” ele não pode mais “ser”, uma vez que “somos descendentes quase todos dos antigos habitantes” não haveria diferença que garantisse as etnias sobreviventes da violenta colonização do território a autonomia de suas identidades, pois seríamos todos brasileiros. Isso talvez explique a crença compartilhada por Capistrano de Abreu na ideia de que as comunidades nativas do Brasil estavam em franco caminho para o desaparecimento. Em seu livro *Rã-txa hu-ni-ku~i, gramática, textos e vocabulário caxinauás* ele faz a seguinte afirmação: “Neste esboço imperfeito, em que ao menos ficará alguma coisa do pensamento indígena prestes a fenecer” (Abreu, 2015, p. 9).

Porém, como muitos outros, o autor estava errado em sua previsão, as comunidades indígenas se mantêm vivas até hoje. O que infelizmente não impediu que o discurso criado através da ideia do antepassado indígena auxiliasse na solidificação de preconceitos sociais contra essas comunidades. A deslegitimação do direito ao reconhecimento das identidades indígenas ainda é argumento muito utilizado quando o assunto envolve os direitos originários, principalmente ligados ao direito à terra. Um exemplo disso atualmente tem sido as discussões

relacionadas ao chamado “marco temporal”. As limitações de demarcação propostas pelo texto não contemplariam por exemplo comunidades que estivessem em processo de retomada étnica ou que podem não ter conseguido ainda seu reconhecimento étnico por parte do Estado justamente pelas dificuldades criadas por discursos deslegitimantes.

Outros problemas causados por esses discursos estão ligados à apropriação de símbolos, termos e de imagens referentes a estes grupos. Que ocorrem pela crença de esses elementos fazerem parte de um tipo de domínio público cultural que daria livre acesso a qualquer brasileiro para utilizá-los ou mesmo de que por representar algo passado não afetaria nenhum grupo étnico-cultural existente. Alguns exemplos podem ser observado na utilização de nomes de origem indígena em marcas como no caso da marca aymoré onde em uma pesquisa rápida pelo buscador do google pode se chegar a conclusão de que a marca aparece antes de informações relacionadas a história indígena, caso muito semelhante ao que ocorreu com o nome pontiac nos Estados Unidos. Outro exemplo é a prática comum de se fantasiar de “índio” durante festas de carnaval com a utilização de cocares e grafismos numa tentativa de simular a aparência de estereótipos indígenas.

Conclusão

A história do Brasil colonial é marcada pela exploração e alienação dos direitos e da própria vida das populações indígenas. O período imperial por sua vez aparentemente não havia reservado destino muito melhor para eles. Ser elevado à categoria de antepassado, por determinados discursos, não garantiu nenhum espaço maior de direi-

to aos indígenas, do contrário ampliou sua exploração agora para o âmbito da própria imagem. Das políticas desenvolvidas pelo Estado pós-colonial, nem o regulamento das missões nem o serviço de proteção ao índio (SPI) parecem ter funcionado de forma integrativa para com eles. Enquanto a violência iniciada pelo Estado colonial se perpetuava, alguns intelectuais buscavam em sua instrumentalização discursiva argumentos para a nacionalidade.

O que o indianismo e a historiografia de Capistrano de Abreu, promoveram estava longe de representar qualquer aspecto do que entendemos hoje enquanto políticas indigenistas. Abrir espaço apenas para se utilizar estrategicamente de um indivíduo nos próprios termos narrativos não garantiu nenhuma vantagem para esses personagens. Assim como usar monstros marinhos para ilustrar medos antigos dos mares perigosos do atlântico não representava qualquer interesse de legitimar algum espaço para essas criaturas no mundo, apenas uma necessidade de demonstrar quais lugares eram ou não perigosos. Da mesma forma, dizer que a nação brasileira descende da mistura dos antigos nativos com o colonizador português não significava para esses autores que os indígenas deveriam ser valorizados no tempo presente ou terem sua presença legitimada. Apenas enfocava a necessidade do enraizamento que a nova nação precisava ter com a terra e que seria alcançada através da utilização do antepassado indígena. Piorando ainda mais sua representação quando entendemos que o lugar do qual eles foram colocados estava alocado no passado, que por sua vez estava em vias de desaparecimento.

Assim sendo, podemos levar em consideração então que a resposta às inquietações acerca da identidade nacional respondidas através da interpretação do mito de origem nacional imaginado pelos indianistas obrou forte influência na obra do Capistrano. Não só a similari-

dade do projeto de interpretação do mito de origem como também a utilização da imagem do indígena através da ideia de antepassado reforçam essa ideia. Ainda que se leve em consideração as escolhas técnicas e individuais de cada exemplo aqui estudado que separam as duas perspectivas, é evidente as similaridades presentes entre elas.

Essas maneiras de pensar a história nacional, talvez por terem compartilhado espaço com tantas outras, não parecem ter tomado conta do debate acerca da formação brasileira. Ainda é muito comum se pensar no Brasil como um país “mestiço”, porém não da maneira como pensavam os autores aqui discutidos (Merlo, 2023). Ainda assim, no âmbito de se pensar tanto a história quanto a literatura nacional se faz necessário uma noção crítica sobre o legado das perspectivas promovidas por esse pensamento, tanto na perspectiva pública quanto privada. Se faz necessário por tanto uma leitura crítica dos autores mais clássicos ligados ao pensamento indianista nas escolas e universidades, bem como uma revisão das representações influenciadas por ele em filmes, séries e novelas. Para que se torne possível um diálogo público que respeite o direito e as identidades das comunidades indígenas brasileiras.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos povoamento Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1930.
- ABREU, Capistrano de. **rã-txa hu-ni-ku~i, gramática, textos e vocabulário caxinauás**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1941.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Typ.

de Viana & Filhos, 1865.

CUNHA, Marcela e FALCÃO, Márcio. Marco Temporal: lideranças indígenas abandonam mesa de conciliação no STF. **G1**, Brasília, 28 ago. 2024. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/28/marco-temporal-liderancas-indigenas-se-retiram-de-mesa-de-conciliacao-no-stf.ghml>. Acesso em: 12 set. 2024.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador**. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 2023.

GONTIJO, Rebeca. História e Historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

MERLO, Hugo Ricardo. **A mestiçagem como conceito fundamental do pensamento histórico brasileiro (1874-1942)**. 2023. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

OLIVEIRA, Joseane Roza de. **Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. 2011

OLIVEIRA, Manoela Freire de. **Significações históricas do “in-**

dio”: leituras da mídia impressa e da literatura. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, 2005.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Teoria e metodologia da história:** o tratamento de fontes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2015.

TURIM, Rodrigo. **Tessituras do tempo:** discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

